

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROP  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

IÚNA GABRIELLA COSTA DE PAIVA

**MEMÓRIAS FAMILIARES DA DITADURA BRASILEIRA EM *AINDA ESTOU AQUI*,  
DE MARCELO RUBENS PAIVA**

TERESINA

2017

IÚNA GABRIELLA COSTA DE PAIVA

**MEMÓRIAS FAMILIARES DA DITADURA BRASILEIRA EM *AINDA ESTOU AQUI*,  
DE MARCELO RUBENS PAIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Letras.

Área de concentração: Literatura, Memória e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Flores Fernandes

TERESINA

2017

P142m Paiva, Iúna Gabriella Costa de.  
Memórias familiares da ditadura brasileira em Ainda estou aqui,  
de Marcelo Rubens Paiva / Iúna Gabriella Costa de Paiva. - 2017.  
127 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Piauí -  
UESPI, Mestrado Acadêmico em Letras, 2017.  
Área de concentração: Literatura, Memória e Cultura.  
“Orientador: Profº. Drº. Fabrício Flores Fernandes”

1. Memória. 2. Testemunho. 3. Tortura. 4. Trauma.  
5. Desaparecimento. I. Título.

CDD: 469.8



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**MEMÓRIAS FAMILIARES DA DITADURA BRASILEIRA EM AINDA ESTOU AQUI, DE  
MARCELO RUBENS PAIVA  
IÚNA GABRIELLA COSTA DE PAIVA**

Esta dissertação foi defendida às 09h e 30min do dia 02 de junho de 2017, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Letras** pela Universidade Estadual do Piauí. A candidata apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho ..... APROVADO ..... (Aprovado, não aprovado).

*Fabrizio Flores Fernandes*

Professor Dr. Fabrício Flores Fernandes - (UESPI)  
Orientador

*Carlos André Pinheiro*

Professor Dr. Carlos André Pinheiro. – (UFPI)  
1º examinador

*José Wanderson Lima Torres*

Professor Dr. José Wanderson Lima Torres - (UESPI)  
2º examinador

Visto da Coordenação:

*Algemira de Macedo Mendes*

Profa. Dra. Algemira de Macedo Mendes  
Coordenadora do Mestrado Acadêmico em  
Letras da UESPI

Algemira de Macedo Mendes  
Coordenadora do Mestrado  
Acadêmico em Letras - UESPI  
Matrícula: 085952-4

Rua João Cabral, Nº 2231 - Pirajá – CEP: 64.002-160 Teresina -PI  
Telefone (86) 3213-2547 / 3213 – 7942

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a obra testemunhal de Marcelo Rubens Paiva, *Ainda estou aqui* (2015), narrativa que relata os horrores vividos na ditadura militar brasileira, expressos, principalmente, pelas representações da tortura e do desaparecimento político. Através das reminiscências familiares, o narrador busca reconstituir a morte do pai, desde a prisão, a tortura até o seu desaparecimento. Nesse contexto, procura-se compreender como as representações do trauma, principalmente da tortura e do desaparecimento político, moldam o testemunho do narrador. Pressupõe-se que o narrador, diante de experiências de barbárie, fragmenta-se, conseqüentemente, a literatura e a linguagem alteram-se na mesma proporcionalidade, na tentativa de contar o vivido. Em decorrência do exposto, procura-se compreender a conjuntura dos fatos relatados, amparando-se nas teorias da memória, do testemunho e do trauma. Portanto, percebe-se que a narrativa testemunhal no Brasil, diante do contexto latinoamericano, ganha características próprias: permite uma publicidade sobre os fatos; dá voz às minorias oprimidas pela violência, em especial às famílias das vítimas; contesta a “versão oficial” sobre o período; além de ver na literatura uma possibilidade de compartilhar o trauma vivido, instaurando uma necessidade de reelaboração do passado por meio da escrita.

**Palavras-chaves:** Memória. Testemunho. Trauma. Tortura. Desaparecimento político.

## ABSTRACT

The present research has as object of study the testimonial work of Marcelo Rubens Paiva, *Ainda estou aqui* (2015), a narrative that recounts the horrors lived in the Brazilian military dictatorship, expressed, mainly, by the representations of the torture and the political disappearance. Through the familiar reminiscences, the narrator seeks to reconstitute his father's death, from prison, to torture and his disappearance. In this context, we try to understand how the representations of the trauma, mainly of the torture and the political disappearance, shape the testimony of the narrator. It is assumed that the narrator, in the face of experiences of barbarism, is fragmented, consequently, literature and language change in the same proportionality in the attempt to tell the lived. As a result of the above, we try to understand the conjuncture of the facts reported, relying on theories of memory, testimony and trauma. Therefore, it is perceived that the testimonial narrative in Brazil, in relation to the Latin American context, gains its own characteristics: it allows an advertisement on the facts; Gives voice to oppressed minorities by violence, especially the families of the victims; Contests the "official version" about the period; Besides seeing in the literature a possibility of sharing the lived trauma, instituting a necessity of reenactment of the past through writing.

**Key-words:** Memory. A testimony. Trauma. Torture. Political disappearance.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 UMA RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E SOCIEDADE .....	10
1.1 Uma memória social .....	10
1.2 A memória entra em disputa.....	20
2 MEMÓRIAS DA AMÉRICA LATINA – O <i>TESTIMONIO</i> .....	36
2.1 A diferença entre <i>Zeugnis</i> e <i>Testimonio</i> para o entendimento do caso latinoamericano .....	36
2.2 Memórias de militares no Brasil.....	43
3 NÓS NÃO ESQUECEMOS.....	67
3.1 Memória, Trauma e Escrita.....	71
3.2 Representações do trauma: a questão da tortura e do desaparecimento político .....	91
3.2.1 O corpo torturado.....	91
3.2.2 O direito ao corpo e à verdade: os mortos e desaparecidos políticos e a relação com a memória .....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS	

## INTRODUÇÃO

Sou consciente dos defeitos estruturais do livro e peço desculpas por eles. Se não de fato, pelo menos como intenção e concepção o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. [...] Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios foi fruto da imaginação.

Primo Levi, *É isto um homem?*

As palavras acima acabam por levantar um questionamento: a elaboração da compreensão diante da dor do outro. O desprezo pelos testemunhos que as pessoas fazem de situações de violência, ou a normalidade com que essas situações vêm sendo encaradas vão no rumo contrário ao que pretende a narrativa testemunhal.

Assim, Primo Levi já ressaltava a necessidade de ser ouvido, a de compartilhar com alguém a experiência dos campos de concentração em Auschwitz. Por meio da literatura, o escritor encontrou uma forma de desabafar, compartilhar e registrar o horror vivido por outros milhares de pessoas como ele no extermínio.

Narrar o horror nunca foi tão necessário, pois a disputa pela verdade consiste em um trabalho árduo, representativo da sociedade de classes, cuja memória priorizada, historicamente, não tem pertencido à perspectiva “dos vencidos”, mas “dos vencedores”. Assim, ainda que o trabalho com a linguagem seja bastante complexo, tendo em vista que nunca conseguirá descrever o ocorrido tal como foi, torna-se compreensível diante de seu contexto. Cada palavra ou ausência, diante do horror, é justificável.

Esse “trato” que precisa ser dado à memória exige esforço e planejamento em todas as sociedades, porém na brasileira o embate é ferrenho. No Brasil, há uma crescente adulteração do discurso dos grupos oprimidos em detrimento do discurso que favorece a manutenção dos poderosos e seus métodos para postergar seu poder.

Exemplificativa é a análise dos discursos sobre a ditadura militar no Brasil: ora os fatos são dispostos a fim de sustentar o argumento dos poderosos, de que a força empregada pelo regime foi necessária para salvar o país do comunismo, ora

são romanceados, de forma superficial, meramente com a finalidade de acusação, sem problematizar realmente os caminhos da história e a importância de reflexão sobre tal ocorrido. Isto, quando não são tratados como uma invenção de pequenos grupos de subversivos, o que acaba por rebaixar o testemunho das vítimas a categoria de ficção.

Esse relaxamento com a verdade ocorrida no país é intencional, e faz parte de uma estratégia de manutenção de poder, pois, além de causar confusão com a omissão da verdade, reforça o ponto de vista dos dominadores através do controle das informações, ou melhor, da edição dos fatos.

Logo, a expressão “porões da ditadura” reafirma sua utilização à medida em que o conhecido sobre a época não é amplamente divulgado, consistindo em investigações e denúncias atribuídas a movimentos sociais, movimento estudantil, partidos políticos ditos da esquerda, sindicatos, grupos de familiares de vítimas etc.

Isso acaba por estabelecer uma dualidade: de um lado, o discurso dos governantes, contra o risco de o país virar comunista; e, de outro, a ideia de que a história e a memória precisam passar por um trabalho de lapidação para que se tornem reparadoras às vítimas, que não podem ser relegadas ao plano do esquecimento. Tais lados não chegarão a uma mediação, pois são totalmente contraditórios.

Muitos escritores, como Primo Levi, viram na literatura, na arte de narrar, uma forma de impedir o esquecimento do horror vivido. No caso desse escritor, suas representações narrativas traumáticas foram relativas à experiência nos campos de concentração, nos quais judeus foram rebaixados à categoria de animais, sofrendo um genocídio. No caso do Brasil, as narrativas testemunhais ganharam uma nova roupagem, pois o contexto ditatorial, que acometeu toda a América Latina, foi uma experiência totalmente diferente, cuja maior característica é o acirramento de ideologias.

Na intenção de denunciar a violência imposta pelo regime, principalmente com o emprego das táticas de violência da tortura, morte e desaparecimento político, diversos escritores brasileiros narraram suas experiências para que elas pudessem servir de documento e para que o leitor passasse a ser uma testemunha do vivido nos departamentos do regime.

Portanto, partindo de tal problematização pretende-se com esse trabalho compreender como as representações do trauma, principalmente, da tortura e do

desaparecimento político, contribuem na narrativa testemunhal em *Ainda estou aqui* (2015) de Marcelo Rubens Paiva. Ademais, busca-se compreender o conceito de memória; acentuar o conceito de narrativa testemunhal; estabelecer um panorama do gênero no Brasil; relacionar os conceitos de trauma ao contexto histórico; acentuar as representações traumáticas, como a tortura e o desaparecimento político em sua importância para a narrativa.

Espera-se que o testemunho analisado auxilie na compreensão da importância da narrativa para revelar a ótica das vítimas da ditadura e seus familiares; além de compreender o testemunho como um registro da violência empregada pelo Estado, a fim de possibilitar o conhecimento dos métodos da tortura e desaparecimento como políticas adotadas pelo Estado com o intuito de manutenção do poder opressor.

Desse modo, o trabalho divide-se em três capítulos, todos eles teórico-analíticos: o primeiro se destina a apresentar conceituações sobre a memória e sua importância para a construção social; o segundo caracteriza a narrativa testemunhal e apresenta uma trajetória do gênero na América Latina e, em especial, no Brasil; e o último designa-se à relação da obra com o conceito de trauma e de suas representações e com as consequências da tortura e do desaparecimento político.

## 1 UMA RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E SOCIEDADE

Estabelecendo uma composição identitária, a relação entre memória e sociedade acaba por revelar muito de um povo, pois possibilita uma análise das ações tomadas por determinados grupos, naquilo que se concebe como o jogo das relações sociais, de classe.

Nesse jogo utilitário da memória, percebe-se que ela se torna mais um dos instrumentos a que se recorre em situações conflituosas, que colocam em xeque o mando das relações de poder e suas ocorrências na esfera social. A memória, portanto, adquire um papel precioso porque é capaz de resistir à corrosão do tempo e à edição da história, promovendo o acesso ao tempo passado e aos vieses dos fatos.

Nesse compasso é que Marcelo Rubens Paiva, apropriando-se do recurso da reminiscência, decide narrar, em homenagem à mãe (diagnosticada com Alzheimer), a história de sua família, diante da inquietude constante de lidar com o trauma da morte do pai, o Deputado Federal Rubens Paiva, preso, torturado, morto e desaparecido político durante o regime militar no Brasil. Sobre isto o próprio autor declara que

Sei que repetirei lá na frente o que narrei antes. Este livro sobre memória nasce assim. Histórias são recuperadas. Um puxa outras. As histórias vão e voltam com mais detalhes e referências. Faço uma releitura da vida da minha família. Reescreverei o que já escrevi. (PAIVA, 2015, p.35)

Busca-se, nos meandros da memória, o entendimento da vontade de narrar sobre si próprio e como isto torna coletiva as experiências.

### 1.1 Uma memória social

Diante da noção de que a memória é um instrumento que colabora com a reflexão que temos da humanidade (através da reconstrução dos fatos históricos) e de nós mesmos, pois as principais instituições sociais que frequentamos, família, igreja, escola etc., transmitem um discurso baseado também em memórias, esta acaba por tornar-se um importante recurso na reflexão sobre as práticas da humanidade:

Desde um ponto de vista prático, a **memória** dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se *aprendizado*. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos *presente*. (IZQUIERDO, 1989, p.89)

As experiências, portanto, são aquilo que preenchem a memória, pois passam a significar o aprendizado sobre determinadas situações; logo, os indivíduos habituados com estas, pelo exercício e repasse da memória, acabam por determinar as ações do tempo atual, que conhecemos como presente.

Tal qual *Ainda estou aqui*, obra autobiográfica que, parafraseando o autor, é uma homenagem à mãe e à história de sua família, numa luta paradoxal entre o lembrar e o esquecer, visto que a mãe, diagnosticada com Alzheimer, é acometida pelo esquecimento. Para desenvolver a escrita, Rubens Paiva fez uso da rememoração, com o levantamento do passado e a reflexão sobre o presente. Sobre isso, o próprio autor define que “o renascimento de um fato psicológico passado, seu reconhecimento e localização são as condições necessárias das lembranças. Ou da memória.” (PAIVA, 2015, p.17)

Assim, a memória caracteriza-se, portanto, como um elo que estabelecemos entre o tempo passado e o presente, possibilitando repensar as ações do futuro. Consoante a afirmativa que Henri Bergson elabora ao dizer que “[...] uma vez que o passado cresce incessantemente, também se conserva indefinidamente.” (BERGSON, 2006, p.47), exigindo a instituição de uma criticidade acerca das reminiscências, com o intuito de que se possa aprender com o passado.

Assim, Bergson acredita que:

A memória... não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registro. Não há registro, não há gaveta, não há aqui, propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode, ao passo que a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua. Na verdade, o passado se conserva por si mesmo, automaticamente inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-lo de fora. [...] Com efeito, que somos, que é nosso caráter, senão a condensação da história que vivemos desde nosso nascimento, antes dele até, já que trazemos conosco disposições pré-natais? (BERGSON, 2006, p.47-48)

Reafirma-se que o passado é determinante para o entendimento da história, ora a nossa (individual) ora a da sociedade, pois ele está sempre misturado ao presente, ao passo que também acaba por interferir ferrenhamente no futuro,

mostrando-se determinante das ações e necessário para o entendimento dos aspectos que compõem a realidade.

No intuito de propor uma iniciação ao estudo da memória, para tornar mais fácil o entendimento do problema que acomete a mãe, o autor, dividindo a obra em três partes, dedica boa parte da primeira, a teorizar sobre a memória, apropriando-se, inclusive do teórico Henri Bergson, parafraseando-o, conforme pode ser percebido em comparação entre as citações acima e a seguinte:

A memória não é a capacidade de organizar e classificar recordações em arquivos. Não existem arquivos. A acumulação do passado sobre o passado prossegue até o nosso fim, memória sobre memória, através de memórias que se misturam, deturpadas, bloqueadas, recorrentes ou escondidas, ou reprimidas, ou blindadas por um instinto de sobrevivência. (PAIVA, 2015, p.26)

Nesse ínterim entre a constituição da memória em diferentes tempos (passado-presente-futuro) ressalta-se uma questão central: como se entende a interseção entre a memória do sujeito e a memória social. A partir dessa problemática, expõem-se diversos tópicos propulsores de questionamento: a representação da memória, de que lugar os sujeitos reconstituem suas reminiscências, por que a opção/necessidade de rememoração, quando a reconstituição do passado também interfere nos aspectos que compõem a memória social etc. Coadunando, assim, com o que Ivan Izquierdo acredita ao dizer que “[...] Não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito do tempo; não há realidade sem memória e sem uma noção de presente, passado e futuro.” (IZQUIERDO, 1989, p.89)

Esse trato com a memória é uma necessidade humana vital para a afirmação do conceito de real, que talvez não seja o mesmo estipulado de verdade por Platão, já que, para este, a verdade é algo relativo, mas para a condição humana que vive o mundo sensível – aquele dominado pela opinião – deve ser estritamente imprescindível. Se a memória se constitui como resiliência para a vida humana, Halbwachs apropriando-se de Bergson, postula que isso se dá por sermos sujeitos sociais, portanto, permeados por um entrelaçamento de memórias, as quais ele nomeia como sendo a individual e a coletiva.

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso. (HALBWACHS, 2006, p.29)

Em outras palavras, segundo o que Marcelo Rubens Paiva, apresenta em sua narrativa: “somos um pi-to-qui-nho de gente pe-ti-ti-ti-ca e temos memória, referências, jogamos com elas, calculamos nossas ações nos apoiando em lembranças (já) solidificadas.” (PAIVA, 2015, p.16)

Assim, estamos sempre em busca de lembranças para a compreensão de fenômenos que acontecem, respectivamente, de modo intrínseco (particular) e extrínseco (em contato com os grupos sociais). Pode-se dizer que a memória individual é aquela sobre a qual ergue-se a consciência de si próprio, a que acaba por definir muito do que a psicologia considera como personalidade. Para a constituição dela, muitas vezes, como já disse Halbwachs, necessita-se do testemunho de outras pessoas, como os pais, avós, professores etc., pois muitas ocorrências durante a vida só são possíveis de serem completadas diante de contribuições.

Claro, se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. (HALBWACHS, 2006, p.29)

É como se a noção de presente que se tem fosse um conjunto de testemunhos que se unem aos nossos na elaboração dessa percepção. O resultado dessa união, apesar de elaborado de forma individual, surge da intervenção coletiva.

Paiva reafirma:

Me lembro de coisas da infância porque vejo fotos. Como da vez em que colocaram em mim um capacete verdadeiro de bombeiro, profissão que por muitos anos planejei ter. Está registrado, tem foto, então tenho certeza de que aconteceu. Ou será que está na memória porque há um registro do momento? Me lembro das festas de São João da Serelepe, em que minha mãe me fantasiava de caipira da cabeça aos pés, com chapéu de palha, camisa xadrez, calça erguida como um pequeno Mazzaropi. Até no bigode de rolha queimada ela caprichava. Lembro porque há muitas fotos da quadrilha em que eu danço com minha irmã Nalu, uma coreografia nitidamente ensaiada, cercados por monitores que organizam o casamento na roça, a fuga da cobra e da chuva. Mas não me lembro com clareza. Vejo as fotos. (PAIVA, 2015, p.33)

O compartilhamento das lembranças se forma como uma tessitura que passa a reconstruir os meandros pelos quais a memória apoia-se para se erguer, para que se possa ter um pouco de clareza na noção da verdade, a partir da oportunidade do

acesso às memórias individuais que desembocam e transformam-se em memórias coletivas.

Exemplifica-se isso nas ocasiões em que queremos nos lembrar de algo, mas que, para tal, fazem-se necessários os testemunhos de outrem:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. (HALBWACHS, 2006, p.30)

Como é o caso de *Ainda estou aqui*. Para contar a história da mãe, Eunice, Marcelo necessitou de diversos relatos: das irmãs, de amigos, da família, dos jornais e de si próprio sobre a mãe. Ao afirmar que “existem várias formas de contar a história sobre memória e a falta dela” (PAIVA, 2015, P.35), deixa claro que o ato da escrita memorialística é amparado sob essas reuniões memorialísticas. E em especial a história de vida da mãe, porque representa a vida de muitas outras pessoas, tendo em vista o abalo comum sofrido com a ditadura militar.

Ela ergueu o atestado de óbito para a imprensa, como um troféu. Foi naquele momento que descobri: ali estava a verdadeira heroína da família; sobre ela que nós, escritores, deveríamos escrever. (PAIVA, 2015, P.38)

Ou seja, a memória de Eunice, matriarca da família Rubens Paiva, dá-se de forma individual e ao mesmo tempo coletiva, pois a parte descrita da sua vida foi pautada em um caso particular da história do país, do qual ela e sua família foram participantes.

Exemplifica-se, então, o que Halbwachs acredita: se nunca se está só, isso significa que as memórias se dão em grupo, estabelecem-se em conjunto, em consonância com diversas reminiscências. Para que essa lembrança seja recordada de forma coletiva, não se faz necessária a presença em corpo do indivíduo, mas apenas que suas memórias sejam afinadas ao ponto de reconstruírem a mesma reminiscência.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p.39)

Ainda, para que essas lembranças saiam do campo individual e preencham o da coletividade, faz-se necessário que existam resquícios comuns entre as pessoas

que formam o ato da reminiscência, ou seja, é preciso que o fato lembrado no passado esteja presente nos indivíduos que o estão lembrando, para que o possam reconstruir ou narrá-lo de uma forma que as memórias estejam em consonância e não em divergência.

Assim, a memória da família de Eunice, está em consonância com a de muitos que, de alguma forma, foram atingidos pela ditadura militar. Por muito tempo estigmatizada, como Marcelo Rubens diz: “Éramos ‘A família vítima da ditadura’”. Apesar de preferirmos a legenda “Uma das muitas famílias vítimas de muitas ditaduras.” (PAIVA, 2015, p.39)

Essa rememoração coletiva não coloca a memória dos indivíduos em uma situação de sobreposição às outras memórias que destoam dela, mas acaba por identificá-los como pertencentes a uma identidade que reconhece como verdade os mesmos fatos, que enxerga como real uma determinada história.

Não há mais uma separação daquilo que se concebe como pertinente ao indivíduo e ao coletivo – como se fosse possível uma divisão entre esses dois tipos de memória. Na atualidade, enxerga-se o público como pessoal, pois isso determina os valores que as pessoas agregam a si próprias.

[...] se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. (HALBWACHS, 2006, p.41)

Sendo assim, as memórias individual e coletiva acabam por complementar-se, perdendo o seu status inicial de pertencente ao indivíduo X (específico) e passando à multiplicidade (grupala).

Não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo, porque o acontecimento que elas reproduzem foi percebido por nós num momento em que estávamos sozinhos (não em aparência, mas realmente sós), cuja imagem não esteja no pensamento de nenhum conjunto de indivíduos, algo que recordaremos (espontaneamente, por nós) nos situando em um ponto de vista que somente pode ser o nosso? (HALBWACHS, 2006, p.42)

Halbwachs acredita que possa haver excepcionalidades quanto à constituição da memória coletiva e à noção da memória individual, mas deixa claro que a memória coletiva, às vezes, não é capaz de explicar tudo.

Assim, na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de

intuição sensível – para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social. (HALBWACHS, 2006, p.42)

Ou seja, dentro da memória coletiva há o estalo para a separação entre a memória individual e a do grupo social. Mesmo que as lembranças se deem em grupo, a memória é também um trabalho do sujeito.

[...] Para que não confundíssemos a reconstituição de nosso próprio passado com a que possamos fazer do passado de nosso vizinho, para que empírica, lógica e socialmente esse passado nos pareça identificar-se com nosso passado real, é preciso que pelo menos em algumas de suas partes exista algo além de uma reconstituição feita com matérias tomadas de empréstimo” (Revue philosophique, 1925, p.296)” (HALBWACHS, 2006, p.43)

Logo, percebe-se que há a possibilidade de o “eu” que rememora compreender a si mesmo diante de uma memória mais ampla, que pode ser possibilitada através da própria linguagem.

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 2006, p.51)

Resulta da união entre memória individual e memória coletiva a elaboração de uma memória que poderia denominar-se social, tendo em vista que as reminiscências dessa junção tratam de uma história que não é particular, privada, mas que pertence a um período histórico que afeta a sociedade como um todo.

Halbwachs acredita que pensar em uma memória de grupo causa algum estranhamento, tendo em vista que estamos acostumados sempre a pensar em memória como algo pertencente a um corpo, um cérebro, tudo ligado a um único indivíduo. Ele acredita que todos participam de duas espécies da memória, já mencionadas, a individual e a coletiva. Sobre isso, acredita que:

Se essas duas memórias se penetram frequentemente, em particular se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância./ A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. (HALBWACHS, 1990, p.53)

Em suma, a memória individual e a coletiva imbricam-se para dar ao sujeito a noção que ele tem de mundo, para que ele possa construir sua história e afirmar sua

identidade, diante da memória dos outros (que pertencem aos grupos sociais pelos quais o indivíduo transita).

Mas é uma memória emprestada e que não é minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não somente porque as instituições foram modificadas, mas porque a tradição nelas subsiste muito viva em tal ou qual região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo em tal ou qual família; e em certos homens que delas conheceram pessoalmente as testemunhas. (HALBWACHS, 1990, p.54)

A memória social é aquela transmitida dentro das instituições sociais as quais os indivíduos passam a frequentar e são movidas segundo o testemunho da memória coletiva que formaram perante o grupo. Halbwachs passa então a denominar dois tipos de memória:

[...] memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 1990, p.55)

As memórias autobiográfica e histórica funcionam quase da mesma forma que a memória individual e a memória coletiva, uma vez que a memória autobiográfica só é possível dentro da histórica, pois, através dela, é possível situar-se perante o mundo, com datas, a própria edição dos fatos da história da humanidade e do tempo. Sobre isto é importante ressaltar que

[...] Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 1990, p.60)

Ou seja, o compartilhamento da memória coletiva, que depois se torna social ao fornecer uma utilidade para a memória, é importante para o conhecimento da História, pois o exercício de rememoração apoia-se na vivência.

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. (HALBWACHS, 1990, p.67)

Logo, entende-se que a história também é transmitida pela memória, melhor ainda, porque a transmitida pela história escrita não está viva como a transmitida pela memória social, pois possibilita a ligação entre os tempos passado-presente-futuro. Apropriando-se de Hirsch, Agostinho, utiliza o termo pós-memória para referir-se a essa transmissibilidade/ afetividade da memória ao ser passada entre gerações.

Pós-memória descreve a relação que a geração posterior àqueles que testemunharam o trauma colectivo ou cultural estabelece com as experiências da geração anterior, experiências essas que apenas “recordam” por via de história, imagens e comportamentos entre os quais cresceram. Contudo, estas experiências foram-lhes transmitidas tão profundas e afectivamente que parecem constituir-se como memórias próprias. A relação da pós-memória com o passado, assim, não é efectivamente mediada através da recordação, mas sim por investimento, projecção e criação imaginativa (Hirsch, 2008: 106-107) (AGOSTINHO, 2013, P.5-6)

Vale ressaltar que pós-memória é a memória que é transmitida de geração para geração, tal como o trauma, possibilitando o compartilhamento do passado.

A memória histórica não pode ser entendida como a história propriamente dita. Na verdade, é um testemunho daqueles que de alguma forma estiveram diante dos fatos da história (aqui entendida como ciência que ordena os fatos da humanidade de forma cronológica), pois a memória não segue a mesma linearidade, e seu testemunho não é somente o escrito, como é o caso da história enquanto ciência.

Essa “historização” da memória coletiva é muito mais simbólica do que entendida por meio dos dados disponíveis pelo historiador, uma vez que a objetividade carrega consigo a “edição” de fatos e muitas vezes corresponde a um discurso que vem a atender determinadas demandas, que podem inclusive ocultar informações em benefício próprio.

Tendo em vista o exposto, reafirma-se cada vez mais a necessidade de dar à memória uma nova roupagem, para que ela leve em conta tanto as referências do contexto histórico quanto o discurso elaborado pela rememoração das instituições e grupos sociais que foram excluídos ao longo do discurso histórico.

A exclusão de determinados fatos ou discursos na elaboração da história, que acaba por excluir um trabalho de memória coletiva, propõe uma tensão do presente com o passado e o futuro. Ricoeur entende que

[...] A memória, sugere Sócrates, no seu encontro com as sensações e com as reflexões (pathémata) que esse encontro provoca, parece-me então, se é que posso dizê-lo, escrever (graphein) discursos em nossas almas e, quando uma reflexão (pathéma) inscreve coisas verdadeiras, o resultado em nós não são uma opinião verdadeira e discursos verdadeiros. Mas, quando aquele escrevente (grammateus) que há em nós escreve coisas falsas, o resultado é contrário à verdade [...] (RICOUER, 2007, p.33)

Se a memória tem essa capacidade de perfazer o sujeito, de tornar-se um mecanismo pelo qual podemos ter acesso à verdade, ela se inscreve em um campo de batalhas ideológicas, pois a transmissibilidade é aquilo que estabelece a continuidade.

## 1.2 A memória entra em disputa

Halbwachs ampliou o debate nos estudos memorialísticos ao inscrever a memória no campo social, ao imprimi-la no campo da coletividade. A esse campo pertencem fatores cotidianos, tais como conhecemos a arquitetura, a paisagem, datas e figuras ilustres, sobre as quais giram as nossas tradições, costumes, folclore, música, culinária.

Pollak, embasado por uma visão durkheimiana, acredita que esses fatores, tomados como pontos de referência, possibilitam estabelecer a memória pertinente aos grupos que compõem a sociedade, assim como fica notória uma identidade que acabará por defini-los.

Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. (POLLAK, 1989, p.3)

Nesse ponto, Pollak acaba por avançar ao debate de Halbwachs, pois, para o primeiro, a memória pode inserir-se em uma simbologia que venha a representar as forças sociais coexistentes e acaba por transformar-se também em discurso, tornando-se mais um campo de disputa de forças antagônicas.

Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela

coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”. (POLLAK, 1989, p.3)

Halbwachs supõe que as memórias não se sobrepõem umas às outras por uma forma de imposição (influenciada por fatores sociais, tais como luta de classes, por exemplo), mas pela forma do afeto, como se quisessem ser subjugadas à outra, apenas pela maneira como se identificam, como se agissem de forma natural e como se esse fenômeno pudesse ser entendido de maneira separada das relações que compõem a sociedade. Romantizando a memória, o autor vê a nação de uma maneira uniforme, como se a memória nacional fosse o modelo mais fidedigno de memória coletiva. Pollak estende críticas também ao modo como o autor trata a circunscrição entre a memória coletiva e a memória individual, transformando-a num processo de transação.

Para Pollak, a memória coletiva constitui-se, hoje, como um campo emblemático para os estudos memorialísticos, tendo em vista a produção acadêmica em torno do assunto. Ainda para ele, rompendo com a perspectiva de Durkheim, não se pode tratar os fatos sociais meramente como coisas, mas cabe verificar também de que forma eles chegam à categoria de coisas. Assim, no campo da memória coletiva, sugere que se busque entender por quais processos e papéis se estabelecem as memórias.

Logo, ao optar por colocar em análise a maneira como a memória oficial/nacional esmagou a história das minorias ao longo dos tempos, Pollak acaba por desmistificar que exista uma neutralidade no campo dos estudos da memória:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p.4)

Assim, quando existem textos oficiais dos órgãos do governo, os militares considerando a ditadura como

[...] “Revolução Brasileira de 31 de março de 1964”, como chamavam o golpe, visava dar ao país um regime que “assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção”. (PAIVA, 2015, p.92)

Acaba por revelar que a memória oficial não atua na perspectiva da garantia dos direitos humanos e submete a memória das vítimas da ditadura ao vão do

esquecimento. Assim, Eunice Paiva tornava-se parte representativa da luta contra a imposição de uma versão sobre a ditadura editada que pudesse favorecer determinados grupos.

Ali estava um ícone da ditadura, prova bem articulada que contestava a versão oficial. Minha mãe viva negava a mentira criada. O entra e sai era tamanho, que ela não tinha tempo para futilidades. Eu tinha, sim, ódio dos militares. Do poder. No entanto, assistir à atuação dela me ensinou a não alimentar revanchismos. Ao invés de se fazer de vítima, ela falava de um contexto maior, entendia a conjuntura do continente, sabia ser parte de uma luta ideológica. (PAIVA, 2015, p.192)

Portanto, Pollak desenvolve teoricamente conceitos de Halbwachs ao acentuar “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p.4). Pretende-se com isso retirar do silêncio essas memórias subjugadas, que afloram em tempos sombrios da história. Tempos estes, que fazem Paiva, declarar que “A família Rubens Paiva não é a vítima da ditadura, o país que é. O crime foi contra a humanidade, não contra Rubens Paiva.” (PAIVA, 2015, p.39)

Conforme Pollak, a preferência por um estudo com esse viés impulsionou-se, principalmente, pelos diversos combates no campo da memória pelos quais a Europa passou. Para exemplificar essa luta, ele apresenta dois grandes momentos: o primeiro refere-se ao processo de destalinização pelo qual a União Soviética (URSS) passou logo após o XX Congresso do Partido Comunista – ocorrido em 1956 –, no qual Nikita Krushev, secretário do partido, proferiu um célebre discurso no qual denunciava os crimes de Josef Stalin.

Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, e, finalmente na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. Essa primeira etapa da destalinização, conduzida de maneira discreta dentro do aparelho, gerou transbordamentos e manifestações (das quais a mais importante foi a revolta húngara) que se apropriaram da destruição das estátuas de Stalin e a integraram em uma estratégia de independência e de autonomia. (POLLAK, 1989, p.4)

Pollak ressalta que esse primeiro movimento não alcançou seu objetivo de propor uma revisão para a memória coletiva do país, preocupação essa que só reapareceu depois de trinta anos, com as reformas propostas pela URSS: a *glasnost* e a *perestroika*. O processo acabou por possibilitar uma reação intelectual, junção

de dissidentes do regime bem como de dirigentes que haviam criticado Stalin, e que em comum foram vítimas do terror provocado pelo seu regime. Esse movimento acabou ganhando ares populares e objetivava a construção de monumentos que pudessem fazer referências e propor homenagens às vítimas do regime stalinista. Logo, ele crê que não se pode pensar nessa reação como algo que visa somente a se colocar como contrário ao regime, mas simboliza o rompimento provocado pelas memórias subterrâneas com intuito de disputar o espaço público, de se fazer notório e também declarar-se nessa disputa pela memória:

Ele consiste muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. Essa memória “proibida” e portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. (POLLAK, 1989, p.5)

Para ele, o exemplo demonstra claramente que o passado impõe revisões à política, na medida em que aqueles que dominam a história oficial não conseguem mais controlar essas intermitências da memória. Assim, esse apreço pela memória mostra que “o passado é conservado por ele mesmo. Nos segue por toda a vida. Nosso cérebro foi feito para guardar o passado e trazê-lo à tona quando precisamos, para esclarecer uma situação do presente [...]” (PAIVA, 2015, p.249). Também corrobora a ideia de que as lembranças traumáticas esperam os momentos favoráveis para eclodir, saindo do silêncio a que eram submetidas, e que as obrigava a serem transmitidas de uma geração a outra de forma, privilegiadamente, oral. Assim rompem com o esquecimento, conforme vão sendo transmitidas em uma rede que engloba a família, amigos etc.:

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p.5)

Nesse ponto, contar memórias sobre a ditadura rompe com o *status quo* social, pois tende a propor a reflexão e levar à denúncia sobre o fato, tendo em vista que não há um entendimento sobre essa questão no Brasil. Como Paiva mostra:

A maioria dos brasileiros não sabia exatamente da luta armada, de organizações clandestinas, de guerrilheiros da selva, nas cidades. Minha mãe lia as notícias filtradas pela censura ou autocensura sobre terroristas tombados em combate na fuga, sequestros de embaixadores, assaltos a bancos praticados pelo Terror! [...] (PAIVA, 2015, p.37)

Fica claro que existe uma manipulação da memória referente ao período, desconhecido ou divulgado de forma errônea, tendendo à indução e ao controle da verdade sobre tal fato. Nesse compasso, a família Rubens Paiva lutou por anos para subverter a memória oficial e colocar em campo de disputa a história das vítimas da ditadura.

O segundo exemplo utilizado pelo autor refere-se à condição dos sobreviventes dos campos de concentração nazista ao serem libertados e retornarem à Alemanha ou à Áustria.

Seu silêncio sobre o passado está ligado em primeiro lugar à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que, de perto ou de longe, ao menos sob a forma de consentimento tácito, assistiram à sua deportação. Não provocar o sentimento de culpa da maioria torna-se então um reflexo de proteção da minoria judia. Contudo, essa atitude é ainda reforçada pelo sentimento de culpa que as próprias vítimas podem ter, oculto no fundo de si mesmas. (POLLAK, 1989, p.5)

Pollak torna relevante o fato de que o regime nazista tenha conseguido imputar ao grupo judeu sua política de antissemitismo. Diz ele que a comunidade judia dialogava com os nazistas com a esperança de modificações de sua política oficial, depois com o intuito de reparar as perdas, e por último na tentativa de melhorar o tratamento dos últimos prisioneiros do campo de concentração.

Na adolescência, eu insistia com a minha mãe, conta a verdade, o que aconteceu, por que ele foi preso, por que nunca podemos tocar no assunto. Ela se levanta e saía da mesa. Porque talvez não soubesse. Porque talvez ninguém soubesse. Ela não gostava que se falasse dele, dela, do inferno que viveram, das relações dele com a esquerda armada. (PAIVA, 2015, p.220)

Esse silêncio também aplacou Eunice Paiva diante da morte do marido e o trauma com todo o processo de desaparecimento e possibilidades de apregoação de violência na prisão. Por diversas vezes Marcelo encarou o silêncio da mãe.

Para Pollak, essa situação acaba por refletir o posicionamento do grupo diante da sua opressão, provocando uma ruptura nascida da forma como os oprimidos lidam com os opressores. Citando o romance de Walter Laqueur – no qual ele discorre acerca dessa questão – o supracitado autor acredita que essa é uma situação extremamente embaraçosa, sobre a qual se instaura o silêncio:

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989, p.6)

O nazismo (seu antissemitismo e o genocídio dos judeus), para o autor, é um dos períodos históricos que mais despertou estudos, das mais diversas áreas, ao longo do tempo, mas, mesmo com todo o acervo produzido em torno do tema, Pollak diz que ele ainda se constitui como uma restrição nas histórias dos indivíduos, no núcleo familiar, na biografia de figuras públicas, da Alemanha e da Áustria. Assim, constitui-se um silêncio tanto por parte dos simpatizantes do regime como daqueles que sofreram em suas mãos.

Para Pollak, isso comprova que o silêncio possui razões muito obscuras, que ele apregoa como sendo de ordem política e de ordem pessoal. Como exemplo da primeira, ele cita os esforços da sociedade para reconstruir-se diante do pós-guerra, o que limitou a ampliação da mensagem daqueles que foram oprimidos; depois cita a deportação.

Quanto às razões pessoais que estabelecem essa política do silêncio, o autor acredita que os sobreviventes do regime não compartilhavam suas lembranças com os filhos, temerosos de que eles crescessem carregando a ferida que pertenciam a eles, os pais. Exemplo do silenciamento de Eunice:

Não repartiu sua dor com ninguém. Não sei julgar se estava certa ou errada. Era seu jeito de ser. Desde menina, a italianinha não repartia seus sentimentos felizes ou dolorosos com ninguém. Superar? Impossível. Esquecer? Nem pensar. Tocar. Seguir. Esperar reacenderem outra fogueira no alto, outro facho de luz, que orientasse a volta para a costa, para a terra firme, o chão. (PAIVA, 2015, p.180)

Pollak acredita que esse compartilhamento de lembranças só surge muito tempo depois, quando as testemunhas estão próximas de morrer e desejam romper o silêncio. Isso também justificaria o fato de que a proliferação de

testemunhos parte, principalmente, de judeus jovens que desejam pesquisar suas origens. Logo, os deportados desempenham um papel importantíssimo na transmissão da memória do trauma nazista.

Outro exemplo de como as situações podem gerar mal-entendidos, que por sua vez podem produzir o silêncio, é a que trata do recrutamento à força dos alsacianos, por parte do regime nazista. Baseando-se no estudo de Freddy Raphael, Pollak conta que, no início da Segunda Guerra, o exército alemão optou por um recrutamento voluntário, que se tornou malsucedido, pois não teve a adesão que se esperava. Diante disso implantou o recrutamento forçado, sofreu resistência, desobediência e grandes deserções, até que foram feitos prisioneiros de guerra. Mediante tal problemática, desenrolam-se três fatores: uma memória constituída de vergonha, por ser associada à deserção; a luta por um reconhecimento das vítimas; e a instauração de uma memória que reforce sua atitude de resistência. Pollak traz à lume que

no momento do retorno do reprimido, não é o autor do “crime” (a Alemanha) que ocupa o primeiro lugar entre os acusados, mas aqueles que, ao forjar uma memória oficial, conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas (POLLAK, 1989, p.7).

Ou seja, subtemde-se que, nesse caso, a memória dos recrutados luta por quebrar um paradigma: o da vergonha por serem desertores, instaurado pelo regime nazista. Para o autor, em nível de Europa isso é bem comum, tendo em vista que as populações que estão nas fronteiras dificilmente têm possibilidades de agir sobre a história, apenas submetem-se a ela.

O pesquisador crê que os três exemplos acima apresentam um único ponto em comum: serem testemunhas da impetuosidade das lembranças ao longo dos tempos, principalmente por essas se oporem à memória nacional. Diz Pollak que

Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p.8)

Logo, constituem-se como silêncio, pois são transmitidas em pequenos grupos, geralmente a família e associações políticas. Esse silenciamento se dá principalmente por não ter como quem compartilhar esse discurso, por medo de punição para o que se diz e/ou para evitar a exposição a mal-entendidos.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p.8)

Por isso se faz necessário que o não-dito, o silenciado, seja colocado para fora, para romper com todo o poder, para saber até que ponto o passado está contido no presente, principalmente quando se trata de períodos de exceção, períodos sombrios, é preciso se utilizar das memórias subterrâneas para reinterpretar o passado. Essa exclusão daquele que compartilha o discurso contrário também aplacou a família Rubens Paiva, como se confere na citação a seguir:

Meu pai foi preso e morto naquele ano. Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de nenhum outro moleque. Muitos passaram a me evitar. Eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do país, eles aprendiam com alguns pais e professores, liam na imprensa, viam nos telejornais. Meu pai era membro “do Terror!” Em 1971, eu ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que se passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam. (PAIVA, 2015, p.71)

É relevante tal afirmação porque levanta um fato importantíssimo: o de que um longo prazo de silenciamento dessas memórias pode não as manter incólumes, levando-as a cair em descrédito e desorganizá-las, já que organização é um dos fatores essenciais na constituição da memória nacional.

Pollak ressalta que o estudo voltado ao entendimento da constituição da memória nacional – aquela que Halbwachs acredita ser o exemplo mais representativo de memória coletiva – pede o conhecimento de suas funções. Ele conceitua, de maneira mais ampla, memória coletiva como sendo uma

[...]operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p.9)

Assim, a memória teria duas grandes funções: “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados)” (POLLAK, 1989, p.9). Ou seja, a memória significaria a referência que temos diante do mundo. Partindo deste termo, “referência”, o autor, utilizando-se da nomenclatura estipulada por Henry Rousso, fala em uma memória enquadrada, um termo mais intrínseco do que memória coletiva.

Para ele, enquadramento revelaria que, por trás da memória, há um trabalho, e que este possui critérios e justificativas ao se desenvolver, em virtude de sob a memória repousar um panorama das ações humanas. Esse enquadramento pode ser de longa duração ou de duração menor, rompendo o silêncio em algum tempo.

Ainda que quase sempre acreditem que “o tempo trabalha a seu favor” e que “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo”, os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência. (POLLAK, 1989, p.9)

É válido saber que esse trabalho de enquadramento é movido por aquilo que a história produz. Este material produzido pela história é passível de interpretação e combinado às referências disponíveis, conduzido pela inquietação em não modificar os limites da sociedade e alterá-las, com um propósito de considerar o passado em virtude das batalhas do presente e do futuro. O autor alerta, entretanto, que, assim como há uma exigência de justificação no enquadramento da memória, que tem por finalidade evitar a falsidade dos fatos, também se exige um trabalho de credibilidade, que precisa estar afinado com os discursos existentes. Para ficar mais claro, pode-se ilustrar a imagem que um partido político distribui sobre si próprio. Essa imagem não pode ser alterada de forma abrupta, pois corre, assim, o risco de rompimento de seus quadros, haja vista que seus componentes não se identificarão com a nova roupagem.

O trabalho de enquadramento da memória tem profissionais com papéis bem definidos diante de suas instâncias, geralmente fazem parte de grupos coletivos de resistência, ou aqueles que preservam e lutam pelo reconhecimento da memória subterrânea, como o escritor Antonio Callado, ao revelar a situação de Eunice em agosto de 1995 na coluna da Folha de S. Paulo:

Outra recordação que me ficou nítida liga-se a Buzios. Ali fui, num fim de semana de 1971, hospede de Renato Archer. Saíra com ele, Maria, Maurício Roberto e outros amigos para um passeio de lancha.

Quando paramos, ao voltar, a uns cem metros da praia, vimos alguém, uma moça, que nadava firme em nossa direção. Minutos depois subia a bordo, cara alegre, molhada do mar, Eunice Paiva, mulher do deputado Rubens Paiva, amigo de Renato, amigo meu, de todos nós, um dos homens mais simpáticos e risonhos que já conheci. Eunice andava preocupada. Rubens fora detido pela Aeronáutica dias antes e nenhuma notícia sua tinha chegado à família. Mas agora Eunice, que fora também presa mas em seguida libertada, podia respirar, tranquila, podia nadar em Búzios, tomar um drinque com os amigos, pois acabara de estar com o ministro da Justiça, ou da Aeronáutica, que lhe havia garantido que Rubens já tinha sido interrogado, passava bem e dentro de uns dois dias estaria de volta a sua casa. Dois dias depois, isto sim, os jornais recebiam uma notícia tão displicente que se diria que seus inventores não faziam a menos questão [de] que fosse levada a sério: Rubens estaria sendo transferido de prisão, num carro, quando guerrilheiros que tentavam libertá-lo tinham atacado e sequestrado o prisioneiro. O que ocorreu pelo Rio, logo que se suspeitou de sua morte, é que ele morrera às mãos, ou pelo menos de tortura diretamente comandada pelo brigadeiro João Paulo Penido Burnier, aquele mesmo que queria fazer explodir o gasômetro do Rio para pôr a autoria do crime na conta dos comunistas. A família Paiva nunca teve notícias oficiais de Rubens. Nunca se encontrou a cova onde o terão atirado depois do assassinato. A cara de Eunice continuou molhada e salgada durante muito tempo, tal como naquela manhã em Búzios. A água é que não era mais do mar. (PAIVA, 2015, p.35-36)

Muitos desses grupos, constituídos por diversos profissionais, que em suas áreas tentavam romper com os fatos expostos somente de um lado, o do regime, acabam por ser dados como exemplos por Marcelo Rubens Paiva, como se vê a seguir:

[...]Editores de livros, como Ênio Silveira e Caio Prado, foram presos. Jornalistas, como toda a redação do Pasquim, entre eles o fanfarrão Paulo Francis, foram presos. Até escritores no início simpáticos ao golpe, como Nelson Rodrigues e Rubem Fonseca, foram censurados, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos, tiveram os cabelos raspados e foram expulsos do Brasil. Raul Seixas foi convidado a se retirar, depois de gozar o regime com “Eu sou a mosca que pousou em sua sopa”. Chico Buarque que se exilou. Teatros foram depredados; atores, espancados. Parte da classe teatral, como Zé Celso e Augusto Boal, foi embora. Glauber Rocha também se mandou. (PAIVA, 2015, p.93-94)

Exemplos como este servem para demonstrar que a resistência partia dos mais diversos grupos, no intuito de colocar em visualização memórias subterrâneas da ditadura. Em contrapartida, a mídia, que de certa forma estabelece-se como um importante veículo de instauração da memória, contribui com o esmagamento da memória das minorias, quando oculta fatos verídicos ou utiliza-os para instaurar confusão nos leitores.

*O Globo*: "TERROR LIBERTA SUBVERSIVO DE UM CARRO DOS FEDERAIS".

*Jornal do Brasil*: "Terroristas metralham automóveis da polícia e resgatam subversivo".

*O Jornal*: "TERROR METRALHA CARRO LIBERTANDO PRISIONEIRO".

*O Dia*: "BANDIDOS ASSALTAM CARRO E SEQUESTRAM PRESO".

Tribuna da Imprensa: "Terror resgatou preso em operação-comando". (PAIVA, 2015, p.145)

Como o caso de Rubens Paiva, pai do autor da obra analisada, sobre o qual foram emitidas diversas matérias com informações inexatas ou inventadas, a fim de colaborar com a imagem do regime.

Tudo mentira. Todos sabiam que era mentira. O alto escalão do governo sabia que era mentira. Jornalistas sabiam que era mentira. Menos a minha mãe, que queria acreditar que ele estava vivo, que precisava acreditar, e conheceu senadores que não serviam para nada, deputados que não legislavam, um poder corroído pelo autoritarismo, corrompido até a alma, juizes que não julgavam, tribunais que mentiam, um poder de fachada, uma mentira para dar legitimidade a uma ditadura e a milicos que mandavam e desmandavam e metiam medo, lia uma imprensa vaga, sob censura ou, pior, condescendente, via uma TV que se omitia, acovardava-se. (PAIVA, 2015, p.158)

A intenção do regime, ao "controlar" as informações, é ampliar o poder e estipular uma realidade, com o intuito de disseminar práticas e aumentar a manipulação social.

Pollak, em seu trabalho sobre a história oral, pesquisou diversas associações de sobreviventes do regime nazista, e em muitas delas constatou que as pessoas se sentiam como protetoras da verdade. Isso, para ele, estipula uma dualidade entre o subjetivo e o objetivo, ou seja, entre a tentativa de esclarecimento dos fatos e do sentimento pertencentes a cada pessoa. Além disso, a escolha das testemunhas era sempre feita de forma bastante seletiva, colocando em risco a veracidade dos fatos. Todavia, se nessas associações o controle da memória é feito por testemunhas selecionadas, como às que o escritor recorreu para esclarecer os fatos que rondam a morte do pai, testemunhos de outros presos políticos, como a carta emitida por Cecília Viveiros de Castro, presa política no mesmo DOI que Rubens Paiva.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1971

D. Eunice. Tendo lido nos jornais notícias desencontradas e mesmo alarmantes, imagino o sofrimento da senhora e das meninas, minhas ex-alunas do Colégio Sion, quanto ao paradeiro do dr. Rubens. Gostaria de minorar, de algum modo, a sua angústia, dando-lhe conhecimento do que sei a respeito do seu marido.

No dia 20 de janeiro último, estando eu no quartel da 3ª Zona Aérea próximo ao aeroporto Santos Dumont, quartel onde permaneci

por algumas horas, fui transportada por elementos que usavam trajes esporte e que se diziam das Forças Armadas, para o quartel da Polícia do Exército, o DOI, que era mencionado pelos mesmos elementos como “Aparelhão”. Sentado ao meu lado, no automóvel, estava seu marido, o dr.Rubens Paiva.

Chegando no mencionado quartel, fomos desembarcados eu e seu marido.

A senhora deve compreender que ainda não me sinto em condições de descrever as horas angustiosas por que passei, mas posso garantir que, nesse mesmo dia, ouvi a voz do seu marido sendo interrogado. Ouvi perfeitamente quando ele declarava seu nome, estado civil, naturalidade etc. Ele estava ao meu lado, embora eu não pudesse vê-lo, de vez que tinha a cabeça coberta por um saco que me impedia a visão.

Na noite de 20 de janeiro a 21 no mesmo quartel várias vezes me foi perguntado meu nome, ocasiões essas em que ouvi as mesmas perguntas serem dirigidas ao seu marido, que as respondia. Lembro-me de que, algumas vezes, ele dizia Rubens Paiva, e lhe exigiam o nome completo: Rubens Beyrodt Paiva. Ainda na manhã do dia 21 ouvi o dr.Rubens pedindo água, e esta foi a última vez que ouvi a sua voz, pois na tarde desse mesmo dia fui transferida para outro local.

Esperando que esta notícia lhe traga algum consolo, faço votos de que brevemente esteja a família toda reunida e despeço-me com um abraço amigo para todos e especialmente para as minhas ex-alunas Vera, Eliana e Ana Lúcia. (PAIVA, 2015, 158-159)

A utilização de instrumentos verídicos, é utilizada na narrativa testemunhal brasileira, como uma forma de formular um processo jurídico, tendo em vista a necessidade de legalização de todas as ações populares. Assim, mantém-se a preferência por arquivos, como os anexos arrolados à narrativa da obra, que servem para corroborar a veracidade dos fatos sobre a morte do deputado, e narrados pelo filho, o autor. Como o processo da denúncia – feita ao Ministério Público Federal, na 4ª vara criminal do Rio de Janeiro – arrolado pela família, e com o intuito de colher depoimentos e punir os culpados, em virtude da instauração da Comissão Nacional da Verdade (iniciada no governo Dilma Rousseff, com a intenção simbólica de reparação da dignidade das famílias das vítimas e políticas públicas de garantias de Direitos Humanos). Como a quarta acusação aos acusados, a de Fraude Processual, que segue em trecho retirado do processo.

#### **4.Fraude processual**

Para o acobertamento do homicídio, não foi suficiente a ocultação do corpo de Rubens Paiva. Foi preciso, também, que os agentes envolvidos apresentassem alguma explicação aceitável para o desaparecimento de uma pessoa vista presa por três testemunhas no interior do DOI. Sem a farsa urdida, da qual participaram o então capital RAYMUNDO RONALDO CAMPOS e os então sargentos JACY OCHSENDORF E SOUZA e JURANDYR OCHSENDORF E

SOUZA, não seria possível manter-se, por tanto tempo, a versão de que a vítima “fugira”. A farsa começou com uma ordem manifestamente ilegal dada aos três denunciados pelo major subcomandante do DOI, FRANCISCO DEMIURGO SANTOS CARDOSO, já falecido: “Pega uma equipe, leva para o Alto da Boa Vista, diga que o prisioneiro fugiu, metralhe o carro para parecer que ele fugiu. E volte”. (PAIVA, 2015, p.275)

Outrossim, diz o autor, existem diversos exemplos que comprovam esse enquadramento, que pode se dar de forma material (museu, biblioteca, praças, prédios etc.) ou de forma mais sinestésica (barulhos, cheiros, cores).

Em 25 de setembro de 1998, inaugurou com o governador do Rio, Marcello Alencar, a estação de metrô Engenheiro Rubens Paiva. Depois, o Terminal Rubens Paiva da rodoviária de Santos. Não deu para ela ir à inauguração da Escola Rubens Paiva, em Sapopemba, Zona Leste de São Paulo, escola municipal técnica. Fui com a Veroca. Apresentaram uma peça contando a história da minha família. Um garotinho de lá me representou. Eram todos negros. (PAIVA, 2015, p.212)

Em virtude da amplitude que o caso de Rubens Paiva ganhou ao longo da luta contra a ditadura, e em reconhecimento à busca da família pela verdade; e ao contrário da política da memória opressora, que sempre exaltou aqueles que tentaram ocultar a voz das minorias, principalmente, referente à arquitetura urbana, – exemplificada através de instalações que ocupam locais públicos e homenagens a espaços de convívio coletivo, como escolas e hospitais, por exemplo – houve diversas condecorações ao deputado.

[...] Ela não registrou em seus pensamentos que se criou a Comissão da Verdade Rubens Paiva em São Paulo, inauguraram-se bustos dele no Congresso e na Estação Engenheiro Rubens Paiva do metrô, que documentos surgiram, depoimentos, a morte e o desaparecimento foram sendo contados. Ele saía diariamente nos jornais, às vezes na capa, sempre nos telejornais. Uma escola de samba quis fazer do meu pai o enredo do Carnaval de 2015. [...] Em 2014, Rubens Paiva, ele mesmo, morto, ganhou o prêmio Vladimir Herzog de jornalismo. Em 2012, uma reportagem da Miriam Leitão sobre Rubens Paiva já tinha ganhado o mesmo prêmio. (PAIVA, 2015, p.251)

Outro ensinamento de Pollak ressalta o filme como um grande instrumento nesse trabalho de enquadramento da memória, pois seus recursos permitem uma compreensão mais abrangente do tema. Decerto, ressalta ele, pode-se exemplificar com o impacto causado pelo filme *Shoah*, de Claude Lanzmann.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a

perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. (POLLAK, 1989, p.11)

No Brasil, muitos documentários e filmes foram produzidos com o intuito de dar voz às minorias a fim de que expusessem sua versão sobre as condições a que foram submetidas durante o autoritarismo político praticado no regime militar.

Pelo documentário *70*, em que se entrevistam alguns dos setenta presos que foram trocados pelo embaixador suíço, percebe-se que não se podem julgar atos do passado pelo olhar de agora. Os setenta estavam destroçados. Foram torturados seguidamente, as garotas, estupradas, passavam calor em celas abafadas, ou frio, molhadas e sem roupa. Antes de embarcarem, ficaram horas presos sob o sol em camburões sufocantes no Galeão, a última tortura, uma lembrança de viagem, como os judeus em trens para a morte. (PAIVA, 2015, p.174)

Mesmo com isso, assegura-se que nenhuma instituição ou grupo tem sua longevidade assegurada. Há casos em que, mesmo com seu desvanecimento, a sua memória pode vir a sobreviver. Nesses casos, a memória assume ares de mito, alimentando-se da cultura, da religião e até mesmo da literatura.

O pesquisador atenta para o fato de que são tantas as memórias coletivas quanto as individuais a comporem a sociedade. Quando as individuais se ajustam à nacional, não há problemas, diferentemente do que ocorre com as memórias subterrâneas (as quais costumam insurgir-se nos momentos de crise social, e na maioria das vezes são resgatadas pela história oral). Ademais, algumas pessoas insistem na ideia de trazer à tona as lembranças que os enquadradores da memória trataram de suprimir.

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais. (POLLAK, 1989, p.12)

Nesse ínterim, surge o passado, colocando-se sempre como um sentimento que pode ser ambivalente. Cita-se como base o debate em torno do fim da Segunda Guerra, ao qual não se sabe se se deve comemorar a libertação dos judeus ou

entristecer-se pela guerra perdida. Por outro lado, surge uma vontade de esquecer esses traumas que compõem o passado.

O mal do passado assombra a todos que vivenciaram períodos sombrios da História. Observando relatos de sobreviventes dos campos de concentração, Pollak pôde testemunhar o silêncio das vítimas, em destaque daquelas que evitavam falar por motivos que não tivesse “política” envolvida, como o caso de grupos marginalizados – como, por exemplo, as prostitutas, homossexuais, ciganos etc. – que, além de serem evitados pela história oficial, também o foram pelas memórias enquadradas.

Esse silêncio estende-se à família, numa espécie de herança da dor. Não obstante, à família Paiva também coube tal sentimento. Logo, Eunice demonstrava que “seu orgulho era maior do que seu esquecimento. Jamais sentiria pena de si mesma. Nem queria que sentíssemos pena dela. Jamais pediu ajuda”. (PAIVA, 2015, p.262)

Ao colher os testemunhos, Pollak acredita que não podem ser encarados somente pela perspectiva do fato, mas também como uma busca pela reconstrução identitária, por uma vivência que dê margem à sua existência, que se dá pelos acontecimentos, obedecendo uma continuidade e uma cronologia.

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões. (POLLAK, 1989, p.13)

Pollak acredita que, diante da tentativa de compreensão do fenômeno traumático, aquele que viveu se cala, mas isso não representa o esquecimento, isto é, na verdade, uma interrupção necessária para compreender a condição submetida. “Descobri então que Eunice não foi uma só. Existem algumas que não se contrapunham, completavam-se, não se contradiziam, somavam-se, reconstruíam-se da tragédia, alimentavam-se dela para renascer”. (PAIVA, 2015, p.210)

Sobre isso, ele acrescenta que não conseguir se exprimir é muito mais a impossibilidade da linguagem para relatar o ocorrido do que o esquecimento propriamente dito. Isso comprova que é impossível dissociar a memória da sua ocorrência em sociedade.

Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las à condição de "sub-homens", o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de "memória enquadrada" que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais. (POLLAK, 1989, p.14)

Significa que esse sofrimento é de todo imensurável, que a memória passa a ter como base todo o percurso da humanidade, procurando formas de entender o ocorrido diante da história proporcionada pelos homens.

## 2 MEMÓRIAS DA AMÉRICA LATINA – O TESTIMONIO

Tendo um passado de exploração colonizadora como semelhança, e, por consequência, pobreza e extrema concentração de renda, os países latinoamericanos, devido ao contexto, também possuem características literárias próprias, advindas da instalação de regimes ditatoriais (entre o fim da Segunda Guerra até meados dos anos 80).

O conceito de Literatura de testemunho compreende os textos que, de alguma forma, denunciam a violência imposta pelo Estado. Quanto ao termo, formaram-se duas linhas de estudos, aquela que trata a literatura de testemunho como um campo referente ao Holocausto (*Shoah*) e a referente às produções resultantes do período ditatorial na América Latina. Em comum, trata-se de obras relacionadas à violência.

Portanto, neste capítulo elabora-se um panorama da literatura testemunhal ao longo da história.

### 2.1 A diferença entre *Zeugnis* e *Testimonio* para o entendimento do caso latinoamericano

Para Seligmann-Silva, existe um problema conceitual acerca da palavra “testemunho”, quando se trata do campo da teoria literária, para isto é preciso estabelecer com bastante clareza e maturidade uma diferença sobre a acepção das palavras *Zeugnis* (testemunho em alemão) e o termo *Testimonio* (específico da América Latina).

Quanto a isso, as particularidades pelas quais irromperam os termos em destaque já deixam clara essa diferenciação: de um lado a *Shoah* (o Holocausto) e de outro as experiências ditatoriais na América Latina.

Se no âmbito alemão o trabalho de memória em torno da Segunda Guerra Mundial e da Shoah determina em boa parte as discussões, na América Latina o ponto de partida são as experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos também a perseguição aos homossexuais tem sido pesquisada. (SELIGMANN-SILVA, 2001, p.68)

Assim como os “eventos” que impulsionam a criação da escrita testemunhal em cada um dos casos são diferentes, também o são os conceitos sobre os quais se amparam os parâmetros desse tipo de narrativa: na Alemanha, o trabalho com a memória é amparado na psicanálise e teorias e

histórias da memória, exercendo um papel fundamental; em contrapartida, no contexto latinoamericano, o *testimonio* é pensado, numa perspectiva cristã de confissão, do que serve como exemplo, muito ligado à crônica e à reportagem.

Em se tratando do *Zeugnis* alemão, Seligmann-Silva demonstra como vem sendo pensada essa questão, partindo, principalmente, das reflexões promovidas por Theodor Adorno em seus ensaios pós-Auschwitz.

A questão do testemunho foi discutida na Alemanha antes de mais nada a partir da famosa frase de Theodor Adorno, do seu ensaio “Crítica Cultural e Sociedade”, de 1949: “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas”. (SELIGMANN-SILVA, 2001, p.69)

Conforme Seligmann-Silva, a perspectiva de Adorno suscita uma série de questões que vão desde o conhecimento acerca da teoria literária, até o levantamento de questões como representação, estética e ética, transformando a discussão em algo interdisciplinar. Ainda para o autor, o testemunho alemão não se centra na questão da Segunda Guerra Mundial, mas sim na experiência particular da *Shoah*.

O testemunho tem sido pensado na Alemanha tanto a partir de leituras que cruzam os discursos da teoria da literatura, da disciplina histórica e da teoria psicanalítica, como também dentro da onda de pesquisas dentro dos *estudos sobre a "memória"* que têm se intensificado muito nos últimos dez anos, sob a influência das abordagens culturalistas. (SELIGMANN-SILVA, 2001, p.69)

O autor atribui essa responsabilidade a diversos estudos de teóricos norte-americanos, centrados na relação entre literatura, psicanálise, história, memória e trauma, naquilo que ele chama de um incessante regresso à história, tratando-a na perspectiva de trauma, na qual o fato histórico é desnudado.

Seligmann-Silva levanta cinco fatores que caracterizam a *Zeugnis*:

- 1) A violência empregada nesse evento foi tão barbara, que exige sempre uma reelaboração do passado.
- 2) A pessoa que testemunha: inicialmente, concebe-se a testemunha como o/a sobrevivente do evento (tratado como traumático). Hoje, estende-se o conceito de testemunho a pessoas secundárias, que acabaram por herdar essa experiência, muitas vezes familiares.
- 3) O testemunho: discurso carregado de literalidade e fragmentação, tendo em vista a utilização de uma linguagem que possa representar a

violência, e a fragmentação, ou seja, a descontinuidade do discurso traumático.

- 4) A cena do testemunho: consiste na tentativa de reparação histórica, no qual o efeito de um tribunal estabelece-se.
- 5) A literatura de testemunho: de modo geral, diz respeito a obras que em sua narrativa contêm teor testemunhal de sobreviventes de eventos catastróficos.

Com suas particularidades, o conceito de *Testimonio* desenvolveu-se nos anos 60, em países de língua espanhola, da qual a América Latina é exemplo. Muito diferente dos motivos que levaram ao desenvolvimento da *Zeugnis*, o testemunho, nesse caso, ultrapassa a discussão da função da literatura para o surgimento de um novo gênero, a literatura de *testimonio*.

Para Seligmann-Silva, o trabalho com a memória também traça diferenciações entre a Shoah – consequentemente a *Zeugnis* –, e o *Testimonio*. No primeiro caso, a memória faz parte de uma política que busca a reparação histórica; no último, a memória serve como instrumento de reivindicação político-partidária, sem planejamento para o estabelecimento de uma cultura da memória, como é o caso alemão. Logo, política e literatura misturam-se.

Dentro de uma perspectiva de luta de classes assume-se esse gênero como o mais apto para “representar os esforços revolucionários” dos oprimidos, como afirmou Alfredo Alzugarat. [...] Daí porque Cuba terá um papel chave na institucionalização desse gênero. Esse país assumiu a liderança de um movimento de revisão da história que passou a ser recontada a partir do ponto de vista dos excluídos do poder e explorados economicamente. (SELIGMANN-SILVA, 2001, p.74)

Como parte do projeto da Revolução Cubana de dar voz aos oprimidos, a revista *Casa de las Américas*, de Havana, exerceu papel fundamental na disseminação e institucionalização do gênero “literatura de testemunho” na América Latina. Em 1970, a revista lançou o Premio Testimonio Casa de Las Américas, com a intenção de promover uma espécie de teia difusora dos oprimidos do continente. Em um artigo publicado nesta revista, por exemplo, Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira de *Quarto de despejo*, lançado em 1960, tem sua obra considerada de grande importância para a compreensão da situação de pobreza da população brasileira

Sobre isso, Seligmann-Silva diz que “Nessa época ainda se pensava o teor testemunhal como sendo praticamente idêntico ao documental. Só aos poucos foi se firmando a noção de um gênero literário” (SELIGMANN-SILVA, 2001, p.75). As noções de “testemunhal” e “documental” ainda estavam bem confusas, o que acabava por conferir às obras um caráter muito próximo ao jornalístico. Quanto a isso, o autor ressalta que sempre diante de mudanças sociais rápidas existe uma tendência ao texto autobiográfico. Como exemplos ele cita romances pós-colonização da África, pós-Segunda Guerra mundial, pós-revolução mexicana e a literatura soviética.

O pesquisador acredita que essa produção não pode ser englobada dentro do que ele chama de *testimonio*, pois trata-se de uma espécie de romance testemunhal, diferenciando-se daquele, entendido como um gênero na América Latina. Também atribui à ditadura no Chile, imposta pelo governo Allende, uma das principais responsabilidades pelo estabelecimento do gênero *testimonio* no continente. Tal afirmação parte de declarações da revista *Casa de las Americas*, na qual, em 1979, já havia conceituações para o gênero em questão.

Assim, depois de 1973, o autor acredita haver na produção literária uma mescla entre política e literatura. Mesmo assim ainda se pode distinguir o testemunho de diversos gêneros literários e da, propriamente dita, literatura de testemunho.

Logo,

esta, no entanto, existe apenas no contexto da contra-história, da denúncia e da busca pela justiça. A verdade e a utilidade são, portanto, fundamentais na concepção de *testimonio* e isso também vale de um modo geral para a *Casa de las Américas*. (SELIGMANN-SILVA, 2001, p.76)

Portanto, a essencialidade da literatura de testemunho é o desejo de reparação histórica. Outro exemplo da influência da história na composição do testemunho foi o advento expressivo de testemunhos, nos anos 80, na Nicarágua, diante do Regime Sandinista.

Assim, o testemunho passa à categoria de discurso, revelando alteridade para com a situação de grupos que tiveram pouca ou nenhuma representatividade social, além de seus direitos negligenciados. Torna-se,

então, um importante instrumento de reflexão sobre a vida de determinada parcela da população, empreendido por alguém que se identifica com ela.

A literatura de testemunho, antes um conceito, ganha ares de gênero na década de 70, com a promoção do Prêmio Casa de las Américas, que estipulou regras para a caracterização do testemunho como texto, tais como: fonte de informação, documentos verídicos e atributos literários. Para Marco, essa medida não determina a criação do testemunho, mas é importantíssima para dar um caráter institucional ao gênero.

Outorgado e fundado em Havana, Cuba, esse concurso literário tornou-se parte de um projeto maior disseminado pela Revolução Cubana, em que se pretendia impulsionar a elaboração de uma história da América Latina, na perspectiva dos oprimidos, com um questionamento a toda a história imposta pela opressão dos burgueses. Assim, a prática da literatura testemunhal, agindo de forma militante, questionaria o próprio cânon literário.

Essa corrente propõe tópicos para construir uma definição de literatura de testemunho e para esboçar a caracterização de uma forma. Ela supõe o encontro de dois narradores e estrutura-se sobre um processo explícito de mediação que comporta os seguintes elementos: o editor/organizador elabora o discurso de um outro; este outro é um excluído das esferas de poder e saber na sociedade; este outro é representativo de um amplo segmento social ou de uma comunidade e, portanto, por sua história ser comum a muitos, ela é exemplar. Por serem estes seus pilares de estruturação, são considerados “pré-textos” os testemunhos imediatos – depoimentos, cartas, diários, memórias, autobiografias – bem como outros discursos não ficcionais – biografias, testemunhos etnográficos e historiográficos. (MARCO, 2004, p.47)

Em comparação com o esquema das características do *Zeugnis*, exposto anteriormente, segue o do *Testimonio*, para evidenciar as diferenças que marcam a acepção da palavra.

- 1) O evento: Não existe apenas um único evento sobre o que se testemunhe, o que é enfatizado é a opressão e sua continuidade no continente. Como característica marcante, a literatura desse tipo deve refutar a história oficial, trazendo provas e um outro ponto de vista.
- 2) A pessoa que testemunha: A testemunha ganha ares de coletividade, é representante de um grupo, ou fala por um. Nesse sentido, essa testemunha embasará seu discurso na política, na história e na memória.

- 3) O testemunho: tende ao realismo, enquanto o *Zeugnis*, constroi-se calcado na literalidade e fragmentação. O *Testimonio* expressa em primeiro plano, um compromisso com a verdade, priorizando muito mais a comprovação dos fatos, documental, do que a estética. O que aproxima os dois conceitos é que não se baseiam em eventos fictícios. E o traço mais importante do *Testimonio* nasce da oralidade e mantém seus traços na escrita, justamente porque em sua maioria os eventos são testemunhados pelas classes sociais mais oprimidas. Muitas vezes, para narrar o testemunho, necessita-se de um terceiro, que venha a editar os fatos.
- 4) A cena do testemunho: estabelece-se um tribunal. O leitor é imerso em um julgamento histórico, no qual espera o apreço pelas testemunhas e pelo fato testemunhado. Nesse sentido, dá-se à obra ares de mito e tragédia ao mesmo tempo, colocando o leitor diante de uma catástrofe, da qual surgem os elementos da compaixão e do terror, exigindo um desfecho onde a justiça reine.
- 5) A literatura de testemunho: comumente encontrada em gêneros como crônica, confissão, diário e, principalmente, autobiografias.

Dispostas as características, é possível diferenciar as acepções de testemunho, nas quais o evento, ou seja, o trauma histórico que impulsiona o gênero é fator determinante. Em razão das condições a que são expostos os grupos que testemunham, a literatura adquire novos aspectos, nesse caso, novos gêneros.

Ao referir-se ao *testimonio* na América Latina, algumas obras ganham destaque por seu caráter emancipador e sua ajuda para institucionalização do gênero, tais como: *Biografía de un cimarrón*, novela do cubano Miguel Barnet, lançada em 1966, que conta as aventuras do escravo fugido Esteban Montejo.

Nesse sentido, a importância da obra é o estabelecimento do texto literário composto por um narrador legítimo e por outro, que não faz parte dos espaços de produção, mas que é de suma importância pela experiência que compartilha, podendo contribuir com o conhecimento social.

Desenha-se o testemunho com traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno,

do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da História. O letrado – editor/organizador do texto – é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido. (MARCO, 2004, p.46)

Assim, estabelece-se a forma do testemunho: o encontro de dois discursos. Um narrador, aquele que “edita” os fatos e escreve a obra literária, e uma testemunha. Ao segundo, cabe a representatividade dos excluídos, porque sua história é compartilhada com seus semelhantes. Logo, algumas formas literárias, por sua estrutura, identificam-se mais com os recursos do testemunho, porque carregam a subjetividade como uma de suas características marcantes, principalmente, os que se utilizam da primeira pessoa.

Resultante dessa união de discursos, estabelece-se a face literária desse gênero, que se encontra no limite da literariedade, com uma linguagem própria – entre a linguagem poética e a prosa.

Ainda quanto à obra acima, quando se falam de dois narradores, diz-se respeito a Miguel Barnet, como editor do relato, escolhendo os aspectos que considera importantes a serem narrados; e a outra voz cabe ao próprio Esteban Montejo, que conta sobre sua vida e participação na Guerra da Independência. Sobre essa obra, um outro aspecto chama bastante a atenção, a necessidade da existência de um editor, que se deve ao fato de o testemunho estar muito próximo da oralidade, e, principalmente, o fato de a história sempre oprimir as classes mais pobres, iletradas em sua maioria.

Nesse compasso, a crítica literária é provocada à resolução de um problema: o da apropriação do discurso do outro.

Partindo dessa problemática, outra obra de destaque na questão do *testimonio* latinoamericano é *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (Me chamo Rigoberta Menchú e assim me nasceu a consciência), que narra a história de Rigoberta Menchú Tum – guatemalteca indígena, nascida San Miguel Ustapán – e sua luta pelos direitos dos povos indígenas e direitos humanos. A partir do testemunho, Rigoberta vira símbolo de resistência dos povos indígenas e, em 1992, ganha o Prêmio Nobel da Paz.

Na obra, é possível acompanhar a trajetória de vida de Rigoberta, que desde muito cedo mostrava-se incômoda com as condições a que eram

expostas a população indígena nas plantações: excesso de trabalho, péssimas condições de trabalho, castigos físicos e psicológicos e fome. Além de propor uma reflexão sobre a língua, tendo em vista que seu povo não falava a mesma dos fazendeiros, o castelhano. Assim, ela procurou aprender a língua do opressor como forma de ser transmissora das mensagens do seu povo, e lutar por melhores condições de vida. Ademais, o fato de ser contrária e participar de manifestações contra o regime militar, que vigorou de 1962 a 1996, na Guatemala, resultou na perda de um dos seus irmãos, preso, torturado e morto pela ditadura.

[...] podemos observar a ânsia de Menchú em expor as atrocidades que resultaram dos anos de repressão. O genocídio, a tortura, e todos os outros tormentos vividos por sua família e por sua comunidade motivaram a indígena a buscar o espaço da fala. (SANTOS, 2016, p.11)

Esses casos servem para exemplificar a ocorrência do testemunho na América Latina, marcado pelas características peculiares que dizem respeito à realidade do continente, marcado pela diferença social e opressão a grupos oprimidos, além da instalação significativa do autoritarismo, inflamado ora pelos governos ora pelos militares.

Assim, esse gênero independente dá voz aos relegados à margem da história, às minorias, provocando rupturas no modo de narrar e no entendimento da teoria literária.

## **2.2 Memórias de militares no Brasil**

Por carregar consigo diversas barbáries históricas – dentre elas, a colonização e a escravidão – o Brasil apresenta uma diversidade de obras testemunhais, na mesma linha do *testimonio* latino-americano.

Para Souza (2008) a capacidade primeira do testemunho é provocar um relance de olhar sobre o passado, tendo em vista uma sociedade que perdeu a noção do que venha a ser o sujeito. Descentrado, diante das atrocidades provocadas ao longo da trajetória da humanidade (guerras, escravidão, genocídios, ditaduras), o sujeito fragmenta-se, expandindo essa ação para a literatura.

No Brasil, existem diversas narrativas que tratam dessas mazelas. Tendo em vista a grande produção, optou-se por aquelas que tem por centralidade as

memórias da ditadura, analisadas sob diversos aspectos, e que lutam por um reconhecimento histórico da temática, o passado mais recente, em termos de testemunho.

Regina Dalcastagnè, em *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*, provoca a literatura e a memória do leitor à compreensão do trauma da ditadura militar, com o intuito de que as “vozes da dor e da consciência” sejam ouvidas. Nessa tarefa, ela aponta a representação das consequências do período em algumas obras de destaque da literatura nacional.

O provocador título do prólogo, “O sorriso dos canalhas”, causa um estranhamento ao leitor na medida em que confirma que um determinado grupo saiu impune diante de um fato. Tudo isso por conta da “falta de memória” que assola o povo brasileiro, gerando a impunidade e a manutenção da opressão:

Em 21 anos de ditadura foram tantos os mortos, os torturados e os humilhados que faltaria espaço onde refugiar toda a sua dor. A memória, terreno tão propício, é demasiadamente instável para semelhantes horrores. Talvez por isso os homens tenham inventado a arte. Picasso abrigou o grito de pavor de uma cidade espanhola em sua *Guernica*, os anos se passaram, mas o grito continua lá, ecoando diante de nossos olhos. No Brasil, foram os escritores que entalharam esse espaço acolhedor. É nos romances que vamos reencontrar, com maior intensidade, o desespero daqueles que foram massacrados por acreditarem que podiam fazer alguma coisa pela história do país. (DALCASTAGNÈ, 1996, p.15)

Os romances, portanto, a literatura, serviram, no caso do Brasil, como um espaço no qual se deu voz aos oprimidos, às vítimas da ditadura, como também para os familiares destes.

Para a supracitada autora, sobre essa temática da ditadura, muito foi produzido, porém nem tudo pode ser considerado obra de arte, tendo em vista que, ainda que o testemunho seja um discurso, por ser literatura precisa ser avaliado do ponto de vista estético. Grande parte do gênero foi produzida nos anos 60 e 70, tendo seu ápice com a volta dos exilados.

Em decorrência da censura e da confusão de informações provocadas pelo regime, muito do que se sabe, hoje e na época, só pôde ser acessado diante da publicação dessas obras: “A emoção impregnava tudo, e nem poderia ser diferente quando se descobria o que fizeram com nossos filhos, companheiros, amigos e vizinhos”. (DALCASTAGNÈ, 1996, p.16)

Para a autora, o romance brasileiro sempre carregou consigo o desejo de olhar para dentro, de propor uma reflexão da sociedade brasileira desde os primórdios. Porém, o romance brasileiro se viu questionado quando, nos anos 60, as influências europeias citaram o engajamento como algo necessário diante do contexto histórico mundial: guerras e ditaduras.

Porém, para ela, o engajamento por si só e como fim exclusivo não agrega valor à obra literária. Um romance testemunhal confere a si um enorme valor não por que solidifica uma denúncia social, mas por que intrinsecamente consegue ser contestador, porque reserva à memória um local especial de onde as gerações futuras poderão refletir o presente.

Sobre a questão do engajamento presente nas obras literárias, ela acredita que não é o centro da questão, além de insuflar provocações e dissociações no conjunto da literatura nacional. O grande benefício da discussão foi o questionamento do papel do intelectual diante dessas adversidades.

Retomando historicamente a trajetória da literatura brasileira, ela acredita que coube aos poetas árcades esse primeiro questionamento, tendo em vista que a intenção, vinda da Europa, era a de uma literatura que ganhasse roupagem nacional, assimssim como o foram, de formas diferentes, os demais movimentos literários, como o Modernismo, por exemplo.

De modo diferente agiram os escritores das décadas de 50 e 60, os quais acreditavam, imbuídos por um conceito de Nação, que o papel designado a eles seria o de interpretar as necessidades da massa. Dessa forma, próxima à instauração do golpe militar em 1964, a literatura sagrou-se como um forte instrumento de resistência:

Sob essa perspectiva, os anos 1960 não foram simplesmente um momento de ruptura, mas um profundo, um intenso movimento de transformação. O que estava em jogo não era apenas a revolução iminente, mas a descoberta de novas maneiras de ver, pensar e fazer a arte e a política. (DALCASTAGNÈ, 1996, p.41)

O que implica dizer que nesse jogo antagônico de forças, proposto pela ditadura, que aplacou de forma violenta os contrários a ela, a grande violência empregada acabou por indicar a necessidade de formas novas de narrar. Sobre isto, Dalcastagnè afirma que

O medo silenciou muitos, tornou inaudível a voz de outros tantos, destruiu argumentos, desordenou idéias, maculou de vergonha o pensamento. Foi o medo que criou códigos, que transformou a escrita, estabeleceu novas regras sobre o que devia ser dito e como devia ser dito. (DALCASTAGNÉ, 1996, p.43-44)

Essa escrita do medo, da dor, está de forma marcante em muitos romances brasileiros, Regina chama atenção para alguns deles, os quais ela considera imprescindíveis porque marcam um diálogo com o próprio tempo. Ainda, nesses romances existem “dezenas de discursos diferentes, espalham-se, chocam-se, entrecruzam-se, iluminando ou encobrendo o objeto para o qual o interesse de seus autores está voltado (no caso, a ditadura)” (DALCASTAGNÉ, 1996, p.17). Ela elenca alguns romances como exemplificadores que partem da temática do testemunho da ditadura.

Romances como *Reflexos do baile*, de Antônio Callado, publicado em 1976, cuja trama retrata o momento em que a oposição à ditadura, através dos grupos de guerrilheiros urbanos e rurais, organiza ações para derrubá-la, tanto no campo quanto na cidade. O resultado disso não demorou para aparecer: o sonho da derrubada da ditadura acabou, diante de prisões, mortes, torturas e muita violência contra a oposição. Nesse ínterim, o testemunho denunciou as ações violentas do regime, levando à reflexão de que a tática das guerrilhas e grupos de resistência foi uma medida necessária diante do contexto.

Inspirado, como refere o autor, num aspecto preciso da realidade brasileira da época da ditadura, *Reflexos do Baile* tem uma intriga simples, mas envolve numerosas personagens. Nele se conta que um grupo de guerrilheiros, cuja zona de actuação se encontra no Rio de Janeiro (cidade e Estado) põe em marcha um plano de sequestro de alguns embaixadores, durante um baile oferecido à Rainha da Inglaterra. A acção incluía também a inundação e o apagamento das luzes da cidade, de modo a dificultar a intervenção do Governo. A primeira parte do plano se concretiza, mas não a segunda, e a história termina com a prisão, a tortura e a morte dos guerrilheiros. (CHAVES, 2003, p.44)

Dessa maneira, o discurso do livro permite uma visualização do contexto histórico-social da época. Também por meio da obra, permite-se que as vozes dos guerrilheiros, assim como suas ações, sejam problematizadas através da sua estrutura, que se revela não como um instrumento de análise histórica, mas como reflexão de situações relevantes do passado.

Outro romance que chama a atenção da pesquisadora é *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão. Estima-se que o impulso para a criação da obra seja a forte censura instituída pela ditadura, que atingiu o escritor. Portanto, a obra revela-se como uma resposta dada à violência. Utilizando-se do seu ofício profissional, o de jornalista, Ignácio publica em 1974, na Itália, um romance construído a partir de registros jornalísticos da época, com uma fragmentação que recorre a frases de banheiro e a poemas, passeando por diversos gêneros literários:

O livro trata de José, um homem comum que, ao se casar com Rosa, luta para construir uma vida estável em uma cidade marcada pela repressão do regime militar. A busca de José por segurança social se perde em meio a várias tentativas frustradas de sucesso e que resultam na desintegração de seu caráter, de seu casamento e da vida dos que conhece. (VERTUAN, 2013, p.135)

O espaço do romance, chamado América Latíndia, passa por uma ditadura, de onde a perspectiva disponível parte sempre do cotidiano das pessoas mais pobres da sociedade, nas periferias. Desse modo, não só a ditadura faz parte da trama, como também a própria condição da América Latina.

Em *Zero* são potencializados sentidos, sujeitos, histórias proibidas – a maioria delas chegaram até o autor em seu trabalho como jornalista e foram proibidas de divulgação – portanto, pelas possibilidades do ficcional, o autor encontra chance de (re)contá-las de alguma forma. E, assim, podemos nos referir ainda às relações estabelecidas entre o romance e a memória, pois a gênese do romance advém justamente do acúmulo de arquivos históricos/memorialístico [...] (LAVORATI, 2015, p.46-47)

Com base naquilo que se entende como vertentes interseccionais entre áreas de estudo, nesse caso a história e a memória, promove-se mais uma problematização acerca de obras testemunhais: a relação entre essas duas áreas.

Por muito tempo história e memória foram tratadas como similares. Sabe-se, hoje, que a história, diferentemente da memória, possui um compromisso com a verdade. Muitas vezes, a memória tem utilidade à história, pois possibilita a construção dos fatos de uma maneira contemplativa à verdade; assim, também o fato histórico pode ser ficcionalizado para atender, sem recorrência à memória, funcionando como uma forma colaborativa.

Retorna-se à *Zero*, como forma exemplificativa de tal afirmação, uma vez que ficcionalizadas as ações que movem a trama, existem como forma de sustentar ou pelo menos permitir o acesso a fatos ocorridos durante a ditadura.

Outro destaque é a obra *A festa*, de Ivan Angelo:

Editado poucos meses depois da morte de Vlado Herzog na tortura da ditadura militar, e escrito dois anos antes da morte dele, "A Festa", no dizer do próprio autor, é um romance circunscrito a um período. Assim, a escolha do espaço e tempo do romance não foi ocasional. A ambientação proposital é Belo Horizonte no início da década de 70, e o suporte narrativo de "A Festa" está em dois fatos: o tumulto, ocorrido na Praça da Estação, com um grupo de retirantes nordestinos, e uma festa de aniversário, onde deveriam comparecer algumas pessoas envolvidas na agitação. Os fatos ocorrem quase que, paralelamente, às vésperas do aniversário da revolução, e Ivan Angelo, da mesma forma que a polícia, interliga os acontecimentos: desenvolve uma trama complexa por onde desfilam uma galeria de personagens, capazes de representar nos seus tipos, a perda unidade do homem, a quem roubaram horizontes, numa sociedade que mutila. (RANZOLIN, 1981, P.130)

De maneira diversa, Ivan Angelo optou por descentralizar a óptica, até então voltada para os grupos guerrilheiros e ações da oposição ao regime, quando as personagens para as quais a trama se volta em sua obra são pessoas comuns, não organizadas em grupos opositores, decidindo mostrar o impacto da ditadura na sua vida cotidiana.

Sobre as obras, Dalcastagné revela que carregam consigo características bem distintas, próprias do *testimonio* latino-americano, tais como a existência de um discurso fraccionado, uma forte ligação com e recorrência ao jornalismo, a diversidade de pontos de vista, e um tipo de linguagem próprio (entre a oralidade e a jornalística).

Logo, são representativas dos questionamentos dos arranjos de poder, pois são capazes de romper com estruturas tidas como comuns.

Desmontam essa estrutura, rearranjam a linguagem e discutem ideologicamente com todo esse sistema, negando à imprensa o papel de inquestionável dona da verdade, ao mesmo tempo em que constata o poder que ela tem de decidir o que vai ser a verdade. É o discurso ambivalente, como todo discurso dialógico. (DALCASTAGNE, 1996, p.46)

Esses romances ganham foco, pois a sua capacidade artística permite-lhes sobressair-se ao panfletarismo ou à representação política. A sua

capacidade de questionamento da ordem e da própria verdade é possível porque conseguem manter o equilíbrio entre a história e a ficção, ou entre história, memória e literatura, num arranjo estável.

Na via do autoritarismo, encontram-se outras obras de relevância, tais como *Incidente em Antares*, de Érico Verissimo, escrito em 1971, com teor de denúncia, abordando diretamente a cena dos anos 1960-1970, com a instalação do regime militar no Brasil.

A narrativa, dividida em duas partes, e por meio de uma linguagem que beira ao fantástico (na linha do realismo fantástico latino-americano), retrata o cotidiano de uma cidade do interior, denominada Antares, na qual haviam morrido sete pessoas no mês de setembro. Coincidentemente, os coveiros resolvem entrar em greve, assim se dá a representação do contexto sócio-histórico da época.

Na cidade, comandada por duas famílias, Vacarianos e Campolargos, com a greve dos coveiros, trabalhadores, problematiza-se a história, pois estes são acusados de comunistas por reivindicarem seus direitos trabalhistas. Logo, sem serem enterrados, os “mortos” passam a vagar pela cidade, exercitando o hábito de julgar a vida das demais.

Para Dalcastagnè, é esse ponto que promove um diferencial à obra, tendo em vista que se instala um paradoxo: o de que a liberdade só seria possível na morte.

[...] essa liberdade por meio da diferença só é alcançada com a morte. É a morte que desnuda o medo, que dissolve a “unidade fictícia” encarnada pelo poder despótico. É ela que elimina qualquer “desejo de servidão”, que apaga a vontade de ser o tirano. Definitivamente livres de toda forma de opressão, são os defuntos que procuram cumprir o papel dos vivos, exprimindo razões distintas, possibilidades negadas. Mas é fora da ordem do natural que isso acontece. (DALCASTAGNÈ, 1996, p.84)

Ou seja, a morte das personagens permite a estas uma análise daquilo que permanece vivo, ao mesmo tempo institui um dialogismo à obra, pois passa-se da voz de um narrador para a polifonia do julgamento dos defuntos.

Para a autora, esse recurso incorre no entendimento de carnavalização da literatura, elaborado por Bakhtin, no qual esse espetáculo visto na obra é capaz de criar uma simbologia própria. Quanto a esse aspecto da carnavalização, a autora acredita que ele também esteja presente em outras

obras, como *Os tambores silenciosos*, de Josué Guimarães, e *Sombras de reis barbudos*, de José J. Veiga, que também atuam na mesma temática, e que merecem igual destaque.

O primeiro, para Regina, centra-se na figura de um ditador, o que o torna bastante original diante de obras do mesmo estilo produzidas no Brasil, porque, ao contrário do produzido por aqui, que narra na ótica das vítimas da ditadura, a obra se desenvolve na perspectiva do opressor.

Sobre a obra mencionada, a trama tem por personagem principal o Coronel João Cândido, que planeja a criação de um local que considerava ideal, Lagoa Branca. Para que isso viesse a acontecer, adotou como primeira medida a censura da mídia, que resultou em uma onda de violência, que acomete estudantes e mendigos, principalmente. A instituição da violência durou cerca de sete dias, que culminaram com o suicídio do coronel, e, portanto, o fracasso dos seus planos.

Os tambores silenciosos é o único que se ocupa de maneira especial da figura do tirano, e, junto com ele, do discurso do poder. Ao contrário dos romancistas hispano-americanos, pródigos ao escreverem sobre seus ditadores, os brasileiros preferiram concentrar-se nas vítimas da tirania. (DALCASTAGNÉ, 1996, p.84)

Esse recurso possibilita ao mesmo tempo a derrubada de um certo maniqueísmo apregoado aos ditadores e opressores, como também revela as bases que constituem os discursos do poder utilizados por esses.

Já na obra de José J. Veiga, *Sombra de reis barbudos*, a crítica direciona-se também à violência opressora proposta pelo poder totalitarista. Instala-se na pequena cidade de Taitara uma companhia, cujo dono é Baltazar, tio do narrador da história, Lucas, de 11 anos. Após a instalação da Companhia de Melhoramentos, o tio do narrador, até então adorado pela população, afasta-se da companhia, e sucedem-se diversos fatos estranhos na cidade. A companhia emite uma série de restrições, o que gera revolta nos moradores, e, como resposta, estabelece-se a violência. Essa manutenção do poder totalitário chega a fascinar o pai de Lucas, Horácio, que, depois de subir de cargo na empresa, assume um comportamento violento perante a família.

[...] E nisso reside a força da Companhia de Melhoramentos de Taitara, que se instala na cidade e passa a controlar obsessivamente a vida dos moradores, impondo regras e leis cada vez mais absurdas e inexplicáveis. Sem saber direito por

que nem como, as pessoas vão perdendo sua liberdade, negociando-a em troca de um pouco de poder sobre o outro – aquele que um dia já foi vizinho, o companheiro de trabalho, o amigo. Vítimas de uma solidão forjada pelas circunstâncias, uma solidão que separa os homens e rouba sua identidade, os moradores de Taitara entram numa espécie de regime totalitário [...] (DALCASTAGNÉ, 1996, p.102)

Assim, a instalação desse regime totalitarista se dá de maneira rápida, pois os moradores o aceitam com uma certa conformidade, adaptando-se a ele. Logo, pode-se compreender essa apatia tanto em termos da cidade ficcional da obra, como diante de situações como a implantação dos regimes militares ao redor da América Latina.

Um outro grupo de obras para o qual a autora chama a atenção é aquele no qual a narrativa é desenvolvida por mulheres, tais como, inicialmente, *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado. O romance tem como personagem principal Lena, uma jornalista que retorna ao convívio familiar junto da mãe, tomada pelas dúvidas relativas à necessidade de contar e dar seu testemunho sobre o vivido por ela depois de se autoexilar ao ser perseguida pela ditadura militar no Brasil, e por ter no irmão, Marcelo, um dos líderes estudantis mais procurados do momento. Vivendo fora do país, Lena sofre de diversos problemas: existenciais, familiares, amorosos, financeiros e é, principalmente, acometida pelas extensões traumáticas, provocadas pelo exílio e pela tortura, refletidas através das personagens criadas em uma peça teatral e das demais personagens ao seu redor. Para Jacomel (2008):

*Tropical Sol da Liberdade* (1988), de Ana Maria Machado, é um romance que apresenta uma versão periférica da história da Ditadura no Brasil. Sob a ótica feminina e feminista, uma ex-universitária e iniciante no ofício de escritora narra como aconteceram alguns fatos que marcaram a juventude brasileira de 1964, entre os quais, ela representa o centro dessa narrativa. No processo de “re-visitar” seu passado, Lena desconstrói todo um aparato que funciona como pilar da grande narrativa histórica, aquela contada pelos grupos dominantes de direita. Nesse sentido, a protagonista do romance, Helena, é também a protagonista de uma nova leitura da história das décadas de 60 e 70, construída pela escritora Ana Maria Machado, em detrimento do retrato social feminino sob o olhar “negativo” dos homens. (JACOMEL, 2008, p.421)

Das múltiplas possibilidades que a obra nos permite analisar, a perspectiva do trauma, dentro da narrativa, contemplado através da tortura e do

exílio, será a abordagem principal. Isso porque a história desenvolvida está, através das personagens, entrelaçada ao reconhecimento do período ditatorial como um trauma, coletivo e individual, principalmente nos incursionando pelos caminhos da tortura e da representação que o exílio adquire na vida de diversas personagens ao longo da obra.

Por esses elementos é que *Tropical sol da liberdade* é recebida como uma narrativa testemunhal, já que narrar o vivido passa a ser uma necessidade para quem foi acometido por quaisquer traumas, o que significa que “narrar o trauma tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”(SELIGMANN-SILVA, 2008, p.65).

O desejo de renascimento parte de um anseio maior ainda, que é a possibilidade de reconstrução da vida, como se narrar a dor passasse a ser encarado como uma terapia. Ainda no sentido da narrativa testemunhal como forma de escape ao trauma vivido, os autores reforçam que o ato de tornar o testemunho uma narrativa, de certa forma, consiste em uma dualidade, visto que, neste caso, a linguagem não é suficiente para representar o trauma. Desta dualidade é que nasce a narrativa testemunhal.

Modelos de narrativa como essa permitem o conhecimento de que as esperanças nascidas com a resistência à Ditadura Militar pertenceram não somente àqueles que de alguma forma resistiram, mas também a uma parte considerável do povo brasileiro.

Ao optar por este prisma, na observação de fatos ocorridos durante os Anos de Chumbo da ditadura brasileira, a obra alarga o horizonte de expectativas e contribui para desvelar a repercussão desse momento na vida daqueles que não se envolveram diretamente nos eventos, mas que também sofreram as repercussões das sombras que se instalaram no país. Quantas mães esperaram em vão seus filhos, quantos estiveram na passeata dos cem mil lutando anonimamente pela liberdade cassada, quantos esconderam provas que pudessem incriminar amigos ou membros da família, se mostrando solidários para com a luta pelos direitos humanos violados? Muitos foram esses, cujas vozes não nos chegaram. Lena e sua mãe – Amália, Luís Cesário e a esposa Carlota e também os muitos exilados que “depõem” no romance machadiano, vêm nos mostrar que a dor e os sonhos de mudar a dura realidade que se instalou no Brasil foram compartilhados por uma enorme parcela da população. (FORSTER, 2012, p.56)

Nesse compasso, a mulher narra para reconstruir uma história coletiva e também a sua, individual, na medida em que procura reescrever do ponto de vista

dos oprimidos. Sua angústia também foi pelo seu papel social: na espera pelos filhos, pelos maridos. Assim, a voz das mulheres reivindica a inclusão nas narrativas do tipo e ao mesmo tempo permite um outro olhar sobre as narrativas.

Uma característica marcante dessa narrativa testemunhal feminina é que o lugar de que se fala, o espaço que se ocupa, é a casa (espaço tipicamente feminino). Essa casa remete quase sempre à solidão e permite um fluxo de reminiscências muito grande.

Como é o caso da obra *A voz submersa*, de Salim Miguel, cuja personagem principal, Dulce, passa a refletir sobre a própria vida depois de presenciar a morte do estudante no restaurante Calabouço, no ano de 1968.

O narrador, absolutamente distanciado, transfere o seu discurso para a personagem, então narrador "ad hoc". E através da fala de Dulce vão se configurando as demais personagens: Silvio, seu marido, as cunhadas, os filhos, a mãe, o sogro, as Primas; bem como vai sendo delineada a topografia da sociedade brasileira. (FERREIRA, 1985, P.84)

Esses romances que tem como personagens principais mulheres estão sempre ligados com dramas pessoais, que geralmente envolvem os maridos e a violência observada durante o regime. Assim, para a autora, essa ótica feminina, o lugar do qual se fala, serve como uma forma de repensar os comportamentos da classe média nesse período.

O romance *As meninas*, de Lygia Fagundes Teles, por sua vez, apresenta as personagens Ana Clara, Lorena e Lia, que, vivendo em uma pensão para moças, estão diante da vida adulta, atribulada por mudanças constantes, inclusive a repressão política proposta pelo regime militar em 1973. Nesse mundo fechado das três meninas, a cada uma delas cabe uma representatividade discursiva. Lorena, introspectiva, que nunca sai da pensão, principalmente, no transcorrer da greve da universidade, e apesar de conduzir a narrativa, pouco vivencia da realidade externa, utilizando as outras duas meninas como forma de experimentar o momento, e também de analisar o mundo através das companheiras de pensão. Por causa de seu distanciamento e uma análise superficial da realidade, Lorena é tida como uma representação do pensamento burguês. Lia, militante de esquerda, tem sua vida condizente com a realidade do guerrilheiro urbano, pois passa os dias a distribuir panfletos e fugir da polícia. Com a prisão do namorado passa a debater sobre

política e sexo, condenando muitas vezes o posicionamento de Lorena. Já Ana Clara, personagem autodestrutiva, vive imersa no mundo das drogas, impulsionada pelas reminiscências dolorosas do seu passado.

*As meninas* é um livro que se fez junto com um tempo, não uma obra *a posteriori*, onde a reflexão sobre o que se passou vem impregnando o discurso. É um romance que se interrompe para ver como as coisas prosseguem e que, enquanto espera, vai confabulando com o passar dos dias. Mas o diálogo em *As meninas* não é só esse, maior, com o tempo e com o mundo, há também aquele diálogo miúdo, que faz de cada pensamento uma conversa com o outro. (DALCASTAGNÉ, 1996, p.121)

Assim, cada uma dessas personagens testemunha angústias de seu tempo, em um trabalho com a memória que procura permitir a reconstituição de si mesmo, de sua consciência. Também servindo para problematizar as situações encontradas pelas personagens.

Regina Dalcastagnè concorda com os estudos de Silviano Santiago acerca da composição da prosa na literatura brasileira mediante a repressão, a censura e o regime militar. Acredita-se que existiram três maneiras de o romancista responder a esses fatores: a primeira, uma prosa com elementos fantásticos; a outra, o romance-reportagem; e a última, a narrativa autobiográfica.

[...] A primeira delas seria a “prosa de intriga fantástica e estilo onírico em que o intricado jogo de metáforas e símbolos transmitia uma crítica radical das estruturas de poder no Brasil”. Depois, viria o romance-reportagem, “em que se denunciavam os arbítrios da violência militar e policiais nos duros anos do AI-5, arbítrios esses que tinham sido escondidos da população em virtude da censura imposta às redações de jornal e aos estúdios de televisão.

Por último, já com a volta dos exilados políticos, em 1979, surgia a narrativa autobiográfica, a partir dos relatos de ex-guerrilheiros. [...] (DALCASTAGNÉ, 1996, p.115)

Sabe-se que essas divisões são incompletas e devem ser evitadas, tendo em vista que algumas obras não se encaixam dentro dessas sessões. Mas como forma de ilustrar uma classificação da produção no Brasil, a mencionada acima foi pensada de maneira bem eficiente, adequando-se às características da literatura nacional relativa ao gênero em questão.

O romance *O amor de Pedro por João*, de Tabajara Ruas, lançado em 1982, mostra como foram os anos de mudança com a implantação dos regimes

militares na América Latina, em especial a América do Sul, e os motivos que desencadearam a luta armada estudantil contra o regime.

Assim, a obra que tem, inicialmente, o Chile, de Salvador Allende como espaço da narrativa, justificado pela abertura socialista proposta por esse presidente, vai traçando uma série de questionamentos (o principal deles é o exílio) que acometem suas personagens – possível de ser reconhecido pela inconstância da voz da narrativa: ora um narrador em terceira pessoa (onisciente) ora o fluxo de consciência das personagens (monólogo interior).

Não há nesse romance heróis, até mesmo porque, diante da repressão e da violência, as personagens continuam com os seus dramas pessoais, por isso não se torna um romance estigmatizado pelo panfletarismo. O que não quer dizer que a obra não proporcione uma discussão política e conjunta ao contexto histórico da época, tendo em vista, cabe ressaltar, que as personagens estão envolvidas com o exílio por sua ligação com a política e com os grupos armados de resistência.

Assim, as personagens também estão dispostas em grupos: jovens militantes, como Marcelo, Mara, Beatriz e Hermes; os comunistas extremistas, João Guiné e Sepé; os Rebeldes, como Dorival e Ana; e os comunistas do partido, Josias e Degrazzia. De certa forma, esses quatro grupos representam três períodos da história do Brasil, respectivamente: a Coluna Prestes, com os comunistas do partido e a oposição a Vargas, a Campanha da Legalidade e o Golpe Militar.

Assim, durante a obra, as personagens estão lidando diretamente com três fatores, o primeiro deles, o exílio, como pode ser visto no trecho abaixo em que a personagem Marcelo pede asilo político a embaixada do Chile na Argentina:

- Aqui não tem nada a temer. Subindo essas escadas certamente encontrará companheiros. Já temos muitos hospedes, o senhor é o número 780 e não duvido que chegarão outros. Estamos tratando de organizar-nos na medida do possível. O senhor compreende, não há habitações suficientes, precisamos nos arranjar de qualquer maneira. Felizmente é uma situação provisória. Para termos ordem aqui dentro contamos com a máxima colaboração dos senhores. (RUAS, 2015, p.14)

Logo, o exílio torna-se uma representação da tristeza, do afastamento forçado do país, da ruptura com a cultura e os costumes, e também com o conflito do abandono da luta.

O outro fator, a instauração do golpe, visto em toda a América Latina, começando na obra, com o decreto expedido pelo regime militar no Chile, presenciado pela personagem Dorival que ouve nervosa o decreto:

- Este é o comunicado *Número Uno de las Fuerzas Armadas de Chile* para o povo chileno. Desencadeamos a partir desta madrugada uma operação militar contra os inimigos da pátria, em especial contra os mercenários estrangeiros que vieram à nossa terra derramar o sangue de nossos irmãos. A partir deste momento fica declarado o estado de Lei Marcial em todo o território chileno, já que o senhor presidente da República não quis negociar nem aceitar as condições das Forças Armadas. A partir das doze horas será iniciado o toque de recolher. Todo cidadão que se encontrar na rua será automaticamente preso. Todo cidadão que portar armas de qualquer espécie será fuzilado no ato. Repetimos: todo cidadão. (RUAS, 2015, P.68)

E o último fator, a tortura e a violência empregadas contra os militantes:

A sala está fortemente iluminada e apesar disso fria. A despensa estava escura e abafada. Alguém sentado ao contrário numa cadeira, lendo jornal, volta para eles o olhar indiferente. Fecha os olhos porque o escuro da sala é pior do que o escuro que faz quando se fecham os olhos. Fecha-os e sabe pelo tremor das pernas que mesmo deixando-os fechados não poderá impedir que a mão de unhas afiadas se aproxime, crispada, com grossas veias. Insólito aparelho no meio da sala: um pau atravessado entre duas mesas. Sentiu vontade de urinar. Quando as garras se cravam nas suas costas sabe que a urina escorrerá pelas pernas, o magro corpo nu pendurado de cabeça para baixo, a mão cabeluda de grossas veias roça-lhe a nuca e um vulto – cobra, aranha – rasteja entre seus pés como esse gemido parece arrastar-se pelo chão e ela grita de pavor no momento que a urina escorre pelas suas pernas e pinga nos sapatos, amarela, pinga, pinga. Algo que pinga. Rubro. Gritou. Agarrou-se a Pedrinho e gritou. Suas mãos meteram-se pelos cabelos, ambos gritavam e se apertavam e não sabiam bem por quê: havia na sala de luz cegante esse homem lendo jornal; havia outro, nu, magro, pendurado de um pau, cabeça para baixo, deixando escapar essa gota vermelha. Que pinga. Que pinga. Que pinga. Que pinga. (RUAS, 2015, p.158)

Um outro exemplo, que serve de ilustração para a outra etapa de gêneros produzidos nesse estilo, é *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, no qual o narrador K. (supõe-se, porém não se pode afirmar, uma referência aqui ao próprio autor – tanto pela inicial do narrador quanto pela própria história familiar) relata sua busca pela filha, Ana Rosa Kucinski Silva, desaparecida

política no período da ditadura militar no Brasil. Logo, quase que numa atemporalidade, pois poucas citações com relação ao tempo são dadas, torna-se cúmplice do narrador, acompanhando esse processo que tenta desvendar e revelar o paradeiro da militante, colocando esse grupo em evidência.

Tem-se a impressão de que nós, os leitores, somos “cúmplices” de K.: durante a narrativa, não sabemos muito mais que o personagem principal. A informação extra que recebemos provém da construção da obra, baseada na pluralidade de vozes mencionada há pouco. A ficção, portanto, preenche suas lacunas. A busca do personagem por informações é, também, tarefa do leitor. De certa forma, assim como K., estamos com os olhos vendados. Nenhuma informação é fornecida de maneira direta e clara, e cada pequena narrativa, de uma voz que não a do personagem principal, nos oferece uma pista para que possamos entrelaçá-las e dar-lhes sentido. (ARAUJO, 2015, P.40)

Na tentativa de chegar a um resultado, é possível acompanhar o exausto percurso de K. na busca pela filha, professora universitária de 32 anos que vivia com o namorado, que também desapareceu. Após a falta de notícias, o pai resolve procurá-la na Universidade de São Paulo, na qual ela dava aulas de química. Logo, fora informado que Ana já estava sumida há 11 dias. Nessa procura ele sente e vê reações estranhas ao perguntar por ela, como se houvesse um silenciamento sobre a sua ausência. Ao mesmo tempo, ocorre uma ditadura no país. Distante dessa realidade, K. tenta contratar um advogado para cuidar do caso da filha, o mesmo se recusa. Logo, o pai lê em um jornal que a Arquidiocese de São Paulo convocava familiares de desaparecido políticos, e ele passa a perceber o contexto que estabelece o sumiço de Ana e do namorado.

Assim é que o narrador é colocado diante da ditadura. Passa a procurar a filha, lutando contra a burocracia de um sistema que negaceava tal fato, como num ciclo sem fim. Diante da difícil constatação de que a filha estava “desaparecida” (entende-se morta), teve que travar um embate até com a própria religião para a instauração de um enterro simbólico.

Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. (...) os *goim* de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (KUCINSKI, 2014, p. 23)

Portanto, além de externar a dor, escritas como essa pretendem também a denúncia, a disponibilizar dados para que possam ser refletidos. A alteridade se faz necessária perante esse dilema. Ainda que inscritos em um universo

ficcional, não se pode menosprezar o contexto de fundo da obra, que se sabe como real.

Algumas figuras e sentimentos perpassam todas essas obras, apresentando-se com recorrência, como os casos do exílio e da tortura, também como figuras que compuseram os quadros da ditadura militar, como o torturador Delegado Fleury, que aparece como algoz em muitas obras, a título de exemplo, em *Tropical sol da liberdade* e *K. – Relato de uma busca*.

[...] Diana tentava se sentir livre, mas sempre tinha muito medo, as lembranças eram muito fortes, a dor muito recente. Ela tinha sido mesmo muito maltratada na prisão, torturada para valer. Tinha um pavor tão grande da lembrança do delegado Fleury que, embora precisadíssima de um emprego, não teve a menor condição de se apresentar num trabalho porque o endereço era uma rua chamada Fleurus. O suficiente para deixar Diana abaladíssima, procurando os mais variados pretextos para não ir lá. Qualquer sirene de polícia ou ambulância que passasse a congelava, ela parava o que estava fazendo, emudecia, às vezes tremia. Mas, fora isso, era uma pessoazinha adorável, doce, meiga, alegre, solidária, com um senso de humor invejável. Como construir essas nuances num texto teatral? Tinha que ser aos poucos, mas de maneira clara e incisiva, de modo a preparar a cena seguinte. (MACHADO, 2005, p.132)

A figura do delegado constitui-se trauma para a personagem Diana, pois traz à tona todos os momentos em que foi submetida à violência e às técnicas de tortura.

Na obra de Kucinski, a personagem Jesuína Gonzaga também relata Fleury como o responsável por problemas psicológicos que adquiriu enquanto trabalhou para o Esquadrão da morte, comandado pelo delegado.

“Uma vez, eu fiquei sozinha quase a manhã inteira, os PMs mineiros saíram bem cedo de caminhonete dizendo que tinham acabado os sacos de lona, o lugar onde compravam era longe, iam demorar. O Fleury já tinha voltado para São Paulo de madrugada. Eu sozinha tomando conta. Então desci até lá embaixo, fui ver. A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue”. (KUCINSKI, 2014a, p.132)

Na tentativa de reportar-se a fatos verídicos e incluí-los na obra literária, como tentativa de propagar a verdade, os depoimentos como o de Jesuína

corroboram a ideia de que o gênero testemunho estrutura-se sobre a ideia da denúncia.

Outra obra do autor que chama a atenção é *Você vai voltar pra mim* (2014), cuja figura do Delegado Fleury aparece novamente. No conto “Pais e filhos”, cita-se que “Logo reconheceu o sujeito alto e forte: era o delegado Fleury, que aparecia muito nos jornais, acusado de ter chefiado um esquadrão da morte.” (KUCINSKI, 2014b, p.94)

A obra é uma coletânea de contos, cuja inspiração, como consta no Prefácio escrito por Maria Rita Kehl, é “o encontro do militante político com o horror do sistema repressivo, oficial ou clandestino, criado para exterminar qualquer tentativa de oposição ao projeto da ditadura militar de 1964-85. ” (KEHL, 2014, P.15)

Constam na obra 28 contos que tratam a temática nas mais diversas perspectivas: da vítima, da família da vítima, do torturador, do político. Em todos eles, as representações da dor (física ou psicológica) são retratados, ora para justificá-los, no ponto de vista da repressão, ora para condená-los, no ponto de vista das vítimas.

No conto inicial, “A Beata Vavá”, a luta de uma mulher, atuante dentro da igreja, moradora de Salvador, que roga ao bispo da igreja católica de sua paróquia para que intervenha nas sessões de tortura pelas quais o filho Anésio, militante do MRT, passava diariamente no presídio Barão de Mesquita em 1972:

[...] Era um pedido de socorro de seu filho, que naquele mesmo momento estava sendo supliciado, e era de urgência urgentíssima arrancá-lo das mãos de seus algozes na Barão de Mesquita, esse mesmo lugar de onde, dois anos depois, como vocês sabem, retiraram presos para trucidá-los na casa da morte de Petrópolis. (KUCINSKI, 2014b, p.22)

No quinto conto, “Sobre a natureza do Homem”, Rui, personagem principal, liga para a casa de Imaculata, cuja família justifica que a moça não poderá atendê-lo pois não fala mais e não mantém mais relações sociais, ficando isolada por vontade própria. O rapaz explica à família da moça que entende sua reação, pois havia sido preso com ela durante a ditadura e compreende o processo pelo qual ela passou, porém ele diz que a família precisa responder ao processo de indenização às vítimas da ditadura, assim

como ele o estava fazendo. O advogado da moça explica ao rapaz a situação da amiga Maria Imaculata:

- Nas duas primeiras semanas, Maria Imaculata foi muito torturada. A equipe que a interrogava foi de uma selvageria sem limites. Depois a trancaram numa solitária. Então, mudou a equipe e pegavam mais leve, vez ou outra. Mas a expectativa de ser torturada de novo e de novo fez mais estragos nela do que a tortura física. A Imaculata se apagou, ficou abúlica. (KUCINSKI, 2014b, p.47)

Maria Imaculata é o retrato da devastação que o trauma advindo da tortura é capaz de provocar no ser humano. No seu caso, a tortura física não foi a principal causadora, mas a possibilidade de ser recorrentemente torturada, a espera pela nova sessão de tortura e o consequente condicionamento a essa ideia foram suficientes para isso.

Em “Cenas de um sequestro”, dialogam duas personagens militares, de patentes inferiores, que aplicavam técnicas de tortura em militantes. Em uma das sessões, o militar de patente inferior acaba por matar uma pessoa, e é repreendido pelo chefe, tendo em vista que a vítima foi considerada um quadro importantíssimo na resistência e poderia entregar outros nomes, além do agravo de ter sido sequestrado pela repressão junto com sua família, a mulher e dois filhos.

Nessa situação inusitada, o militar acabou por matar também a mãe dos garotos, deixando os filhos, de pai e mãe subversivos, órfãos. Logo, Lurdes, assistente social, contratada pelo regime, tenta resolver a situação das crianças, colocando-as para a adoção, porém, mediante o comportamento dos militares com as crianças, ela, que já havia participado de diversos casos parecidos, mostra-se bestificada, tendo em vista que os militares estavam expondo as crianças ao vexatório em público.

- Boa ideia. Não suporto mais. Já vi de tudo nesse serviço, bebê em lata de lixo, menina estuprada pelo pai, todas as misérias da vida a gente é obrigada a ver, mas militar todo enfeitado mandar criança tocar campainha de palacete e pedir pra ser adotada, dizer que os pais são bandidos, isso eu nunca imaginei. (KUCINSKI, 2014b,p.162)

Ou seja, além de demonstrar como funcionava estruturalmente as sessões de tortura e alguns esquemas do regime militar, mostra-se como

algumas pessoas que trabalhavam para o regime reagiam a essas ações, nem sempre concordando com os métodos.

Na vertente autobiográfica do testemunho, recorre-se a exemplos como *Gracias a la vida*, de Cid Benjamin, lançado em 2013. A obra memorialística escrita pelo líder estudantil de 1968, atualmente jornalista, centra-se em descrever suas experiências com a guerrilha urbana no Brasil, durante a ditadura, e analisá-las agora com maturidade.

Seu contexto vai desde a implantação do regime militar, passando pela sua experiência do exílio, seu envolvimento na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e o episódio mais recente, a sua entrada para o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), já em meados dos anos 2000. Descrevendo sua trajetória, acaba por relatar os momentos dolorosos da luta armada, como a tortura; e também esmiúça o funcionamento do aparelho repressivo.

[...] Tento fugir das armadilhas da memória. Muitos acontecimentos relatados datam de 40 anos ou mais. Nos casos em que tive dúvidas, consultei pessoas que viveram as experiências para confrontar lembranças e diminuir a possibilidade, sempre real, de equívocos. (BENJAMIN, 2014, p.16)

De certa forma, ao contextualizar seu envolvimento com os movimentos de resistência, ele teoriza sobre a atuação destes e a atuação do regime. Para isso, ele inicia desde o movimento estudantil e o envolvimento com a luta armada:

[...] Apesar de muito jovem – só completaria 22 anos seis meses depois, em outubro -, naquele momento eu era uma espécie de bola da vez. Para os não iniciados em sinuca, explico: bola da vez é aquela que deve ser encaçapada prioritariamente num dado momento do jogo. Depois dos golpes que minha organização tinha sofrido naqueles últimos meses, o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) -, o organismo policial-militar que centralizava o combate às organizações de esquerda, sabia que só eu tinha sobrado da última direção da organização, eleita em novembro de 1969. (BENJAMIN, 2014 ,p.22)

Ele descreve o contexto, detalhando seu envolvimento, explicando sobre as organizações clandestinas, como ao dizer que “a experiência de usar nome falso numa cidade em que fui criado trazia, muitas vezes, situações difíceis”. (BENJAMIN, 2014, p.23). No auge da repressão, os revezes se multiplicaram:

A cada mês, novos companheiros eram presos ou mortos. As quedas faziam com que aumentassem as informações em poder dos órgãos de repressão política sobre quem éramos, como nos

organizávamos e que métodos usávamos. (BENJAMIN, 2014, p.28)

Diante desse contexto (o do aperto da violência com os Atos Institucionais), o autor relata o afastamento das pessoas. Os então simpatizantes se afastaram. A tortura passou a ser o método mais utilizado, numa forma incessante de o aparelho repressor chegar aos nomes mais importantes e desmobilizar as organizações:

Enquanto Lobo não aparecia, já despido, tive os fios amarrados no pênis e no dedo mindinho do pé direito e, em seguida, começaram os choques elétricos. A manivela foi girada, primeiro, pelo policial civil Luiz Timotéo de Lima, cujo codinome era Padre. Ele se jactava de gostar de “dar choques no pau dos terroristas”. Isso durou um tempo que não sei precisar. Logo os torturadores começaram a se revezar no manuseio da manivela. Ela era girada ora com maior, ora com menor velocidade. Eu, deitado no chão, tremia, saltava, urrava de dor e, no intervalo entre um choque e outro, xingava os torturadores de “filhos da puta” e todos os palavrões possíveis. (BENJAMIN, 2014, p.45)

O autor narra sua experiência com a tortura, citando nomes, como o do tenente médico Amilcar Lobo, nome recorrente em outras narrativas autobiográficas de militantes. Sobre esse método, o autor o define como “a tentativa de fazer com que uma pessoa renegue seu sistema de valores [...] uma tentativa de fazer com que a pessoa negue a si mesma.” (BENJAMIN, 2014, p.69). Ele esclarece que, na ditadura militar brasileira, “a tortura foi uma política de Estado”. (BENJAMIN, 2014, p.74).

O autor também relata a experiência de ter participado do sequestro do embaixador americano no Brasil:

[...]Depois de esperarmos pelo embaixador Charle Burke Elbrick das 10 da manhã até perto das 13 horas, suspendemos por um instante a operação e fomos fazer um rápido lanche. Logo em seguida, retomamos nossas posições. Sabíamos que, se nosso alvo não passasse por ali naquele dia, o pegaríamos no seguinte. Estávamos tranquilos, apesar de termos consciência de que aquela era uma cartada para ficar na história. (BENJAMIN, 2014, p.105)

O sequestro do embaixador é outro fator recorrente nas memórias autobiográficas, no caso da metaficção *Tropical sol da liberdade*, citada anteriormente, a sua referência serve de angústia para a personagem principal, tendo em vista o envolvimento do irmão. Corroboram a pressuposição de se tratar de uma metaficção os fatos históricos, externos à obra, que perpassam a narrativa,

em sua maioria, através da vivência da personagem Lena, como é possível perceber na seguinte afirmação:

Em *Tropical sol da liberdade*, importantes fatos que marcaram o pós-64 no Brasil são contados de forma poética, como o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, que objetivou a troca do sequestrado por militantes esquerdistas presos e alguns exilados. Um dos sequestradores foi o irmão de Ana Maria Machado, Franklin Martins. Ao relatar esse fato, a escritora centrou a narrativa nas impressões da mãe e nas reações da personagem Lena. Está sugerido, aqui, que o fato histórico em si (o sequestro do embaixador) não ocupou o primeiro plano na narrativa, mas as diferentes interpretações das personagens femininas o fizeram. Esse deslocamento do fato histórico para o ficcional constitui outra característica da metaficção historiográfica. Nessa nova forma de narrativa, os romances não explicam os fatos, mas subvertem, problematizam aquilo que os antigos romances históricos davam como certo e concluído. (VARGAS, 2011, p.1077)

Essa aproximação da história com a ficção é uma característica da metaficção, porém a autobiografia é a própria história. Seu problema não consiste na veracidade dos fatos, mas na edição que se faz deles para contá-los.

Para compreender os últimos anos de ditadura, as obras *Feliz ano velho* e *O que é isso companheiro?* se fazem importantíssimas. Publicado em 1979, *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira, narra as memórias do autor diante do seu envolvimento no sequestro do embaixador americano, tendo seu posicionamento confrontado por Cid Benjamin em *Gracias a la vida*, mencionado anteriormente.

Este portanto é o livro de um homem correndo da polícia, tentando compreender como é que se meteu, de repente, no meio da Irazabal, se havia apenas cinco anos estava correndo da Ouvidor para a Rio Branco, num dos grupos que fariam mais uma demonstração contra a ditadura militar que tomara o poder em 1964. Onde é mesmo que estávamos quando tudo começou?(GABEIRA, 2009, p.11)

Em seu relato, Gabeira discorre sobre os anos que viveu no Brasil e envolveu-se com a guerrilha urbana, ajudando no sequestro do embaixador; e depois dos anos no exílio, mais precisamente na Argélia.

*Feliz ano velho*, publicado em 1982, obra de Marcelo Rubens Paiva, divide-se conta as experiências pessoais do narrador, principalmente, os episódios da juventude que culminaram no acidente que mudaria sua vida, deixando-o paraplégico:

[...]As aventuras do Gabeira entravam pelo meu ouvido e me faziam lutar junto. Tinha momentos em que me identificava profundamente com ele. Principalmente numa parte do livro em que ele, perseguido pela polícia, é obrigado a ficar um mês no apartamento de uma pessoa que nem conhecia. [...] Era uma situação muito parecida com a minha, preso num lugar que não conhecia, absolutamente sem fazer nada. (PAIVA, 2014, p.37-38)

E descreve também o trauma familiar acerca da morte do pai, o deputado federal Rubens Paiva.

Justiça neste país é uma palavra sem muita importância. As pessoas de farda ainda são os donos do Brasil [...]. Chegará o dia de quem desapareceu com Rubens Paiva, assim como chegará o dia dos que desapareceram com vinte mil na Argentina, porque esses desaparecimentos têm o mesmo significado. O sadismo de alguns imbecis que apenas por vestirem fardas e usarem armas se acham no direito divino de tirar a vida de uma pessoa, pelo ideal egoísta de se manter no poder. (PAIVA, 2015, p.65)

Essa necessidade de justiça, de uma reparação histórica, movimenta o gênero testemunhal no Brasil, o que serve para constatar a diferença entre as acepções do termo, *Zeugnis* e *Testimonio*. Quando Marcelo Rubens narra a história do seu pai, ele deseja uma espécie de punição, principalmente quando compara a situação brasileira à argentina.

Não se pode contemplar tudo o que foi produzido nessa linha, porém coloca-se em xeque aquilo que tem tido recorrência em termos de estudos e pesquisas. Em 2004, Beatriz Bracher publica *Não falei* (coincidentemente lançada nos 40 anos de golpe militar), que investiga como a experiência na ditadura perpassa a vida das personagens. Gustavo, o narrador-personagem, professor, guerrilheiro, reflete sobre a sua trajetória durante os anos de repressão. A vida do narrador desmoronou desde a sua prisão pelo envolvimento na luta armada:

Vejam então. Fui torturado, dizem que denunciei um companheiro que morreu logo depois nas balas dos militares. Não denunciei, quase morri na sala em que teria denunciado, mas não falei. Falaram que falei e Armando morreu. Fui solto dias após sua morte e deixaram-me continuar diretor da escola. (BRACHER, 2004, P.08)

Preso e torturado na mesma época que seu cunhado Armando, e apesar de não ter revelado nenhuma informação durante a sessão de tortura, a ele coube uma culpa: a de ter entregue o cunhado que acabou sendo morto pela repressão. *Não falei*, portanto, é a afirmação de sua inocência perante essa

história. Consequentemente ao ocorrido, acabam por morrer a sogra e a mulher (vítima de pneumonia no exílio).

Assim ele precisa lidar com a recorrência de memórias, inclusive as traumáticas, que de certa forma o colocam diante de um silenciamento, provocado também pelo distanciamento do convívio social. Principalmente, isso o leva a refletir sobre a estrutura de poder sobre a qual se erguem as relações sociais.

Essa problemática do narrador com suas emoções e memórias acaba por influenciar na maneira como conduz a narrativa: texto corrido, sem capítulos, *flashes* de pensamentos, intermitências temporais, recorrência ao passado, além da multiplicidade de gêneros escolhidos pelo narrador para narrar o sentido. O próprio narrador ressalta essa representação da linguagem, quando diz que

Texto não é arte, é coisa dos homens e para os homens. As palavras mentem e fazem parte da vida, por isso não podemos nos deixar levar pelo que elas querem da música; a entrega, no texto, é o perigo. (BRACHER, 2004, P.134)

Essa resistência do narrador com o texto, com a arte de narrar, lembra a ideia de Walter Benjamin sobre a dificuldade de lidar com a narrativa diante do declínio da experiência, já em baixa na nossa sociedade:

Meu, minha, meu, como uma criança pequena aprendendo a fala da tribo, encontro-me nessa fase de aquisição de uma nova linguagem uma vez que a antiga, a que sabia e usei, suas palavras parecem ter se tornado estéreis, foram discutidas, aceitas e transformadas em algo que não reconheço mais. Por isso meu copo, meu pão, minha ira, meus sessenta e quatro anos. Como se precisasse novamente nomear e tomar posse do que levo comigo. Retornar à primeira pessoa e ao possessivo, as duas pragas juvenis que a modernidade nos legou e contra as quais sinceramente me bati. (BRACHER, 2004, P.15)

A linguagem, portanto, é a dificuldade maior na arte de narrar, não por questões puramente estéticas, mas pela simbologia que as palavras carregam na transmissão dos sentimentos e na compreensão das situações da humanidade. Através dela, os homens buscam compreender a sua própria história, desvelando as técnicas daquilo que se quer dizer. Quando Gustavo, o narrador, precisa reaprender a viver, tem que lidar com os problemas da

linguagem. Uma das consequências do trauma é a dificuldade de expressar-se através da língua.

### 3 NÓS NÃO ESQUECEMOS

Marcelo Rubens Paiva é escritor, dramaturgo, músico, possui formação em jornalismo e atualmente é colunista no jornal O Estado de S. Paulo. Podem-se ver as múltiplas vertentes criativas da escrita do autor, que, desde sua primeira obra, passa a contribuir na literatura brasileira com temáticas e estilo de linguagem que possibilitam uma diferenciação no cenário da literatura nacional.

Sua família ficou conhecida nacionalmente por conta da morte de seu pai, o Deputado Federal Rubens Paiva, pelo Regime Militar. Logo, a busca incansável pelo paradeiro do pai passou a fazer parte da sua história. Publica também outras obras, tais como: *Blecaute* (1982), *Uabrari* (1990), *As fêmeas* (1992), *Bala na agulha* (1994), *Não és tu Brasil* (1996), *Malu de Bicicleta* (2004), *O homem que conhecia as mulheres* (2006) e *A segunda vez que te conheci* (2008).

Na recorrência de obras memorialísticas, podem-se visualizar duas obras de Marcelo Rubens Paiva. A primeira, lançada em 1982, *Feliz Ano Velho*, trata de um resgate memorialístico narrativo a partir de um incidente que veio a mudar sua vida: o fato de aos vinte anos de idade, após mergulho em um rio, ter ficado paraplégico. Acamado em um hospital, o narrador, em primeira pessoa, passa a refletir sobre diversas situações, e principalmente a rememorar sua história pessoal – envolta de todos os laços sentimentais: família, amigos, namoradas e sociedade – na busca por sua própria identidade, estando diante de uma situação que transformaria sua vida.

Assim, o narrador passa a transportar o leitor para suas lembranças de infância (como, por exemplo, o trauma de lidar, aos sete anos, com a morte do pai, o Deputado Federal Rubens Paiva – cassado, exilado e depois morto pelo Regime Militar), as da juventude (relato das primeiras experiências em torno da sexualidade, envolvimento amorosos e desejos sexuais, a vida universitária e profissional, as amizades e o gosto pela música), familiares (o trauma advindo da morte do pai e a situação familiar daí decorrente), clínicos (o diagnóstico clínico da lesão, o cotidiano do hospital, consultas e reabilitação, as perguntas que surgem diante do quadro de paraplegia) e sociais (ilustrações de como o autor pensa a sociedade).

O turbilhão de emoções e perguntas que acometem o narrador acaba por tornar o enredo não linear, passeando por diversas fases da vida de Marcelo Rubens Paiva, que parece refletir para, com afinco, encarar uma nova perspectiva de vida.

Logo, o narrador acaba por utilizar-se da rememoração também para encontrar a sua identidade diante do mundo e do espaço familiar, ao avaliar o impacto do “desaparecimento / morte” do pai no contexto ditatorial, apontando uma perspectiva histórica a qual o Brasil não reconhece como verdadeira, como oficial, acabando por servir de documento, de fonte para questionamentos vários.

Sobre isso, Silveira (2005) acredita que

recorremos a *Feliz Ano Velho* como fonte documental para nossa reflexão, pois esta obra ao utilizar-se de uma linguagem fora dos padrões tradicionais empregados pela cultura “letrada” e dominante, revela aspectos da realidade pertencentes a segmentos sociais populares da sociedade, ou seja, dos grupos que foram oprimidos pela História oficial. (SILVEIRA, 2005, P.9)

Por oportunizar o questionamento, a obra de Marcelo Rubens Paiva estabelece conexões com o realidade, oportunizando a reflexão sobre muitos fatores sociais, como cultura, juventude e política. Silveira (2005) reitera a importância desta obra ao revelar que

Sendo, a literatura considerada um dos “lugares de memória” de uma sociedade, enxergamos o livro *Feliz Ano velho*, perpassado por uma carga simbólica representativa dos grupos sociais do pós-64, pois o mesmo consegue armazenar “o máximo de sentido num mínimo de sinais...” tornando-se revelador do universo sócio-cultural e político do momento histórico. (SILVEIRA, 2005, P.14)

Sobre a utilização intencional da escrita, Santos (2006) crê que, em *Feliz Ano Velho*, “Paiva utiliza-se da escrita memorialística para cobrar um acerto de contas como regime militar, já que sente que a ditadura foi a responsável por seu drama familiar, deflagrado pelo desaparecimento do pai, o deputado federal Rubens Paiva.” (SANTOS, 2006, p.16). Silva (2012) afirma que a obra compõe um panorama da cultura e juventude brasileira da década de 80:

Compondo o arquivo da história da cultura brasileira, *Feliz Ano Velho* retrata, a partir da narrativa autobiográfica do autor, o percurso e os percalços de uma juventude que vivenciou a experiência de um país confuso, um país que já não era mais o mesmo daquele dos seus pais, um país que já vivia a ressaca daquele ufanismo de direita que por tanto tempo impregnou o imaginário nacional, assim como, também, demonstrava insatisfação frente o universo das tendências mais esquerdistas de atuar e de pensar, resgatando o frescor e a atitude crítica da cultura jovem comprometida com os grandes desafios de sua época, tudo isso, associado com o universo cultural de então, repleto de elementos como as bandas de rock, a influência de uma cultura televisiva cada vez mais incorporada ao cotidiano das famílias brasileiras, inclusive com a associação de programas televisivos voltados para o grande público que se tornaram quase

sinônimo do imaginário dos anos 80, a exemplo de TV Pirata, Armação Ilimitada, Perdidos na Noite e etc., além de uma presença marcante da relação estabelecida com as drogas, com toda uma série de atitudes e valores morais expressos nesse universo de comportamentos. (SILVA, 2012, p.6)

Passados trinta e três anos do lançamento de sua primeira obra memorialística, *Feliz ano velho* (1982), Marcelo Rubens Paiva utiliza-se mais uma vez desse recurso para contar, agora, a trajetória histórica da mãe – Eunice Facciolla Paiva –, na obra *Ainda estou aqui* (2015).

Em 2006, a mãe, diagnosticada com Alzheimer, precisa sofrer uma interdição familiar e passa a ser cuidada pelos cinco filhos: Vera, Eliana, Ana Lúcia, Beatriz e Marcelo (detentor legal de sua guarda). A ausência de memória da mãe é ponto de partida pelo qual o narrador conduz o enredo, apresentando a trajetória familiar da mãe, filha de imigrantes italianos, que por toda a vida dedicou-se à família e aos estudos, passando a assumir a criação de seus filhos após a morte do marido, o Deputado Federal Rubens Paiva – um dos casos mais conhecidos e relevantes para a história dos desaparecidos.

Não obstante, Eunice e a filha Eliana, após a prisão de Rubens Paiva, foram também presas e interrogadas no DOI-Codi, com a finalidade de denunciarem qualquer envolvimento do deputado socialista com grupos que se opunham ao regime. Rubens, preso, foi torturado, morto, esquartejado e teve seu corpo jogado ao mar (o que só foi descoberto recentemente com a instauração da Comissão Nacional da Verdade no Brasil). Logo, Eunice, liberada, retorna para casa e não obtém notícia alguma sobre o marido, sobre o qual foram espalhadas diversas versões para alegação de um suposto sumiço, o que a tornou, por não crer nessa versão, uma contestadora do Regime, que a inseriu numa luta encampada em favor dos Direitos Humanos no país.

Marcelo, filho de Eunice e narrador da história, salienta que a mãe e a família nunca se vitimizaram diante de tal situação, pois a mãe acreditava que aquele sofrimento era igual ao de muitas outras famílias, não cabendo à sua um destaque maior. Acaba, por conseguinte, abordando a personalidade da mãe, mulher decidida, batalhadora e estudiosa, que aos 46 anos forma-se em Direito, atuando principalmente na causa dos direitos dos povos indígenas.

A luta de Eunice passa a ser diária com a perda da memória e luta da família para se adaptar a uma situação inesperada, principalmente porque a história da mãe

também compõe a história do Brasil, na medida em que se imbricam duas vertentes de um mesmo fato: de um lado, Eunice Paiva, e a luta pela publicização dos inquéritos da Ditadura Militar, e, do outro, o Regime e a negação do discurso de que houve no país um governo autoritário.

Demonstrando imensa admiração pela mãe, o narrador lhe dedica um resgate biográfico, para exaltar sua luta, para que, em contraponto com sua doença, ninguém possa esquecê-la. Brasil (2015) refere-se à obra, recém-lançada, como sendo “um tributo ao resgate da memória: a do pai, violentamente apagada pela ditadura, e a da mãe, que se estilhaça aos poucos” (BRASIL, U., 2015). Já Ivan Finotti (2015), em sua resenha *Novo livro de Marcelo Rubens Paiva é construído sobre memórias familiares*, acredita que o livro se desenvolve sobre três eixos: a mãe, o pai e o susto (desaparecimento / morte do pai).

Pedra (2015) revela que

é com uma escrita madura em que se alternam emoção, ironia e humor que autor constrói, no recém-lançado *Ainda estou aqui*, uma narrativa que se acompanha com prazer, a despeito dos temas pesados de que trata: o desaparecimento do pai, o político Rubens Paiva, e a doença da mãe, a advogada Eunice Paiva, portadora do mal de Alzheimer. (PEDRA, 2015)

Vê-se que a relação entre memória e história é sempre associada às obras memorialísticas de Paiva, principalmente na segunda, *Ainda estou aqui*. Sereza (2015) aponta uma dualidade entre o esquecimento de Eunice, mãe do narrador, e o resgate da memória do pai, Rubens Paiva.

A realidade e o livro de Marcelo fazem com que a memória de Eunice Paiva se apague sem que a memória de Rubens Paiva sequer tenha a chance de ser reconstruída. Essa é a dualidade explícita da obra: o corpo de Rubens Paiva ainda não está entre nós, e provavelmente nunca venha a ser encontrado, enquanto a memória de Eunice Paiva ainda está aqui, apagada, frágil, incapaz de fazê-la andar. Enquanto isso, a ditadura militar ainda está aqui, só que mais forte: se a história e a memória desse período se registram por força da literatura, das pesquisas de comissões da verdade, de profissionais da história e dos arquivos que restaram, a interdição inexplicável do tema na Justiça, na política e especialmente nos posicionamentos públicos das Forças Armadas como que nos condena a ficarmos presos ao apagamento dessa vaga de violência iniciada 51 anos atrás. (SEREZA, 2015)

Schwarcz (2015) acredita que em *Ainda estou aqui*

Marcelo pega o fio da vida de sua mãe, Eunice Paiva, para contar a história da sua família, num perfeito retrato dos anos da repressão e da superação da dor, causada pela ditadura. No texto estão tanto o

que aconteceu com os Paiva, após o trágico evento do assassinato do ex-deputado Rubens Paiva, pai de Marcelo (não o desaparecimento, que é um termo que se presta a ambiguidades), quanto a história que tem que ser construída a partir dessa morte, do vazio. (SCHWARCZ, 2015)

Pensando no dever social da Literatura, Rolim (2015) reivindica a necessidade de que esta obra possa ser diretamente analisada nas escolas brasileiras, podendo ser utilizada para promover discussões em várias áreas do conhecimento, que acabam por se interligar às concepções que saltam ao texto literário.

O mais recente livro de Marcelo Rubens Paiva, *Ainda estou aqui* (Editora Alfabeta, 295 págs.) deveria ser adquirido por todas as escolas brasileiras e discutido em aula com os estudantes. Trata-se de texto pungente, objetivo e doloroso, a respeito dos destinos esfacelados de Rubens Beyrodt Paiva, seu pai, e de Eunice Paiva, sua mãe. Rubens Paiva foi deputado federal pelo antigo PTB, cassado pelo golpe de 64. Apesar da perseguição e de todas as dificuldades derivadas, ele se atreveu a ajudar ativistas da esquerda, apoiando a resistência como cidadão. Rubens Paiva não pegou em armas e não se somou à militância clandestina. Engenheiro civil, um dos construtores de Brasília, se opunha à ditadura, dever de qualquer democrata. Poderia ter se dedicado a ganhar dinheiro e se voltado à vida privada, para o cuidado dos seus cinco filhos; ou se exilado até que o regime apodrecesse. Não. Escolheu fazer o que sua consciência moral lhe obrigava. (ROLIM, 2015)

Sendo assim, evidenciam-se as relações que permeiam a literatura e a sociedade, referenciadas por Antonio Candido, principalmente no capítulo “Crítica e Sociologia”, o qual alude à importância do elemento externo (o fato social) como a desempenhar um papel que acaba por interferir e constituir os elementos internos (elementos da narrativa), que conferem a qualidade estética da obra.

Numa tentativa de reelaborar o próprio passado, o narrador acaba por propor uma reelaboração do passado do país, tendo em vista o contexto ditatorial sob o qual narra a história vivida por sua família. Com sua escrita, problematiza a situação de muitas famílias que viveram sob a dor provocada pela ditadura e o trauma de lidar com o impacto da violência. Como quando Susan Sontag, ao elaborar seu ensaio *Diante da dor dos outros*, tinha por intuito propor uma discussão central: como lidar com a dor alheia?. Marcelo parte da mesma perspectiva, a de tentar reelaborar o passado doloroso vivido em contexto familiar.

Para a supracitada autora, hoje cada indivíduo é um “espectador de calamidades”, pois as notícias que chegam cotidianamente, permeadas de violência,

terror e sangue, constituem aquilo que tratamos como normalidade, visto que não causam mais estranhamento. Diante disso, ela afirma que “já no fim do século XIX, discutia-se a questão de como reagir ao incessante crescimento do fluxo de informações sobre as agonias da guerra.” (SONTAG, 2003, p.20)

As informações que circulam hoje nos noticiários, as denúncias com o advento da *internet*, os testemunhos surgidos, colocam todos diante da verdade do horror que se espalha no mundo. Se é sabido de todos que existem hostilidades impostas a determinados grupos, geralmente minorias (religiosas, étnicas, sexuais, políticas etc.) é de se questionar porque o sofrimento dessas pessoas não indigna mais muita gente.

Em sua particularidade, o ramo da fotografia, a escritora relata que essa arte e a morte (horror) sempre mantiveram uma relação de dependência, pois, desde que criada a câmera, ela vem servindo de instrumento de registro da barbárie. Não obstante, pode-se estender essa utilização da fotografia para o campo da literatura, sendo possível fazer uma analogia entre o testemunho literário e o horror. Comprimidos pelo horror indizível da guerra, começaram a surgir os primeiros relatos do impacto da violência na vida das pessoas. Tal qual a fotografia (o retrato do momento congelado), a literatura precisou adaptar-se para lidar com a escrita da dor das pessoas. Ou seja, assim como as imagens de guerra, a escrita também nos obrigou a pensar o impacto dessa violência sobre o sujeito.

Portanto, neste capítulo, pretende-se desvelar a relação entre a constituição do estado de exceção e horror imposto pela ditadura militar e suas representações traumáticas, como forma de silenciamento de grupos minoritários durante o regime, e a narrativa literária.

### **3.1 Memória, Trauma e Escrita**

As lembranças apregoam diversas facetas para quem presencia horrores, pois carregam consigo significações particulares que martirizam momentos dolorosos. Constituidoras da consciência, de si, dos outros e do mundo, algumas de nossas lembranças podem ser memórias “negativas”, muitas vezes ativadas por acontecimentos, sensações ou sentimentos. Quando não se consegue reelaborá-las, ou quando são constantes ao ponto de proporem dificuldades no cotidiano do indivíduo, são tidas como traumáticas.

Walter Benjamin, filósofo e sociólogo judeu-alemão, acredita que a história dos homens se ergue diante do trunfo do horror e instala na humanidade um verdadeiro complexo da violência, que passa de geração em geração. Portanto, quando ele teoriza sobre “o declínio da experiência”, ou seja, a ausência da transmissão de vivências entre gerações, instala a problemática do repasse reflexivo desse tipo de memória, que acaba por delinear a condução das ações humanas.

Para falar das baixas da experiência ao longo dos tempos, Benjamin apregoa um exemplo presente nos livros de leitura da Alemanha. Essa parábola, como ele define, conta a história de um velho em seus últimos instantes, no leito de morte. Logo, ele conta aos filhos a existência de um tesouro que havia enterrado em sua vinha. Conseqüentemente os filhos saem à procura do tesouro, mas acabam por nada achar. Isso, no entanto, serviu para que codificassem uma mensagem transmitida pelo pai: a de que o tesouro – entendido pelos filhos, em uma primeira acepção, como remetendo à riqueza, ao ouro – não existia, porém, essa raridade na verdade era o trabalho. Essa mensagem simbólica do pai aos filhos, compreende aquilo que Benjamin entende como experiência. Que significa

de forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos. (BENJAMIN, 1987, p.114)

Logo, o autor se questiona sobre o que foi feito das experiências, se ainda é possível encontrar pessoas que sejam capazes de cumprir esse papel da transmissibilidade, quais as técnicas usadas nessa função, e quem desejaria lidar com isso. Perguntas que atordoam o autor à medida em que ele afirma que a pobreza da experiência é proporcional ao sumiço dessas narrativas.

Sobre o declínio da experiência, ele alerta que seu início se dá com a Primeira Guerra Mundial, afetando, inicialmente, aquelas pessoas que viveram entre os anos de 1914 e 1918 (ocorrência da guerra). Decerto, Benjamin elabora essa afirmação, ao observar o silêncio que pairava sobre os combatentes ao retornarem do campo de batalha. Como ele diz: “mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (BENJAMIN, 1987, p.115).

A partir de então, os livros que circulavam também silenciavam as experiências que até então eram transmitidas pela oralidade. Isto tudo

Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a

experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. (BENJAMIN, 1987, p.115)

Esse contexto provocou um abalo no cotidiano da geração que vivenciou a guerra, ocasionando o surgimento de novas técnicas narrativas. Assim, “é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie” (BENJAMIN, 1987, p.115). Isso reflete o apego ao presente e o esquecimento do passado. Por isso “sua característica é uma desilusão radical com o século e ao mesmo tempo uma total fidelidade a esse século” (BENJAMIN, 1987, p.116).

Para Benjamin “é experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção” (BENJAMIN, 1994, p. 197). E isso pode ser reafirmado porque a humanidade não sabe mais como transmitir essas experiências, uma capacidade que nos deveria ser natural, tendo em vista que é inerente ao homem.

Pobreza de experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a liberta-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. (BENJAMIN, 1987, p.118)

Essa experiência, portanto, era conduzida por alguém, o narrador. Para Benjamin, há dois tipos dele: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante, respectivamente aquele que sempre viveu em seu país e sabe de duas histórias e o outro que tem muito o que contar pois viu muitas coisas em seu percurso.

Não deixar o passado ser esquecido é, para Benjamin, a característica principal do narrador. Não se espera que esse narrador se comporte tal qual aqueles que relatavam aventuras épicas ou um exaltador da história, mas, para o autor, ele cumpriria o papel de ser Justo (figura que compõe o misticismo judaico), ou ainda, assumiria a figura do trapeiro, aquele que colhe os restos espalhados pela cidade, só para que não se percam.

Nessa perspectiva Benjaminiana do narrador é que as escritas de si se constituem justificáveis, à medida que se pretendem como um instrumento ora de justiça ora de denúncia, ou os dois juntos. *Ainda estou aqui*, pretende fazer uma homenagem à família Rubens Paiva, cuja figura central é Eunice Paiva, mãe do narrador e mulher do deputado Rubens Beyrodt Paiva, considerado desaparecido político da ditadura militar no Brasil até a instauração da Comissão Nacional da

Verdade no governo Dilma. Ao narrar a história de sua família, Marcelo questiona a veracidade dos fatos que cercam a história do pai, e com isto denuncia as arbitrariedades cometidas durante o regime:

Por anos, ela não o perdoou por colocar a família em risco, numa luta desigual, desorganizada, praticamente perdida. Para muitos, meu pai foi um herói que não fugiu à luta. Para ela, deveria, sim, ter seguido para o exílio, quando soube que a família poderia passar pelo que passou. Mas lutou por ele a vida toda. Lutou para descobrir a verdade, para denunciar a tortura, os torturadores. (PAIVA, 2015, p.259)

Percebe-se a dificuldade da família em “aceitar” a situação pela qual passaram, a repressão e as dificuldades em superar a morte de Rubens Paiva. O horror ao qual foram expostos deixou marcas em todos e, de certa forma, transformou-se em um estímulo para Marcelo compor sua narrativa.

Assim, na visão de Benjamin, esse tipo de escrita, a que retrata o horror, que vive dos restos deixados em algum canto da cidade (ou da memória) refere-se a tudo aquilo que de certa forma é excluído do discurso histórico. Assim Gagnebin, coadunando com as ideias do filósofo alemão, caracteriza-os como

Em primeiro lugar o sofrimento, o sofrimento indizível que a Segunda Guerra Mundial devia levar ao cume na crueldade dos campos de concentração [...]. Em segundo lugar, aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste, aqueles que desapareceram por tão completo que ninguém se lembra de seu nome. (GAGNEBIN, 2004, p.88)

Ou seja, a função do narrador seria o de transmissor da tradição das minorias. Sendo assim, o narrador de Benjamin iria transmitir o que não era possível de ser narrado, consistindo em um grande paradoxo, mas mantendo-se fiel “[...] ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido.” (GAGNEBIN, 2004, p.89)

Gagnebin pensa que essa história contada pelo modelo de narrador Benjaminiano não seguiria a linearidade e não se pode esperar delas os mesmos artifícios da narrativa comum, tendo em vista que é paradigmática: não narraria sobre coisas comuns, mas sobre o incomum, trataria do bojo da transmissão, das reminiscências. Tratar essas particularidades com desdém seria colocar em risco o discurso da memória, pois este ficaria suscetível aos ataques promovidos pela história oficial.

Todo mundo que era contra a ditadura era comunista. Todos se tornaram suspeitos, subversivos em potencial. O comunista estava na fronteira, atrás da porta, na sombra, na igreja, na escola, no cinema, no teatro, na música, no Exército, o comunista vendia pipoca, estava disfarçado em balés, óperas, podia ser seu vizinho, podia estar debaixo da sua cama, poluir o reservatório de água, dopar os bebedouros. Os comunistas tomariam o poder. Até os não comunistas eram comunistas disfarçados, foram doutrinados, sofreram lavagem cerebral. Muitos que, em 1964, conspiraram com os militares, na missão de impedir que comunistas tomassem o poder e o Brasil se transformasse numa diabólica ditadura do proletariado, perceberam a manobra e foram acusados pelos anticomunistas de ligações com comunistas. (PAIVA, 2015, p.90)

História essa, que no Brasil, durante a ditadura, tratou-se como uma guerra entre dois lados: os comunistas e aqueles que não o eram. Nesse jogo, Rubens Paiva, assim como muitos outros foi tratado como terrorista, numa batalha ideológica pela história e pela memória. Numa provocação à arte (de um modo geral), principalmente à obra literária, Benjamin acredita que essa precisa rebelar-se contra o sistema, tem que cumprir com uma estética que provoque uma denúncia. Para isto ele toma como exemplo obras arquitetônicas. Também cita um poema de Bertold Brecht, no qual o poeta reforça o apagamento dos rastros, como uma forma de denunciar a não transmissão dessa experiência, portanto a certeza de que não haverá um elo com o passado.

Durante a ditadura, o regime utilizou-se de todas as técnicas de poder possíveis para derrubar a ideia de austeridade e repressão impostas por meio das instituições sociais, com o favorecimento da mídia e utilização da Justiça para proteção própria. Assim, os rastros deixados eram apagados sob forma de violência, acuando as pessoas que queriam denunciá-lo.

Neste compasso, instala-se uma reflexão dupla: a primeira, sobre as forças produtivas da técnica para acompanhar e servir ao capital, e a segunda, sobre a composição da “memória traumática”. Em relação à segunda:

[...] sobre a experiência do choque [...], portanto, sobre a impossibilidade, para a linguagem cotidiana e para a narração tradicional, de assimilar o choque, o trauma, diz Freud na mesma época, porque este, por definição, fere, separa, corta do sujeito o acesso ao simbólico, particularmente à linguagem. (GAGNEBIN, 2004, p.85)

A referência à linguagem se dá porque ela se desenvolve através dos símbolos. É a partir da dificuldade com a linguagem que Benjamin desenvolve seus textos. Essa pobreza da experiência tem forçado transformações no campo da arte,

em especial no campo da literatura, com a criação de novos gêneros, como o testemunhal.

O trabalho com a linguagem marca o gênero testemunhal, pois propõe novos artifícios com a escrita que são necessários diante da necessidade de relatar o ocorrido, como quando Marcelo Rubens escreve na perspectiva do pai, Rubens Paiva, uma carta endereçada aos filhos, como um último adeus, que não foi possível ser dado, mediante o seu desaparecimento brusco.

Quem tem um filho faz de tudo para se preservar, para dar suporte e acompanhar o crescimento daquele que mais ama. O que eu fiz? Por quê? Onde você estava com a cabeça? Agora não dá para voltar atrás. Agora não dá para fazer nada. Agora não dá para evitar a dor. Agora não dá para salvar minha família. Agora não dá para fugir da morte. Eu vou morrer, sinto que vou, espero que me perdoem. O que fiz prova minha vulnerabilidade, falhas do meu caráter, que pôs tudo a perder e causa muito sofrimento. Não tenho palavras, Eunice, Verinha, Cuchimbas, Lambancinha, Cacareco, Babi... Perdão. Não verei mais vocês crescerem, não estarei mais ao lado de vocês, não consigo mais proteger vocês, não vou mais brincar com vocês, escutar suas risadas, correr atrás, nadar, não acompanharei vocês na escola, nossa casa maluca não sairá do papel, não saberei que faculdade farão, que diploma pegarão, não acompanharei vocês na vida profissional, não conhecerei seus filhos, meus netos, não verei meus netos crescerem, não estarei ao lado deles, não os protegerei, não vou brincar com eles, escutar as risadinhas, correr atrás, nadar, não acompanharei eles na escola, e como é triste saber que tudo isso acaba, que meu momento com vocês foi tão curto, que não pude aproveitar mais, e me arrependo, me arrependo de não ter passado tempo apenas com vocês, que pena que estou indo embora, que triste que não posso ficar, não me deixam ficar, é inevitável que eu vá, eu não queria, eu não queria, estou tão triste. Tenho que morrer agora. (PAIVA, 2015, p.108)

Isso permite compreender que Marcelo Rubens estabelece uma reelaboração do passado, de seu estreitamento familiar, com a necessidade da presença paterna; e do passado do próprio país, que possibilitou a execução do pai e de outras pessoas, por combate ideológico.

Quando o narrador volta ao passado acaba por estabelecer uma tentativa de releitura. Se não há diálogo com o passado, cai-se no esquecimento. É exatamente contra isso que Benjamin adverte em seu “O narrador”, cuja figura (um novo tipo de narrador que propõe uma guinada ao passado) demarca o fim das tradicionais narrativas ao passo que instaura uma nova narrativa.

Ainda se referindo à produção a partir do século XX, considerado determinante para várias áreas, principalmente para aquelas que se relacionam aos

estudos da memória, tendo em vista que as narrativas produzidas no período fazem recorrência à rememoração, como, por exemplo, as produzidas no contexto do Holocausto, Gagnebin afirma:

Essa discussão também sustenta as narrativas, simultaneamente impossíveis e necessárias, nas quais a memória traumática, apesar de tudo, tenta se dizer, narrativas e literatura de testemunho que se tornaram um gênero tristemente recorrente do século XX, em particular (mas não só) no contexto da Shoah. (GAGNEBIN, 2004, p.84)

Para Benjamin, a reminiscência “funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração” (BENJAMIN, 1994, p.211). Ou seja, rememoração, basicamente, consiste em utilizar-se da memória em uma forma parecida com a função da história, para dar voz e evocar aquilo que nunca teve direito a tal.

[...] No começo, ainda havia esperanças do Rubens voltar. Mas o tempo foi passando, fui conhecendo outros casos de pessoas desaparecidas e fui aos poucos me conformando. Mas eu sempre quis saber como aconteceu. Eu nunca desisti de buscar os assassinos e esclarecer o caso. Para nós, o caso está encerrado apenas no sentido de saber o que aconteceu e desmistificar a versão oficial de que ele havia fugido. Ainda falta descobrir e julgar os verdadeiros culpados e encontrar os restos mortais. As forças armadas deveriam lutar pelo esclarecimento do caso. O que você acha de haver um general assassino? (PAIVA, 2015, p.218)

Rememorar é um ato exercido durante toda a escrita de Marcelo Rubens, pois o autor empreende uma atividade de “reescrita” contestadora da história. Assim a sua contestação da versão dada pelo governo brasileiro sobre os atos ocorridos durante a ditadura não contempla a ideia de que centenas de pessoas foram presas, torturadas, mortas e desaparecidas, tratadas como terroristas, assim ele disputa o direito à lembrança de um determinado grupo. Logo, narrar para dar voz aos oprimidos é conceituação mais cabível para a rememoração. Nessa perspectiva, Antonio Callado cumpre esse processo ao escrever sobre a situação da família Paiva, no jornal *Folha de S. Paulo*, em agosto de 1995:

No verão de 1971, a imagem da minha mãe, aliviada, de biquíni, com os olhos castanho-claros brilhando sob a luz do sol, quarenta e um anos, subindo alegre numa lancha depois de ficar doze dias presa no DOI-Codi do Rio de Janeiro, sem ter a menor ideia de por que fora presa nem de que o marido estava morto havia muito, não saiu da memória de Callado. Escritor é assim. Lembra-se das contradições enormes, de imagens que podem ser descritas décadas depois, pois ficou tocado por ela. (PAIVA, 2015, p.37)

Para Gagnebin, lembrar não significa narrar somente o passado, mas principalmente ficar atento aos dias atuais, tendo em vista que esse passado insiste em agir sobre o tempo presente.

A autora levanta mais uma questão que a instigou a partir de uma colocação de Primo Levi, que dizia que todos os dias, enquanto esteve nos campos de concentração de Auschwitz, sonhava o mesmo sonho: aquele em que na volta para casa queria compartilhar todo o sofrimento vivido com seus familiares, mas todos eles se recusavam a escutá-lo. O que Gagnebin acredita desembocar no problema da representabilidade do horror. Desse exemplo ela retira a figura daqueles que sempre se recusavam a escutar Primo Levi.

Ela acredita que eles representam “abusos da memória” (apropriando-se do título de Todorov). Sobre esses abusos, ela afirma que geram dois grandes problemas: o do ressentimento (necessidade de viver o passado); e a identificação do papel de opressor e oprimido, como se estivéssemos apenas reproduzindo o passado.

Esse último problema baseia-se no genocídio ocorrido na Armênia, apoiando-se nas reflexões de duas sobreviventes de tal evento. Gagnebin acredita que por ter sido sempre ignorado pelos órgãos de política internacional, nunca foi resolvido, resultando em herdeiros traumatizados dessa história negligenciada. A autora acredita que

[...] É como se houvesse herdeiros de mortos que, simbolicamente falando, nunca existiram, que não pertenceram aos vivos e não podem, portanto, pertencer hoje aos mortos, tornando seu luto tão difícil. (GAGNEBIN, 2004, p.91)

Tal similaridade pode ser aplicada no contexto da América Latina quando se fazem referências às ditaduras militares instauradas por todo o continente, que até hoje atordoam o presente de milhares de familiares que tiveram no seu núcleo afetivo “desaparecidos políticos”.

A autora questiona-se sobre como romper esses dois problemas provocados pelo abuso da memória. Para ela, é necessário transformar-se nos ouvintes do sonho do Primo Levi, só que ao invés de partir e não ouvir seu relato, deve-se apreender o relato e repassá-lo para que a história seja transmitida. Assim, os ouvintes seriam também testemunhas.

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que

suas palavras *revezem* a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2004, p.91)

Testemunha, portanto, teria um conceito ampliado, servindo não somente como alguém que viu, mas como alguém que compartilhou e se identificou com o sofrimento do outro e que a partir dele pode utilizar-se do passado para refletir sobre o presente. Exatamente quando Marcelo Rubens Paiva compara a situação de desaparecido político do pai (no passado, na ditadura) com o desaparecimento de Amarildo, morador da favela do Rio de Janeiro, como uma alusão a essa permanência do passado nas ações do presente.

14 de julho de 2013. Rocinha, Zona Sul carioca. Amarildo Dias de Souza, pedreiro, foi preso por policiais militares, levado até a sua casa e depois para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada na Rocinha.No Leblon, Zona Sul carioca, meu pai, engenheiro, foi preso por militares em casa e levando a unidades da Aeronáutica e depois do Exército. Amarildo era casado com a dona de casa Elizabeth Gomes da Silva e pai de seis filhos.Meu pai era casado com Eunice Paiva, dona de casa, e tinha cinco filhos.Não se tem notícias do paradeiro de ambos. Para a polícia, traficantes da comunidade são os principais suspeitos do desaparecimento de Amarildo. Para o Exército, terroristas sequestraram meu pai enquanto militares faziam reconhecimento de aparelhos com ele num fusca. Versão oficial que só foi desmentida em 2014.Testemunhas ouviram Amarildo ser torturado por choques elétricos num contêiner anexo à UPP. Meu pai foi torturado num prédio do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), onde funcionava o DOI, anexo ao I Exército, e testemunhas o ouviram gritar. Retiraram o corpo como retiraram o corpo do meu pai, sem testemunhas, sem alarde. (PAIVA, 2015, P.109-110)

Assim, permite-se inferir que as práticas violentas empregadas pelo Estado, durante a ditadura, e condenadas pelos Direitos Humanos, institucionalizaram-se como políticas de Estado, pois tornaram-se corriqueiras dentro dos espaços de poder. Portanto, o impacto dessa violência sob o sujeito é tamanho que chega a desnorteá-lo, resultando em comportamentos que carregam marcas traumáticas.

Alguns autores, como Theodor Adorno, Erich Auerbach, George Steiner e Jaime Ginzburg, já levantaram uma discussão em torno da concomitante relação entre fragmentação das obras literárias e as mudanças sociais. Para eles, o principal desses aspectos é a desumanização do sujeito. Assim “a principal mediação conceitual consiste na categoria do “trauma”, que permite associar o problema da

crise da representação com a violência do processo histórico” (GINZBURG, 2000, p.43). Ele atenta para o fato de que escritores renomados da literatura brasileira, como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, entre outros, assim o são, porque fizeram da literatura uma representação da conjuntura humana, colocando em foco sua natureza turbulenta e aflitiva proporcional ao contexto histórico brasileiro, legitimando uma subjetividade constituída a partir da estrutura social. Por consequência, “sendo abalada a noção de sujeito, em razão do impacto violento dessa opressão, é abalada também a concepção de representação” (GINZBURG, 2000, p.44).

O abalo na representação acaba por exigir do leitor uma repulsa ao reconhecer o quanto é difícil constituir-se perante a escrita e também diante da sociedade. Ginzburg ressalta que é extremamente difícil para o sujeito reerguer-se diante das experiências de autoritarismo. Exatamente porque a História, para essas pessoas, esses escritores, não se mantem mais na linearidade e muito menos no positivismo científico, passando a revelar contradições e mistérios, que a colocam como uma história recheada de catástrofes, um objeto em ruínas.

Para o renomado autor, esses escritores merecem destaque porque perceberam o quanto há de violência na sociedade brasileira, propondo uma problematização dos fatores externos para os internos à obra, como explica Antonio Candido em “Crítica e Sociologia”: “sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elementos que desempenham um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CANDIDO, 2006, p.14).

Pode-se enxergar em Machado de Assis um exemplo disto, sua ficção é permeada de inquietações sobre o ato de narrar junto à constituição do homem em um contexto de desumanidade. Logo, a vida moderna vai suprimindo as experiências individuais, homogeneizando as pessoas em uma espécie de aproximação, fazendo com que o narrador machadiano introduza o leitor no seu discurso também.

A representação deixa seu ar de totalidade e passa a fragmentar-se, com ela a subjetividade, todas esmagadas pela opressão causada pela História. Para o autor, esse abalo na representação, na estrutura da obra é vasto, principalmente nas formas literárias mais antigas e a se fazer sabido, no mínimo, desde o Romantismo.

Para ele, o importante não é compreender toda a amplitude desse processo, mas recortar para saber como a História contribui para o aumento desse fator. Ginzburg recorta para explicar que o interesse está em entender, principalmente, sobre aqueles escritores que são capazes, dentro da obra literária, de causar a reflexão sobre a influência do campo externo. Excluindo, portanto, aqueles escritores que adotam um estilo de fragmentação da obra, mas não por estes motivos, podendo se dar por influência ou por uma atitude inovadora.

Sobre isso, ele explica que “a motivação histórica a que nos referimos consiste na experiência da formação social calcada em autoritarismo e opressão, que contribui sistematicamente para a desumanização” (GINZBURG, 2000, p.45). Ele ressalta que a desumanização não pode apresentar variações em si mesma, mas alerta que, tratando-se do Brasil, há um arquétipo próprio. Principalmente, explica ele, porque o abalo do sujeito no país não se deu pelas mesmas motivações dos países europeus, e o que mais chama atenção é uma violência extrema desde suas bases primeiras.

Para ele, quando Drummond nos aproxima do medo, Guimarães Rosa apregoa-nos o inferno como origem, Clarice narra na perspectiva da mulher oprimida, Dyonélio recorre à loucura, isto tudo serve como possibilidade para reflexão sobre o contexto opressor e questionamentos acerca da liberdade inerente ao indivíduo. A violência, então, é aquilo que forma a sociedade brasileira.

Na medida em que percebemos como a História é violenta, como o autoritarismo nos marca profundamente, como os antagonismos sociais são radicalmente difíceis, como nossa experiência não é passível de fácil entendimento, é acentuada nossa perplexidade. Ficamos perplexos porque a História pesa sobre nós como um trauma, difícil de assimilar, de compreender, e representá-la, considerando sua complexidade, exige uma atitude de renovação, perante as limitações dos recursos de linguagem convencionais. (GINZBURG, 2000, p.45)

Só é possível entender esse processo diante da ajuda do conceito de trauma, proposto pela psicanálise. Para o entendimento acerca da relação entre literatura e história, é preciso levar em consideração a contribuição dos traumas históricos para a representação literária.

Sobre essa relação, Seligmann-Silva acredita que a catástrofe não é algo novo para as discussões filosóficas, o que vem mudando é a sua definição. Isto é comprovado pelas experiências do homem moderno com aquilo que ele chama de

choques, ou seja, as diversas situações de perigo pelas quais esse homem vem passando.

Para ele, Baudelaire, ainda no século XIX já havia percebido essa consequência da história traumática, ao adotar o hibridismo entre poema e prosa em sua produção, ou seja, reafirmando uma “nova visão da realidade como catástrofe para a concepção tradicional de representação (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.74).

Isso serviu não só para questionar os gêneros literários como também para questionar a historiografia, ou seja, a noção de verdade. Reiterando a ideia de que

A partir dessa nova visão da realidade a possibilidade mesma da existência de um discurso autônomo sobre a verdade – que tradicionalmente se reservou à filosofia – também passa a ser questionada. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.75).

Destaca-se que essa alteração na noção de representação está sempre associada à presença do choque na vida cotidiana moderna. Logo, tratada até então como possível, a realidade, tal como era representada na forma tradicional, diante da catástrofe passa a ser considerada impossível. Consequentemente a linguagem também é colocada em xeque. Diante disso surgiram as dualidades: de um lado a passagem da palavra para a imagem, de outro a defesa de uma linguagem descritiva dos fatos.

No mote dessa discussão está a *Shoah*,

Esse *evento-limite*, a catástrofe, por excelência, da Humanidade e que já se transformou no *definiens* do nosso século, reorganiza toda a reflexão sobre o real e sobre a possibilidade da sua representação. Busca-se agora uma nova concepção de representação que permita a inclusão desse evento. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.75)

O problema da dimensão dessa experiência, o Holocausto, é marcado pela enorme barbárie que gerou inúmeras reflexões ao ponto de modificar as técnicas que cercavam as artes. Sobre isso, Ginzburg acredita que esse conceito, o de catástrofe, é uma possibilidade de “interpretação do passado histórico do ocidente” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.77), quando se elaboram questionamentos se esse fato realmente existiu.

A *Shoah* é tão absurda, a sua forma de extermínio tão violenta, que qualquer pessoa que quisesse representá-la pelas formas tradicionais de narrativa correria o risco de reduzi-la.

A *Shoah* é o superlativo por excelência da história. Enquanto morte de milhões de pessoas realizada sob uma organização industrial a *Shoah* abala a visão relativista da história tanto por causa da sua

unicidade como também devido à impossibilidade de se reduzir esse evento ao meramente discursivo. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.77)

Talvez eventos como este reafirmem o caráter predatório da humanidade, mas uma coisa precisa ficar clara, a de que não se pode simplesmente aceitá-los com naturalidade. Eventos como esse acabam por desenvolver a melancolia, sintoma latente de que deve ser repensada a subjetividade no mundo moderno.

Para a representação, nesse caso, é preciso manter a certeza de que ele representa o incomensurável, algo que está fora dos padrões da humanidade, de que ele por si só é o grau mais alto da desumanização, de que ele é todo excesso:

Representar a experiência da catástrofe em proporções tais como as que a História nos mostrou no século XX implica, necessariamente, uma renúncia aos modos convencionais de representação, pois estes seriam incapazes de preservar a singularidade da experiência e a perplexidade que deve acompanhá-la. (GINZBURG, 2000, P.47)

Assim, diante do trauma, estão postas em questão a linguagem, a representação e a tradição narrativa. Logo, esse trauma também se estende para a Historiografia, deixando uma ambiguidade para o historiador. De um lado a obrigação de escrever sobre o fato, do outro, a certeza de que sua tarefa de edição da história nunca conseguirá descrever o evento.

Análogo ao problema do historiador segue o do narrador. Já que a escrita ficcional mantém características próprias, esse narrador será constituído de um trauma, terá sua visão marcada pela destruição. “Trauma”, segundo Seligmann-Silva (2000, p. 84), “é justamente uma *ferida* na memória”. Paiva expõe questões complexas a ele relacionadas:

Durante anos, no Brasil, o nome da minha família foi riscado do mapa.  
Durante anos, no Brasil, a minha família foi evitada.  
Durante anos, alguns brasileiros, conhecidos e amigos, nos evitaram.  
Até parentes.  
Nos temiam. Temiam ser associados a nós. (PAIVA, 2015, p.153)

Para o narrador, esse pedaço da história do país foi extremamente traumático,. Por conta dele, a vida de sua família foi afetada. Sua memória foi abalada diante do trauma pelo desaparecimento do pai.

Para Ginzburg, esse problema da área psicossomática acaba sim por ilustrar-se como problema estético. O autor aponta no Brasil pelo menos três exemplos de experiências do autoritarismo: a colonização, a escravidão e a ditadura.

Esse autoritarismo só é possível porque, para que ele aconteça, existe um pacto entre o Estado e a classe mais abastada, dominante. Na colonização, isso possibilitou o extermínio dos povos nativos, os indígenas; na escravidão, sustento da elite brasileira com a exploração, pela violência contra os negros africanos; e, na república, com a imposição do Estado Novo e da tomada ilegítima do poder pelos militares, a Ditadura.

Logo, se colocarmos em uma balança o papel da violência e as concepções de estética na cultura brasileira, ver-se-á que a arte se transforma para acompanhar essa circunstância. Tratando-se de literatura, pode-se observar, em aspectos formais, o hibridismo, a mutação da linguagem, a melancolia carregada nas obras recentes, como reflexos do papel dessa violência.

Para a pesquisa literária, é necessário o desafio de verificar como, nas formas literárias, encontramos lapsos, descontinuidades, contradições, subversões de convenções, rupturas com gêneros tradicionais, questionamentos a respeito da capacidade comunicativa e expressiva da literatura. (GINZBURG, 2000, p.49).

O que vale não é analisar esses elementos pura e simplesmente isolados, mas como eles estão associados ao período histórico, à violência imposta. O que interessa é como as experiências violentas influem na composição da estrutura da obra. No caso de Marcelo Rubens, autor de diversas obras, duas delas, as autobiográficas *Feliz ano velho* (lançada em 1982) e *Ainda estou aqui*, chamam a atenção porque sempre se voltam ao resgate da história do pai. Ou seja, sempre que quer escrever sobre si, o autor conta a história do pai, numa espécie de luta da memória para que não se esqueça a barbárie.

Meu pai foi preso e morto naquele ano. Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de nenhum outro moleque. Muitos passaram a me evitar. Eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do país, eles aprendiam com alguns pais e professores, liam na imprensa, viam nos telejornais. Meu pai era membro “do Terror”! Em 1971, eu ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que se passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam. (PAIVA, 2015, p.70-71)

O trauma da morte do pai, vivido por Marcelo Rubens, na época um garoto de nove anos, é percebido na obra por uma linguagem carregada de ressentimento e melancolia. Foi Friedrich Nietzsche, em *Genealogia da Moral*, publicado em 1877, quem primeiro oportunizou uma discussão ampla sobre o conceito – já existente – de ressentimento, no qual, vê-se pela etimologia da palavra, estabelece uma procura

para o nascimento da relação entre os valores morais que a sociedade carrega e esse sentimento. Mesmo não atribuindo conceito único ao tema, tratando-o sempre em referência a outras áreas, principalmente à filosofia e à psicologia, assim Nietzsche procura aplicar ao conceito uma análise social.

Seguindo por essa mesma linha de pensamento, Maria Rita Kehl atrela o conceito de ressentimento à formação da sociedade brasileira, procurando explicar uma relação de subordinação servil que os “mais fracos” têm diante dos “mais fortes”. Sobre o ressentimento, a autora diz que “é um afeto, ou uma constelação de afetos – composta de ira, inveja, amargura, desejos de vingança, queixas melancólicas –, que desperta reações ambivalentes” (KEHL, 2005, p.163).

Também, alerta para o fato de que ninguém se proclama como ressentido, pois esse sentimento, tal qual a inveja, é condenado moralmente, ainda que isso não seja motivo de impedimento para manifestações de ressentimento serem vistas com prestígio perante a sociedade. Isso porque, perante a sociedade, somente o ressentido é desprezado, porque o ressentimento esconde-se através de traços exibicionistas tais como a moral ilibada, nobreza de espírito e todos os sentimentos que determinam aqueles que nasceram com privilégios a mais. Logo, “o ressentido é um nostálgico da inocência perdida, um que se recusa a sujar as mãos no jogo bruto da vida e que suspira, inconformado, porque o mundo não está à altura de suas altas pretensões” (KEHL, 2005, p.163).

Nesse jogo de opostos entre o ressentido e o ressentimento, a autora esclarece que ressentir-se persiste numa dualidade: uma ocorrência no sofrimento e de outro a necessidade de culpa atribuída a outrem que oportunizou tal sofrimento.

Porém, a cortina se abriu e começou o segundo ato do espetáculo, que até então era uma farsa, mas se revelou uma tragédia. Meu pai desapareceu em 1971, no mesmo ano em que morreu meu tio mais velho, Carlos. Meu avô morreu dois anos depois. De enfarto. De tristeza. Logo depois, outro tio morreu num acidente de carro na estrada que ligava a fazenda a São Paulo. Um terremoto abriu uma fenda. O sentido de tudo se modificou. Nos perguntamos o que alimentou uma vingança tão caprichada e cruel. O que fez os deuses da felicidade se voltarem contra nós. [...] (PAIVA, 2015, p.55-56)

Para o narrador, o sofrimento com o desaparecimento do pai foi só o início de uma grande catástrofe familiar, que desencadeou uma série de vivências negativas, com mortes e sensações para ele “inexplicáveis”. Esse esmoer de se deixar sentir a dor e ficar procurando o culpado pela sua causa é o que constitui o ressentimento.

Sobre isso, Maria Rita acredita que o ressentido aja tal qual o neurótico, pois apresenta uma subserviência inconsciente e uma baixa autoestima. Para tal, ampara-se em Freud, que acredita ser o ressentimento uma espécie de covardia moral no intuito de preservação do eu. Ainda sobre o ressentimento, ela acredita que o ressentido age de forma parecida com a vingança, tomando as forças do eu diante dos outros sentimentos.

Uma conjunção maligna, portanto, na qual o desejo de vingança exerce um papel predominante; a própria palavra indica que se trata de uma reação – mas se esta reação tivesse sido posta em ato, ainda que fosse um ato de palavra, o sentimento de injúria ou agravo seria aplacado. (KEHL, 2005, p.164)

Ou seja, o ressentimento seria aquele impulso de resposta a uma ação que foi impedido de ser realizado, o que acaba por construir um sentimento de culpa que está sempre presente porque é inconsciente. Logo, o ressentido também se ofende com aquele que não se comportou da mesma forma que ele diante de tal ação. No trecho abaixo, verificam-se reflexões permeadas pelo ressentimento:

Tortura também serve para inspirar ódio dos próprios torturados por eles mesmos, que se sentem culpados por não resistirem à pressão e a dor e entregar companheiros, comparsas, a família, inventar até o que não fizeram. O torturado se sentirá então o próprio repressor, o próprio torturador. Na ditadura, torturaram freis, freiras, bispos, padres brasileiros e estrangeiros, velhos, bebês, grávidas, pais com filhos, mães amarradas diante de filhos, por uma causa torpe. O torturador tem pai, filho, esposa, amigos, vida pública, faz compras, viaja de férias, gasta horas no trânsito, paga impostos, economiza, vota, protesta, planeja o futuro. Pensa no seu gesto ou apenas cumpre ordens? Nenhum torturador dá nome a uma escola, uma praça, uma rua, tem um busto. Já seus torturados.... Ele cumpre uma rotina trivial sem distinguir o certo do errado? Vive sob a banalização do mal sem questionar moralmente os efeitos dele? Até democracias que priorizam o bem social, defendem a liberdade, movidas pela igualdade, torturam. (PAIVA, 2015, p.112)

Logo, o narrador compara os torturadores e torturados, diante de um contexto que os coloca em lados opostos, no qual um comete e o outro sofre a dor. Nessa relação, o ressentimento se estabelece como o que seria o correto a ser feito.

Esclarece Kehl que o ressentimento é propiciado, principalmente, diante do exercício da moral cristã e da tutela do Estado. Diante deles, os homens enfraquecem, porque lhes foi inculcada a dominação, a culpa e os valores como o que é bom e o que é mau, o que faz com que os homens esqueçam os seus instintos. Logo, “o ressentido sofre porque se dá conta de que deixou de viver o que o

momento lhe oferecia, e quer acusar os fortes, que sabem dizer “sim” à vida, de lhe infligirem o prejuízo pelo qual ele é o único responsável” (KEHL, 2005, p.166).

Colocando o ressentimento no campo social, Kehl acredita que ele aí se estabelece, porque nasce dos conflitos existentes entre os indivíduos e dos grupos sociais existentes no contexto democrático. Isto poderia ser justificado por esse conteúdo ter-se tornado objeto de estudo a partir do século XIX. Em decorrência disso, é preciso não confundir-lo com uma negação à democracia, mas como uma forma de colocá-la em discussão, trazê-la para o campo da problemática. Logo, sugere que

O ressentimento não seja uma expressão de insatisfação social característica de sociedades fortemente estratificadas, em que o lugar dos cidadãos é preestabelecido a partir de sua origem de sangue ou de critérios inflexíveis de diferenciação. O ressentimento social manifesta a insatisfação dos grupos ou classes para quem as promessas de igualdade de direitos entre todos os sujeitos nascidos na modernidade não se cumpriram como era esperado; teria origem nos casos em que a desigualdade é sentida como injusta diante de uma ordem simbólica fundada sobre o pressuposto da igualdade. (KEHL, 2005, p.167)

A igualdade, nesse caso, deveria ser mantida pelo Estado, que se constituiria como mediador e garantidor de proteção e direitos, colocando os cidadãos num patamar de sujeição intensa. Quanto a isso, Kehl alerta que nem todas as revoltas podem ser consideradas ressentimento.

Mas quando uma civilização não consegue evitar que a satisfação de alguns tenha como premissa a opressão de outros, talvez da maioria – o que acontece em todas as civilizações atuais –, é compreensível que os oprimidos desenvolvam uma intensa hostilidade contra os termos do contrato social que eles próprios sustentam com seu trabalho, mas de cujos benefícios participam muito pouco. (KEHL, 2005, p.168)

A autora, baseada em Freud, discorre que esta revolta submissa, o ressentimento, seria resultado da identificação existente que os oprimidos estabelecem mediante os opressores, numa sustentação daquilo que Marx definiria como a luta de classes.

São os ideais presentes em uma cultura que possibilitam a costura entre as classes, o sentimento dos vários grupos sociais de pertencerem a uma mesma coletividade, modernamente chamada de nação. A identificação dos oprimidos com seus opressores por meio de adesão aos ideais comuns talvez explique por que impulsos de revolta se transformam em ruminções ressentidas. (KEHL, 2005, p.168)

Por conta da instauração dessa identificação entre oprimidos e opressores é que a revolta dos submissos se dá por meio de ações brandas, que mantêm a insatisfação. Logo essa insatisfação volta em forma de repressão aos próprios oprimidos, pois parece ficar mais fácil culpar seus semelhantes:

Minha mãe nunca perdoou a incrível falha de segurança, o amadorismo, a imprudência: vir do Chile com uma carta escondida, no avião mais queimado do país, com o telefone do marido escrito no envelope; prepotência e descuido das organizações de esquerda, que colocaram duas famílias com crianças no fogo cruzado, os Viveiros de Castro e os Paiva. (PAIVA, 2015, p.173)

Como o Estado não cumpriu o seu papel, o sentimento de injustiça dá origem ao ressentimento, pois cria-se a ideia de que o estado capitalista não tem como diminuir as desigualdades existentes e que, em uma sociedade de regime liberal, a mudança das condições econômicas cabem única e exclusivamente ao indivíduo.

Se o ressentimento é o não-esquecimento, então se está lidando com persistência da memória. Sobre essa relação, a autora acredita que não se pode crer na memória como dependente ou fruto do ressentimento e nem que ela possa servir de guia na condução dos grupos sociais rumo ao seu passado. Até porque, para ela, existem casos em que se faz necessário esquecer, para que isso não vire um recalque (repetição), já que abalaria profundamente o inconsciente, permanecendo vivo por meio de diversas representações.

Para a autora, existe um contraponto entre o que se quer esquecer e aquilo que deve ser esquecido. Isso levanta a questão de que destino a memória deve ter.

A memória do sofrimento e da injustiça alimenta o ressentimento quando sua evocação serve para manter as antigas vítimas na mesma posição que ocuparam no passado, colhendo os ganhos secundários da autopiedade e da má-consciência. Por outro lado, é importante preservar alguns agravos do esquecimento, tanto no sentido de buscar reparação quanto no de evitar sua repetição. Lembrar como se produziu uma ordem injusta é condição para transformá-la ou reparar socialmente o mal que ela causou. (KEHL, 2005, p.171)

Essa dualidade entre lembrar e esquecer é constitutiva do trauma. Kehl atenta para o fato de que existe um trabalho da memória para superar os traumas, que implicaria mais ou menos em transformar a vida presente para que sejam esquecidos os resquícios do evento causador. Esse trabalho oportunizaria o esquecimento das representações. Isso se daria de forma coletiva, tendo em vista

que sua simbolização extrapola o campo individual, e precisaria do terceiro, do outro que escute e também compartilhe.

O narrador de *Ainda estou aqui*, Marcelo Rubens Paiva, escreve sobre o pai para que alguém ouça a sua história, para que os leitores, compartilhando da experiência vivida por ele, sejam testemunhas; e também para que a situação vivida por ele sirva de exemplo, oportunize uma reflexão:

[...]Imaginar este sujeito boa-praça, um dos homens mais simpáticos e risonhos que muitos conheceram, aos quarenta e um anos, nu apanhando até a morte...É a peste, é a peste, Augustin. Dizem que ele pedia água a todo momento. No final, banhado em sangue, repetia apenas o nome. Por horas. Rubens Paiva. Rubens Paiva. Rubens Pai-va, Ru...Pai. Até morrer. (PAIVA, 2015, p.112-113)

Analisando o ressentimento de modo mais específico, Kehl parte para o caso do Brasil. Ela diz que os brasileiros não se intitulam um povo ressentido, mas vários dos atos sociais são um vislumbre do ressentimento que o país possui, tendo em vista suas diversas falhas históricas. Ao viver esperando somente o futuro, os problemas sociais presentes não são analisados, ou, se o são, fazem-se como atribuições da falta de um outro, o Estado.

O ressentimento na sociedade brasileira está enraizado em nossa dificuldade em nos reconhecermos como agentes da vida social, sujeitos da nossa história, responsáveis coletivamente pela resolução dos problemas que nos afligem. Suas raízes remontam à tradição paternalista e cordial de mando, que mantém os subordinados em uma relação de dependência filial e servil em relação às autoridades – políticas ou patronais – na expectativa de ver reconhecidos e premiados o bom comportamento e a docilidade de classe. (KEHL, 2005, p.172)

Como exemplo, a autora cita que ligeiramente os crimes do regime militar brasileiro foram esquecidos pela população, como se representassem apenas uma pequena batalha entre um grupo pequeno de militares e um grupo menor ainda de jovens comunistas, e de forma alguma isso pudesse representar ou compor uma memória nacional.

No Brasil da década de 1990, os filhos e parentes de desaparecidos políticos do período da ditadura militar promoveram encontros, debates e atos públicos que visavam tirar do esquecimento o assassinato de seus entes queridos e devolvê-los à memória da sociedade da qual foram banidos por força da repressão. Tais eventos rememorativos, em que se fez escutar a voz de antigos militantes presos e torturados, dos filhos e companheiros (as) de jovens assassinados, são essenciais para o amadurecimento político da sociedade civil brasileira. Não devem ser confundidos com políticas do ressentimento, como algumas análises conservadoras

fazem parecer: seriam políticas de reparação, fundamentais para que a mágoa e a indignação não se transformem em ressentimento. (KEHL, 2005, p.173)

Evidencia-se que os traumas que pertencem à memória de pequenos grupos não podem ser dissociados da memória coletiva/nacional da sociedade onde vivem. O Brasil, conhecido pela sua alegria e festividades, sempre menosprezou a memória em detrimento de um compromisso maior com a alegria, colocando em terceiro plano projetos que tentem equiparar as injustiças cometidas no passado. Desde a colonização, a imagem que se espera do país é aquela que perdoa seus opressores, pois o medo de construção de uma imagem de ressentido é maior do que a necessidade de justiça histórica. Logo, o ressentimento não é igual ao perdão.

Assim, constata-se que a sociedade brasileira não perdoou os militares por seus atos durante o regime, até mesmo porque não houve um espaço para que fossem julgados: “Nada foi perdoado porque nada foi levado às últimas consequências, nenhum ex-ditador foi julgado, ninguém precisou pedir perdão” (KEHL, 2005, p.173). Em contraste, a vizinha Argentina tornou fato semelhante um caso de justiça, exigindo a punição e estipulando políticas de reparação para tais danos.

Como não passou seu passado a limpo, o Brasil vive o desejo recorrente pelo Outro, antes pelo colonizador, agora pelos países desenvolvidos. Por isso ainda se vive o discurso da imagem que o outro faz do povo brasileiro, o que deixa uma lacuna quando se trata de construção de uma identidade nacional:

A busca de reconhecimento reproduz a submissão diante do mais forte, submissão que é condição do nosso ressentimento, nosso “complexo de inferioridade” nacional. A crítica aparentemente engajada de nossos males sociais disfarça com frequência o conformismo de grande parte dos brasileiros, que se limitam a lamentar nosso atraso e a distância que separa nossa realidade social da de países europeus ou dos Estados Unidos. (KEHL, 2005, p.174)

Ou seja, no Brasil, perde-se mais tempo na tentativa de se fazer reconhecido pelos países que detêm o título de impérios no capitalismo do que na tentativa de um esboço da construção identitária.

A autora acredita que essa tentativa de se fazer reconhecida advém do fim do período colonial, impulsionada pelas influências da Europa e da necessidade de ser uma sociedade burguesa. Isso, para Kehl, proporciona uma orfandade simbólica, que seria a falta de um “pai”, ou seja, de uma origem que esclareça e abarque as

múltiplas identidades que compõem a nação. Esse pai assume a função de Estado, quando dele se esperam a execução de políticas sociais e memorialísticas. Surge então a passividade, que é o próprio ressentimento, contrário à ação política. O ato político supõe a quebra de uma ordem, ou pelo menos o seu questionamento, pois isso se faz necessário para romper com as estruturas solidificadas no presente.

### **3.2 Representações do trauma: a questão da tortura e do desaparecimento político**

#### **3.2.1 O corpo torturado**

Em “Três perguntas sobre o corpo torturado”, Maria Rita Kehl pretende esclarecer questões sobre o conceito de “corpo”: aquilo que se entende por corpo humano e o que seria o homem; perguntas que, para ela, são fundamentais quando se trata do entendimento acerca dos malefícios da tortura.

Primeiramente, quanto ao que seja um corpo, ela parte do pressuposto de que todo mundo entenda o conceito, sob o qual diariamente estamos em contato. Tantas definições são apresentadas sobre o corpo, como por exemplo, a biológica, cujo corpo é um organismo vivo, composto por órgãos em funcionamento que dão vida a um determinado indivíduo.

Até quando se tem um corpo doente, com restrições, sejam elas quais forem, ainda existe um corpo. Diante de um corpo morto, um cadáver, ainda se apresenta um corpo, sem vida, diga-se de passagem, mas um corpo. Mesmo que tenha sido descentrado, quer dizer, quando tenha sido realizado sobre ele os mais cruéis tormentos, ou seja, um corpo torturado, ainda é um corpo:

Um corpo roubado a seu próprio controle – corpo que não pertence mais a si mesmo e transformou-se em objeto nas mãos poderosas de um outro, seja o Estado ou o crime; um corpo objeto de gozo maligno de outro corpo; mesmo um corpo torturado continua sendo um corpo. (KEHL, 2015, p. 01)

Ela observa que aqui não há a separação, tão apregoada pela cultura ocidental, entre corpo e sujeito. O que se quer fazer entender é que quando se diz “um corpo”, fala-se sobre um homem que é seu próprio corpo, estabelecendo a dualidade, não separatista: eu/corpo. Para ela isso vai ao encontro da mesma afirmação que se faz da relação entre corpo e linguagem como indissociáveis, pois são partícipes de um processo de experiência que os unifica.

Então chega-se à afirmação de que corpo é experiência e também é linguagem, podendo ser pensado em consonância com as ideias benjaminianas acerca da experiência:

Nesse sentido, é comovente o esforço que alguns autores fizeram, de narrar a posteriori a vivência da tortura e dos campos de concentração na tentativa de se reapropriar de uma parcela fundamental de sua humanidade (KEHL, 2015, p. 02).

A tortura rompe com o conceito que pensamos acerca de uma unidade do corpo, tendo em vista que ela, abruptamente, visa à separação entre sujeito e corpo. Diante da tortura, a dor imposta ultrapassa a carne e se expande à constituição psíquica, em um processo que beira à animalização, tal como conhecemos no processo de abatedouro.

Sob a tortura, o corpo fica tão assujeitado que é como se a “alma” – isso que no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse separada dele. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pretende arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o outro teria a dizer. (KEHL, 2015, p. 02)

Submetido à tortura, tudo o que a vítima deseja é que ela acabe o mais rápido possível. Durante tal violência, o torturado sabe que ela durará o tempo necessário para que ele abduca até mesmo de seus princípios, uma tentativa de que a pessoa esqueça a si própria.

Nesse momento, reduzido à categoria de animal, o homem geme de dor. Ali não é mais um sujeito/homem, corpo/alma, mas apenas uma carne que se reclama do corte, apenas os nervos que se contraem diante da dor.

Morreu repetindo o seu nome. Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva...  
 [...] Dizem que foi torturado ao som de “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos, música que a minha irmã Eliana e lembra de ter escutado enquanto estava lá  
*Jesus Cristo! Jesus Cristo!*  
*Jesus Cristo, eu estou aqui*  
*Toda essa multidão*  
*Tem no peito amor e procura a paz*  
*E apesar de tudo*  
*A esperança não se desfaz*  
 Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva...  
*Jesus Cristo! Jesus Cristo!*  
*Jesus Cristo, eu estou aqui*  
*Olho no céu e vejo*  
*Uma nuvem branca que vai passando*

*Olho na terra e vejo  
Uma multidão que vai caminhando* (PAIVA, 2015, p.108-109)

Nesse momento, Rubens Paiva, segundo os outros presos que estavam sofrendo sessões de tortura no mesmo quartel que ele, morreu pronunciando seu nome. Ou seja, as últimas palavras ditas, o seu nome, foram as pistas que ele deixou para se identificar perante a família e para reafirmar sua própria identidade, já que o nome próprio carrega consigo uma história.

O silêncio de Rubens Paiva talvez tenha sido, como acredita Marcelo, uma reflexão sobre a atribuição de culpabilidade que o pai deveria sentir diante de tal situação. Para o narrador, “Talvez a dor da tortura não chegasse aos pés da descoberta de que tomou decisões erradas, arriscou a vida da mulher e dos filhos, crianças ainda. Deve ter sido a sua derradeira tortura.” (PAIVA, 2015, p.107-108).

Em segundo lugar, ela pretende responder o que se entende por um corpo humano. Logo, reiterando a pergunta anterior, ela afirma que uma das últimas ações do corpo torturado não é o gemido, o grito, mas em contrapartida é o silêncio. Sobre esse silêncio, ela adverte que “é a escolha de quem não tem mais escolha nenhuma; e como escolha, é o último reduto (ético) da humanidade desse homem/corpo despojado de todos os outros avatares da condição humana” (KEHL, 2015, p. 02).

Acredita-se que essa condição silenciosa se deve ao fato de que, diante dessa ruptura entre corpo/linguagem, a única resistência é o silêncio, semelhante ao daqueles que foram mortos diante da tortura. Esse corpo é o objeto de desejo sobre o qual alguém pretendeu cometer uma anulação do Outro. Mesmo assim, o corpo ainda pode ser prova de um assassinato.

O assassino quer fazer desse corpo um simples objeto, mas a perda da vida não expulsa o homem morto do campo simbólico. Pelo contrário, a morte por assassinato convoca ainda mais a ordem simbólica e faz dessa morte um significante ainda mais indelével do que aquele que em vida, representou o sujeito. (KEHL, 2015, p. 02)

Nesse jogo instaurado entre torturador e torturado, parece instalar-se uma premissa: se por um lado o torturado é motivado por sua resistência na luta pela vida, para o torturador só existe um único papel: o de suprimir ou relativizar a vida de outra pessoa. Nesse jogo, o torturador, assim como o torturado, parece não se encaixar na categoria humana, tamanho o espanto com suas ações.

E esse assassinato subscreve um autor, que a partir de então se torna o foco de uma denúncia. Além do campo simbólico, a tortura pertence ao campo ético, porque coloca em xeque a verdade obtida por meio da dor e não pelos meios democráticos, como, por exemplo, a investigação, a qual a justiça legalista tanto se orgulha de apregoar.

Imaginar este sujeito boa-praça, um dos homens mais simpáticos e risonhos que muitos conheceram, aos quarenta e um anos, nu, apanhando até a morte... É a peste, é a peste, Augustin. Dizem que ela pedia água a todo momento. No final, banhando em sangue, repetia apenas o nome. Por horas. Rubens Paiva. Rubens Paiva. Rubens Pai-va, Ru...Pai. Até morrer. (PAIVA, 2015, p.113)

Como o caso do pai do narrador, morto e desaparecido, que só teve explicação depois da instauração da comissão da verdade, quase 40 anos depois de sua morte. Seu corpo, peça fundamental para o enterro, nunca foi encontrado, deixando um vácuo simbólico na família Paiva.

É preciso entender, ou pelo menos analisar o ponto de vista daquele que pratica a tortura, tendo em vista que não se enxergam meios racionais e nem subjetivos que expliquem tamanha crueldade. Assim, Riscala Corbage, torturador de Rubens Paiva, detalha:

[...] Você pega um estudante, você bota ele com o peso dele aqui, numa barra de ferro, e deixa ele quinze minutos pendurado no pau de arara, não precisa dar choque, não... o cara urra de dor, sabe por quê? Atinge os nervos... Os nervos da perna... O cara quer descer de qualquer maneira... Esse negócio de bater em preso pendurado em pau de arara, isso é a maior imbecilidade... Eu acho que o cara, para fazer isso, devia ele fazer nele primeiro, pegar o interrogador, colocar pendurado no pau de arara e deixar ele lá meia hora, sem dar choque. Ele entrega até a mãe dele. [...] (PAIVA, 2015, p.258)

Afirmações como essa só são possíveis porque, ainda que não ditas de forma explícita, são aceitas pela sociedade. Ou seja, a tortura é algo aceitável e incorporado às ações do Estado. Para a autora, esse método de empregar a violência é estritamente humano, tendo em vista que nenhuma outra espécie animal a pratica.

Diferente de outras formas de intervenção que acometem o corpo, a tortura e o assassinato são aquelas que podem inscrever uma marca sobre eles. É um homem agindo sobre outro homem. Na verdade, a autora propõe que a tortura não consiste nesse paralelo, mas que se dá em uma relação a três, envolvendo o torturador (ou o poder a quem ele representa), o torturado e a sociedade, conivente

com tal situação. Quando se reconhece na tortura um instrumento legal, toda a sociedade perde sua percepção de humanidade, rebaixando-se a uma categoria inferior à de humanos.

A autora acredita que ter noção do que é um corpo nos faz lembrar que um corpo humano é a circunscrição da dor, porque, além de sofrer a dor física, somos passíveis da dor psicológica. Imagina-se com essa afirmação que a dor pode ser provocada por decepções amorosas, por exemplo. Kehl alerta para o fato de que essa dor não se dá somente nesses casos, mas quando “um semelhante qualquer deseja nos infligir dor é suficiente para nos machucar não só na carne, mas na alma” (KEHL, 2015, p. 04).

Sobre o corpo e a dor, a autora alerta que indubitavelmente a sociedade vem, ao longo dos tempos, dando sinais de que sente fascínio pela crueldade. Nesse caso “estamos ao mesmo tempo identificados com o que sofre, mas a salvo; gozamos do fato de quem sofre é um outro, o que acentua o valor de nosso bem-estar e da integridade de nosso corpo” (KEHL, 2015, p. 04). O nosso é um corpo pertencente a um homem. Diante disso, elabora-se que “é um homem esse corpo capaz de silenciar para garantir o último grão de liberdade diante da tortura; este capaz de sofrer em si mesmo a dor do outro e de criar expressão até para as formas extremas de sofrimento” (KEHL, 2015, p. 04).

Conseqüentemente, se esse corpo é capaz de expressar seu sofrimento, ele é capaz de promover arte, de se tornar inclusive a própria arte, carregando consigo as representações que tratem do seu sofrimento e calvário simbólico. A dor pode então virar objeto artístico. Depreende-se disso que

a tortura moderna não desarticula apenas, no torturado, o corpo e a linguagem: ela desarticula um homem (torturador) da relação com seu semelhante (torturado) que o primeiro faz sofrer, às vezes até a morte, como se não tivesse qualquer participação subjetiva nesse ato. (KEHL, 2015, p. 06)

Desfaz-se também a relação entre o torturador e seu desejo, pois ele acredita que, ao realizar a tortura, está empoderado de uma missão de trabalho. Como se torturar alguém pudesse ser uma missão. Como para Amílcar Lobo, que encarava a tortura como profissão. Portanto, para o médico, trabalhar nos porões da ditadura era um trabalho como outro qualquer, a custo de sangue e emprego da violência, mediante uma imposição do Estado, não comprovada. Ou, ainda que o fosse, recaindo na questão ética que coloca a tortura em xeque:

Então veio o depoimento-bomba do médico Amílcar Lobo, que atendia no DOI-Codi. Era daqueles que atestavam se o preso conseguiria ser mais torturado. Arrependido, confessou para a *Veja* que atendeu meu pai de madrugada. Em dois depoimentos prestados entre 1986 e 1987, afirmou ter sido chamado numa madrugada de janeiro de 1971 para atender um preso recolhido no DOI, que conseguiu apenas balbuciar, por duas vezes, o nome Rubens Paiva. Com hemorragias internas, numa poça de sangue, repetindo o nome. Praticamente morto. Ele soube no dia seguinte que o “paciente não resistiu”. (PAIVA, 2015, p.217)

Dallari, no prefácio do livro *Observações sobre a tortura*, escrito por Pietro Verri, cujo título é homônimo ao subcapítulo, constrói uma série de reflexões sobre o problema da justiça no qual a tortura parece ter virado uma prática corriqueira e legalista, diante de crimes das mais diversas ordens, mas principalmente como crime imputado pelo Estado, como forma de reprimir determinados grupos, geralmente opositores às ideias proclamadas por esse.

Para ele, “praticar tortura contra uma pessoa é uma forma covarde de cometer violência física, psíquica e moral, fazendo sofrer a vítima, degradando o próprio torturador e agredindo valores que são de toda a humanidade” (DALLARI, 2000, p.VII).

Dallari acredita que diante da história da humanidade alguns casos são entendidos como propícios para a aplicação de tal método, principalmente aqueles referentes ao estado de guerra ou desarranjo social, que ele reitera como sendo momentos favoráveis para a desonra da moral. Nesses momentos, o que vai prevalecer diante do contexto não é mais a autoridade, até porque na maioria das vezes ela é quem é questionada, mas a violência, servindo como desculpa para manutenção da ordem e uma possível proteção social:

[...]Na mesma noite, anunciaram para um país atônito, em cadeia de rádio e televisão: o AI-5 suspendia as garantias constitucionais promulgadas pelo AI-4. É uma obra-prima da contradição. Usa a ameaça à democracia como argumento para endurecer o regime, uma aberração jurídica, incongruência em que todo regime autoritário se baseia (para defender a liberdade, precisamos acabar com ela). (PAIVA, 2015, p.92)

No intuito de justificar o emprego da violência, o governo militar atribuía o crime de subversão a todo aquele que se colocava contra o regime. Tornada crime, a resistência foi tratada com extrema violência, amparada pela lei, que dava amplos direitos aos agentes sociais repressores e seus métodos.

Analisando a existência de torturas, desde a época anterior a Cristo, como também com base nas registradas por meio de processos penais, que datam ainda do século XVII d.C, revelam essa prática como tendo uma continuidade ao longo da história da humanidade. Sobre essa última, Dallari explica que, nesse século, o continente Europeu ainda atormentando pelas lutadas armadas, características da idade média, as quais, em sua maioria, davam-se por meio das ocupações de território pelos estrangeiros, procuravam na tortura um meio de impor um status de força social, de superioridade para os inimigos:

A tortura existiu em arenas romanas, em masmorras da Idade Média, em castelos, pelourinhos, foi patrocinada por imperadores, reis e papas, ditadores de esquerda e de direita. Existe quando um Estado precisa subjugar seus inimigos. Apesar de ser considerada crime hediondo, inafiançável, continua existindo. Por que a tortura nunca acaba? Serve para quê? Para apressar, com eficiência duvidosa, a conclusão de uma investigação. Para encontrar reféns desaparecidos, comparsas, resgates e mandantes. Para desbaratar uma quadrilha. Como vingança. Para destroçar um indivíduo, reforçar quem manda, aterrorizar a população, torna-la dócil. Para dar senso de camaradagem a uma comunidade fechada, como um satânico rito grupal primitivo. Para unir sob uma bandeira que não se sustenta. Para humilhar. (PAIVA, 2015, p.110-111)

Logo, percebe-se que o narrador não só traz as representações do impacto da tortura, como também teoriza sobre ela, apresentando a sua utilização pelo Estado e o motivo de sua existência na sociedade.

De certa forma os governantes entendiam que a melhor forma de serem vistos perante a população era através do medo. Ademais, foi a oportunidade que os governantes, em sua maioria de forma ilegítima, visando a manutenção de seus privilégios, perante a insatisfação popular, encontraram no terror uma forma de manter o povo recuado e submisso.

Logo, impulsionado por uma ignorância guiada por preconceitos, o povo acabou por aceitar os métodos adotados por aqueles que os dominavam. Isso demonstra um certo desencantamento com a natureza humana e a irracionalidade quanto à representação do corpo.

A tortura como meio de manter o *status quo* de reconhecimento de um governo já é uma prática engelhada, registrada ainda na Grécia antiga. Verri encontra registros que datam da tortura apregoada a Zenão de Eléia, filósofo grego acusado de subversão. Isso apenas demonstra como o instinto humano lida com a humanidade de outrem quando prioriza a paixão em detrimento da razão. Dallari

acrescenta que essa tortura serve para mostrar a que ponto chega o homem, dotado de ódio, quando a ele são dados instrumentos que podem romper com a força natural do corpo humano.

Sobre a tortura, Tavares crê que

A um torturador não se pode exigir compreensão. Ele está feito para não entender. Não indaga como um juiz. Quebra, desmantela ossos, fende crânios. Esbofeteia. Nas orelhas, sobre os tímpanos, aplica “telefones” que nos levam à surdez momentânea, porque não lhe interessa que escutemos o que ele pergunta. (TAVARES, 2005, p.290)

Isso implica levantar outras questões, principalmente no que tange ao prazer que sentem os torturadores ao cometerem tortura. Esse sadismo quase inimaginável leva-nos a diversas reflexões sobre o ser humano e suas ações sociais.

Para Verri, a necessidade de estudo acerca do tema se faz para evitar que mais vítimas estejam diante dos métodos de tortura, física e psicológica, e sua implacável destruição do sujeito. Logo, ele acredita que a tortura tenha se tornado instrumento de dominação, com fins variados: impor ordem, impor medo, sadismo etc., todos os interesses que culminam na manutenção de uma ordem que beneficie determinado grupo ou pessoa:

Tortura e pena de morte, violências irmãs, serviram nesse caso, como em muitos outros, desde muito antes até os nossos dias, para satisfazer os baixos instintos e os sentimentos de ódio de uns e para dar apoio ao cínico oportunismo de outros, que manipulam a ignorância para se manterem numa posição de poder. (DALLARI, 2000, p.XIV).

Ou seja, subtende-se que a violência serve também como meio de demonstrar poder, pois o seu emprego vem de um opressor, o próprio Estado, ou por meio daqueles que por ele são representados, uma pequena minoria. Assim, o estudo acerca do tema também serve para reafirmar que a tortura indica conexões com contextos sombrios da história, que são intermitentes, ou seja, acabam sempre por se repetir quando estão diante de situações político-sociais favoráveis para o seu surgimento. Portanto, diante de situações incomuns, o povo tende a seguir as opiniões mais exuberantes, procurando a atribuição de culpa a algumas pessoas como forma de justificar ou tornar exemplar algumas condutas.

Por conseguinte, sabe-se que durante determinados períodos históricos as pessoas buscam encontrar racionalidade no irracional, e, tratando-se de exemplos

mais particulares, basta verificar as ocorrências das torturas diante das ditaduras militares latino-americanas.

No século XX foi registrada a prática de tortura nos períodos de guerra e, fora deles, nos regimes de força, essencialmente antidemocráticos. Nos últimos anos houve comprovação de largo uso da tortura, com métodos bastante sofisticados, nos países submetidos a governos militares, o que chamou a atenção do mundo para a sobrevivência dessa prática bárbara e covarde neste final do século XX. E a partir do conhecimento do tratamento cruel e desumano dispensado aos presos políticos foi tornada pública a habitualidade da prática de tortura contra os chamados “presos comuns” em grande parte do mundo, mas sobretudo nos países menos desenvolvidos. (DALLARI, 2000, p. XVII)

Nesses contextos, de situações políticas limítrofes, a violência simbólica que o opressor exerce sobre o oprimido, inculcada há anos, é tamanha que o próprio oprimido absorve as justificativas do opressor e contribui para justificar o injustificável. Assim, os governantes são fortalecidos e suas vítimas são relegadas ao plano do esquecimento. Com relação a isso, Marcelo Rubens retrata o caso do Brasil: “[...] Minha mãe se queixou da Lei da Anistia, que perdoava torturadores. Ninguém sabia o que os civis fariam no poder em relação às monstruosidades da ditadura. Deixaram barato por muitos anos” (PAIVA, 2015, p.211). Tal lei julgou que os crimes cometidos durante a ditadura fossem abonados. De um lado, o que se julgavam crimes de subversão, cometido por militantes, e, de outro, os crimes hediondos como tortura, morte e desaparecimento político.

Como exemplo nacional, a prática de tortura a civis acusados de crimes comuns, - e não mais de crimes políticos e fora dos períodos de exceção – tem-se tornado prática corriqueira da polícia para com os presos a fim de ter acesso à verdade em depoimentos, ou simplesmente para satisfazer um certo sadismo daquele que tortura. Tavares afirma que

A tortura é o método de interrogatório usual das ditaduras e o fato de ser exercida por psicopatas sádicos não lhe tira a característica de instrumento para um determinado fim. Ao contrário: sempre se entrega a tarefa a um especialista com as melhores qualificações. Quem não reúna todas as condições não é indicado. Na vida diária se procede assim. Nas catacumbas da tortura, também. O sadismo perverso não é visto como doença que inabilite um sargento, um oficial ou um policial para torturar. Ao contrário, é a credencial para torna-lo apto a torturar. (TAVARES, 2005, p.291)

Essa absorção da tortura, antes um método característico de períodos confluentes da história, passou a integrar as instituições governamentais em seus atos

cotidianos. Logo, diariamente, é possível vislumbrar casos em que esse método é empregado, no Brasil.

O narrador de *Ainda estou aqui*, relata um desses casos:

28 de junho de 2013. Tayná era uma adolescente que se encantou pelo parque de diversões montado perto da sua casa, na periferia de Curitiba. Avisou a mãe que ia até lá. Foi encontrada morta num matagal. Na imagem gravada por uma câmera de segurança de uma avenida, ela caminhava na direção do parque. A polícia agiu rápido, foi eficiente e apresentou quatro criminosos. Trabalhavam no parque de diversões. Confessaram que a estupraram. A população tentou linchar os quatro, que foram transferidos para outra cidade. Botou fogo no parque. Dias depois, o caso teve uma reviravolta. A Perícia Criminal do Paraná é desvinculada da Polícia Civil, autonomia que favorece os peritos. Descobriu-se que não havia sinais de estupro, abuso, fissuras nos órgãos genitais da garota. O sêmen encontrado nas roupas íntimas de Tayná não era compatível com os dos presos Sérgio, 22, Paulo, 25, Adriano, 23, e o irmão Ezequiel, 22. Os quatro foram torturados até confessarem o inconfessável. Um teve perfuração intestinal, depois de empalado. Outro ficou surdo, com o tímpano rompido. Um terceiro teve suspeita de osteomielite no pulso. Não há provas de que Tayná esteve no parque naquela noite. Vários policiais foram presos e afastados, entre eles o delegado que comandava a unidade. Os torturados voltaram destroçados para as suas famílias, para os seus pais e filhos, sem seu ganha-pão. (PAIVA, 2015, p.110-111)

Ou seja, isso ratifica a ideia de que a tortura é um método adotado pelas instituições brasileiras. Muito do que ocorre nesses lugares é de conhecimento da população, porém é por ela aceito.

Como prática em períodos repressivos, a tortura na ditadura militar foi o meio de intimidação mais comum. Crime hediondo, essa prática empenha-se única e exclusivamente em atacar o físico e a subjetividade do sujeito que a sofre. Alegando a busca pela verdade, com a justificativa da violência é que a tortura prevalece. Para o narrador

A tortura é a ferramenta de um poder instável, autoritário, que precisa da violência limítrofe para se firmar, e uma aliança sádica entre facínoras, estadistas psicopatas, lideranças de regimes que se mantêm pelo terror e seus comandados. Não é ação de um grupo isolado. A tortura é patrocinada pelo Estado. A tortura é um regime, um Estado. Não é o agente fulano, o oficial sicrano, quem perde a mão. É a instituição e sua rede de comando hierárquica que torturam. A nação que patrocina. O poder, emanado pelo povo ou não, suja as mãos. (PAIVA, 2015, p.109-110)

Com isso, subentende-se que a tortura cometida por qualquer pessoa dentro das instituições do Estado não é uma ação isolada, ao contrário, só existe porque as políticas de respeito aos Direitos Humanos vigentes permitem.

Marta Nehring, em sua “Carta aos torturadores”, publicada em 1999 na *Folha de São Paulo*, diz que ela se dá em locais afastados, dos quais não é possível ver ou ouvir alguma coisa, com o intuito de não deixar pistas sobre o que lá acontece. Esse processo de tortura tem ainda duração temporal indeterminada, variando de horas a meses. E muitos dos que sofrem acabam morrendo, não antes de entregar nomes e endereços, que levarão a outros nomes, e conseqüentemente a outros torturados.

Em *Ainda estou aqui*, o narrador expõe a situação de Cecília Viveiros de Castro, presa junto com Rubens Paiva. Torturada, ela deveria entregar nomes, um deles seria o do deputado

[...] Eu ouvia os gritos do Rubens Paiva sendo interrogado e de vez em quando passava alguém e batia no meu ouvido ou puxava meu cabelo ou falava bem perto: “Vá se preparando! Está ouvindo? Está chegando a sua vez ...”. Parecia um pesadelo, os gritos: ‘Eu não aguento mais’; ‘Eu não sei de nada’, ‘Não façam isto’ do torturado, e música de vitrola com o máximo de som e de vez em quando os xingamentos e expressões vulgares que me diziam ao ouvido. Não sei como agüentei”. (PAIVA, 2015, p.171)

Essa técnica é tão invasiva que o torturado nunca esquece, primeiro porque seu corpo carrega as marcas da tortura, depois porque seu inconsciente não o deixa esquecer-las e, principalmente, porque o algoz nunca foi culpabilizado.

Para Nehring, antes de uma vingança, que venha a ser benéfica para as vítimas e suas famílias, trata-se de “trazer ao conhecimento do grande público as violências cometidas durante a ditadura, para que os direitos civis nunca sejam desrespeitados em nosso país” (NEHRING, 2001, p.127). Uma grande angústia para a autora é o fato de que o torturador tenha a possibilidade de morrer de velhice sem nunca ter sido punido. Com relação a isso, escreve o autor:

[...]Ela estava no Estágio III quando a Comissão Nacional da Verdade foi instaurada, o MPF-RJ começou a ação contra torturadores, documentos dos arquivos do coronel Molina, morto em Porto Alegre em 2014, provaram a prisão do meu pai, depois confirmada por Malhões, também morto em seguida, e a farsa que ela atacou por décadas e a intrigou foi enfim desfeita. (PAIVA, 2015, p.251)

Exatamente como ocorreu com a família Paiva. Depois de lutar para que o caso do marido, assim como o de outras vítimas fosse resolvido, Eunice, já com Alzheimer, já mais de 35 anos depois do ocorrido, não pode presenciar o momento em que começaram as primeiras sessões de apuração sobre o caso. Mesmo assim, a Comissão Nacional da Verdade, instaurada no governo Dilma, foi um ato meramente simbólico, porém possibilitou a algumas famílias o desvendamento de casos de morte e desaparecimento no Brasil.

Essa impunidade, resultado de um silenciamento por parte das forças armadas, que se nega até hoje à abertura dos arquivos da ditadura, dá-se principalmente porque nenhum oficial foi obrigado a falar sobre isso, o que só pôde ser iniciado com a instauração da Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, instalada em 2012, no governo Dilma Roussef. Muitos oficiais reconhecem a tortura como prática do regime militar, mas não há confissão de nenhum deles sobre seus atos.

Diante disso, cabe ressaltar o que diz Filho (2001) quando relata que existem oficiais que têm consciência sobre a existência de torturadores, porém nenhum deles confessa seus atos, ou quando falam sobre o assunto atribuem culpa a uma terceira pessoa. Como no depoimento de Armando Avólio, soldado do DOI, na Comissão Nacional da Verdade e ao Ministério Público Federal brasileiro, em 2014, ao relatar o caso Rubens Paiva.

Só eu presenciei. Eu fui à sala do capitão Leão, que era contígua à minha, e disse: “Olha, vamos lá no DOI [...] falar com o major BELHAM [...] que o que está acontecendo naquela sala não vai terminar bem”. E nós dois fomos até a presença do major BELHAM e falamos para ele: “Major BELHAM, está acontecendo alguma coisa aqui, pode se tornar uma coisa grave”. Se ele tomou providência, eu não sei, se ele foi lá, eu não sei, se ele mandou alguém lá, eu não sei, se mais alguém ouviu nós dois falarmos pra ele isso, eu não sei. [...] Fomos ao coronel Ney. Em realidade, se nós seguissemos a hierarquia militar, nós deveríamos ter ido primeiro ao comandante da PE a quem nós éramos subordinados, informar, para ele tomar a iniciativa, mas pela gravidade do que eu vi, eu preferi fazer o contrário... Se o coronel Ney entrou em contato com ele, eu não sei, porque eu não fiquei sabendo, se o coronel Ney foi lá no DOI falar com ele, eu não sei, mas pelo que conheci do coronel Ney ele deve ter tomado uma providência. (PAIVA, 2015, p.253-254)

No depoimento, Avólio, ainda que estivesse em sessões de tortura, quando questionado isenta-se desse processo, atribuindo culpa a outra pessoa, aliás,

ressaltando que avisou às patentes mais altas sobre o que estava acontecendo. Ou seja, recaindo no que o autor acima afirma.

Isso acaba por dar durabilidade à barreira de proteção que foi criada em torno do acesso ao depoimento dos militares sobre os atos cometidos por eles durante a ditadura. Também, isso é reflexo de uma polícia, como a brasileira, que até hoje adota essas práticas em decorrência da deficiência em resolver casos através da investigação, como também pela pressa em responder aos anseios de segurança da sociedade.

No Brasil como no mundo, há anos — poderia dizer que desde sempre — todo cidadão primariamente informado sabe que a polícia usa métodos violentos para intimidar ou interrogar ladrões e assassinos. Mas, por comodismo e pelo individualismo desumanizador característico de nossa época, esses métodos jamais foram combatidos eficientemente. (ALVES, 1996, XV)

Isso contribuiu, para o pensamento de que, ainda que seja terrível, a tortura é um meio indispensável no processo penal brasileiro, apregoado por diversas instâncias, vide as proclamações justificatórias que apregoam a morte e a tortura como fins em inquérito policial, como se ela, a tortura, fosse o único meio pelo qual a polícia pudesse averiguar casos. Muitas vezes, tal conduta é tão violenta que, mesmo diante da inocência, o preso acaba confessando para livrar-se de tal temor.

Durante a ditadura, esse era o método utilizado para que os presos políticos entregassem as suas organizações e os próximos passos dados por elas, assim como pontos de encontro, esconderijos e o paradeiro daqueles que consideravam como tendo um grau de periculosidade maior. Muitos cederam às dores impostas, por diversos motivos, porque resistiram e se negaram a entregar; outros não delataram porque a tortura foi tão extrema, que nem forças para delação tinham; outros muitos morreram diante dos aparelhos repressivos.

Diante da tortura não se formulam julgamentos, principalmente espera-se que

Os que falaram não podem ser condenados. A resolução ao silêncio só é tomada no momento da crise definitiva. Da véspera, raciocinando por hipótese, ninguém pode afirmar se resistirá ou não a torturas. Só na frente do torturador — e antes que o sofrimento arrebe o livre arbítrio e a faculdade de expressão — é que o homem decide se vai ou não ceder ante a violência e a dor. (ALVES, 1996, p.20)

Sobre a convivência da sociedade brasileira com a tortura, crê-se que, se a sociedade conseguiu / consegue sobreviver com a existência da tortura, com a

desumanidade como prática, não consiga ter uma sobrevivência sadia, estando sempre diante da imposição da violência. Cid Benjamin, alerta que

Historicamente, a tortura no Brasil esteve relegada a delegacias policiais, onde o método usual de interrogatório era o espancamento de presos comuns. Passou a frequentar a realidade da classe média nas duas ditaduras que o país viveu no século XX: o Estado Novo (1937-1945) e, sobretudo, o regime militar (1964-1985). Nelas, presos políticos passaram a ser as principais vítimas. Já não eram apenas negros, pobres, favelados e ladrões os pendurados no pau de arara e submetidos a choques elétricos, afogamentos e pancadas. Passaram a ser o parente próximo, o vizinho, o amigo, enfim, pessoas tidas como respeitáveis na sociedade. (BENJAMIN C, 2014, p.72)

Isso levanta também a questão de que a tortura só passa a ser problematizada quando aplicada a grupos socialmente mais favorecidos. Por um lado, isso contribuiu para instalar um repúdio a essa prática, ainda que ela continue sendo corriqueira nas delegacias brasileiras:

A suspeita se confirmou. Rubens foi preso. Rubens foi internado. Rubens estava na mira. Todos estavam. Era a ditadura. Já tinham prendido velhos intelectuais, editores, jornalistas, humoristas, professores, sindicalistas, deputados, militares, cantores, músicos, atores, diretores de teatro, de cinema, escritores, estudantes, padres, freiras, juristas, freis. (PAIVA, 2015, p.126)

Logo, é preciso perceber que “nem todos os criminosos comuns estão sujeitos à tortura. Ela é aplicada apenas nos de baixa renda. Não se conhece um só caso em que criminosos de colarinho branco tenham sido martirizados.” (BENJAMIN, C., 2014, p.73). O que reforça a ideia de que até a tortura seja enquadrada na perspectiva da luta de classes.

Porém, é válido ressaltar que hoje a situação tem apresentado melhoras significativas, diante de um vislumbre de democracia. Não que tenham diminuído, mas hoje há uma possibilidade maior de denunciar à justiça, com a existência remota de consequências para quem a pratica.

Mais uma vez retorna-se a questão da punição aos torturadores no Brasil. O que torna o futuro da tortura ligada ao dos torturadores. Para problematizar essa questão, Cid Benjamin (2014) dá três exemplos: o da Argentina, o da África do Sul e o do Brasil. O primeiro, a vizinha Argentina, depois da ditadura implantada por lá, adotou uma política punitiva com os envolvidos em crimes contra a humanidade, principalmente os generais que foram e tem sido condenados à penas extensas e/ou à prisão perpétua. Além de implantar um sentimento de justiça, isso ajuda a inibir

outros casos. Na África do Sul, que passou por outro contexto, Mandela, por exemplo, foi preso e torturado, e quando assumiu a presidência do país resolveu anistiar torturados e assassinos durante o *apartheid*, desde que estes algozes viessem a público para confessar seus crimes. Qualquer omissão por parte dos criminosos teria punição penal. O que mais chamou atenção nessa medida foi o espanto da sociedade sul-africana, que, sabendo das torturas, não imaginava as suas proporções.

Durante a ditadura do Brasil, a implantação da tortura foi uma política de Estado, por isso a punição seria destinada também aos próprios governantes, às pessoas do mais alto escalão, juntamente com seus subordinados, que cumpriam as ordens para a prática desses crimes. No caso particular do Brasil entram três questionamentos, o primeiro deles é o estabelecimento da dualidade entre *lembrar ou esquecer*.

Aprovada a Lei da Anistia, a todos aqueles que cometeram crimes políticos entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, logo após quinze longos anos de regime é válido afirmar que essa decisão veio a beneficiar muito mais aos repressores do que àqueles que foram vitimados pela ditadura brasileira. Isso nunca foi capaz de servir como política pública de reparação aos crimes de Estado incorporados ao regime militar, muito menos de dar respostas às famílias de mortos e desaparecidos. Na transição da Ditadura para o Estado de Direito, talvez tenha servido mais como uma medida de silenciamento do que de reparação.

A ruptura com o estado de exceção não se deu de forma combativa, como forma de enfrentamento e questionada da violência aplacada, mas um acordo com a esfera política a fim de estabelecer uma “trégua”, o que provocou grandes males à memória nacional, pois se instalou uma espécie de silêncio, diminuiu a resistência e a colocou dentro de uma esfera muito próxima à regida pela constituição, buscando apenas garantias por meio da legalização. Em decorrência disso, “a oposição entre a razão política pacificadora e as memórias doloridas obstrui a expressão pública da dor e reduz a memória às emoções, acabando por construir um novo espaço social justamente sobre a negação do passado” (TELES, 2015, p.53).

Isso significa que, diante da violência imposta pela ditadura, não se poderia esperar que o governo, através da sua lei e estrutura, tomasse medidas judiciais, tendo em vista também que a justiça tende para o lado dos dominantes. Então, seria a hora de incluir o trabalho da memória, para que, diante dela, insuflassem-se as

medidas a serem tomadas, de baixo para cima. Isso porque, tratando-se do campo público, da democracia instaurada naquele momento, o passado traumático não teria vez, a memória das minorias não expandiria sua voz, porque o campo das relações sociais ainda estava bastante dolorido e quem o controlava antes, no regime, continuava agora com ares de legalização democrática.

A indefinição sobre esse passado foi tão grande que

Na *memória dos militares*, a versão é a da vitória na guerra contra a subversão, sustentando o discurso da necessidade de proteção do país contra os “comunistas”, que estariam tentando derrubar a democracia e estabelecer uma ditadura. (TELES, 2015, p.54)

Sustentada até os dias atuais pelo Exército brasileiro, a versão de que não houve uma ditadura no Brasil, mas sim a proteção necessária contra o risco de o país virar comunista, continua sendo amparada pelo Estado, visto que oficialmente não há um manifesto contra tal assertiva.

Em oposição a ela, existe a *memória das vítimas*:

Para eles, a ditadura foi marcada pela atrocidade dos crimes contra a humanidade e tais fatos devem ser completamente investigados e seguidos da punição aos culpados. Sua ação na democracia se caracteriza pela coleta contínua de informações, denunciando os responsáveis e demandando a apuração dos crimes de acordo com leis nacionais e internacionais. (TELES, 2015, p.55)

Disputando espaço com a memória dos militares, a das vítimas pretende-se denunciativa e reivindicatória de direitos e reconhecimento perante a história e as leis do Brasil, como também uma punição efetiva para aqueles que cometeram crimes contra a humanidade durante esse período.

Para cada um dos tipos de memória sobressai uma característica, respectivamente: a impunidade e o esquecimento. Teles levanta um terceiro tipo de memória relacionada à ditadura, a *memória do consenso*, como sendo “uma oposição intermediária entre as duas memórias identitárias anteriores, o consenso elabora explicações negociadas do passado” (TELES, 2015, p.56). Diante de tantas dualidades, remanescentes de uma história que se deu calcada sob a sanguinolência dos opressores, apoderados do aparelho estatal, surge mais uma questão antagônica. O segundo questionamento está entre *punir ou perdoar*.

O processo de anistia foi o resultado final de quase todos os regimes militares instaurados na América Latina. O caso da Argentina, país fronteiro ao Brasil, é bem peculiar, pois tratou nos anos 80 de instaurar uma Comissão Nacional de

apuração sobre o Desaparecidos Políticos, a fim de apurar as violações aos direitos humanos, julgar e condenar os seus ditadores, e assim o fez. No entanto, sofrendo uma pressão por parte dos militares e a desconsideração por parte destes, sobre as apurações, o governo de Raúl Alfonsín resolveu promulgar leis que viessem a acalmar os ânimos e barrar as investigações. Logo, através desse exemplo, é possível perceber que existe um conflito quando se elabora uma política contra o esquecimento, quando instaurada acaba por gerar ações de vingança. Em 2005, o governo argentino retrocedeu e resolveu iniciar novos processos, na esfera política e jurídica, que pudessem responsabilizar os crimes cometidos durante o período.

Teles acredita que a anistia vem servindo de instrumento com três vieses: aplicada como forma de benignidade, na forma de legalidade e ainda para motivos políticos. Pensando nisso, “a anistia objetiva tornar inimputável, por motivos de interesse social, qualquer pessoa que, presumivelmente, tenha cometido algum crime, ainda que não haja certeza de culpa e nem mesmo processo judiciário”. (TELES, 2015, p.82)

No ocidente, esse instrumento da legalidade nunca foi utilizado com fins de resolver conflitos de uma nação, mas pura e simplesmente como forma de satisfazer pessoas ligadas ao governo que sofrem acusações de violação aos direitos humanos. Quando cedida a indivíduos que sofrem perseguição política, é somente para colocar fim a uma discussão. Teles acredita que sua real finalidade seria a promoção de uma conciliação nacional ou ainda tratar de estancar uma vingança que pudesse advir no regime democrático. Assim, indaga: “como é possível promover a democracia se os crimes da ditadura não foram apurados ou nomeados?” (TELES, 2015, p.85)

Logo, a teoria em que se apoiam os conservadores, de que a repressão foi necessária para conter um avanço comunista no Brasil, criando assim uma luta travada entre dois lados, conhecida como “dois demônios”, para ele é um erro. Porque a violência não foi imposta simplesmente pelos militares, mas sim por eles investidos de poder do Estado, utilizando de todas as suas instâncias, inclusive das polícias e de outros órgãos administrativos como forma de legalização do processo violento. Se imputados na forma de Estado, passam a se configurar como crimes contra a humanidade. Diante disso, entende-se que “a anistia parece ser um paradoxo nos direitos humanos: existe para perdoar, mas não o faz e ainda perpetua a injustiça ao não julgar os responsáveis” (TELES, 2015, p.85).

No Brasil, a anistia, elaborada pelos órgãos de transição, previu a impunidade a todos os crimes praticados pelos agentes da repressão, o que ajudou a promover a ideia de que a ditadura brasileira tivesse sido elevada à categoria de guerra, e que implicaria na justificação da violência estatal, apaziguando assim a supressão dos direitos e a desumanização provocada durante esse período. Consequentemente, a anistia no país foi entendida como um ponto final, que acabou por livrar todos de seus crimes, impondo às vítimas uma lei do silêncio.

Quanto ao terceiro e último questionamento, o de *apagar o elaborar o* passado, de acordo com Teles, a bibliografia que trata do período ditatorial no país vem colocando à margem o tema da anistia. Para ele, a preocupação central trata das teorias do autoritarismo e daquelas que se esforçam para entender a deslocação para a democracia ou compreender a estrutura da repressão e a composição da luta armada, ou ainda, os mais recentes trabalhos intentam entender a relação da memória com a violência.

Ainda conforme o autor, essa questão chamou para si diversas opiniões, que são levantadas consoante a sua relevância, ao problema que os crimes trazidos junto consigo levantam, tais como a tortura e o desaparecimento político, na tentativa de formular uma lei que respeite todas essas temáticas.

Dessa forma, entende-se que essa pode não ser a questão central, mas sim a de como o país lida com a existência de uma memória da violência, que por consequência gera a cultura da violência, tão conhecida do Brasil. Sobre isso, o autor reforça que a possibilidade de se reconhecer uma memória da violência estende-se também para o surgimento de uma contramemória, de um contradiscurso, ou seja, aquilo que provoca um embate contra o silêncio propagado até então sobre o assunto.

Ao contrapor-se à imposição do silêncio iniciada nas salas de tortura, o movimento pela anistia teve um caráter de elaboração da memória, indo além do pedido de liberdade aos perseguidos, ao denunciar e apurar a violência do Estado – ainda que a ideia de punição não tenha ganhado a publicidade e o apoio que teve a liberdade para os presos e cassados. (TELES, 2015, p.86-87)

A luta pela anistia propõe, se não um repensar sobre o tema, uma logística propagandística das contradições estabelecidas entre lembrar/esquecer. Logo, reafirmam-se as vertentes que essa questão suscitava: a de apuração dos crimes e a de reconciliadora da nação.

A oposição lembrar/esquecer fica latente quando se trata da anistia porque simbolicamente representava os “dois lados” da batalha: as vítimas, lutando para serem lembradas; e os militares, lutando para que os crimes fossem esquecidos. De maneira mais ampla, a ditadura impunha uma normatização, por meio da repressão, da moral social.

Para o autor, os primeiros pensamentos em torno da elaboração da lei da anistia foram sua tendência a uma parcialidade que favorecesse os opressores. Diante deles, os movimentos organizados encabeçavam uma luta, lema já conhecido como “anistia ampla, geral e irrestrita”, que pensava a anistia minimamente na perspectiva dos direitos humanos.

Nessa luta por uma reelaboração da memória, destacam-se os grupos que contemplam as famílias dos mortos e desaparecidos. Essa luta é pelo reconhecimento, reelaboração e publicização de uma memória da dor.

### 3.2.2 O direito ao corpo e à verdade: os mortos e desaparecidos políticos e a relação com a memória

Em se tratando de um discurso, o trabalho com a memória é imprescindível na disputa pelo estabelecimento da verdade. Portanto, quando se opta por narrar na perspectiva das minorias, sempre suprimidas pela macro-história, demarca-se uma escrita reivindicatória e denunciativa. Com relação a isso, a autobiografia de Marcelo Rubens Paiva trata, em suas entrelinhas, da questão de mortos e desaparecidos políticos.

Diante da técnica empregada pela repressão, o desaparecimento político, algo até então desconhecido nessa perspectiva, e a subjetividade envolvendo a temática, depara-se com a carência de material teórico contundente. Muito do produzido na área foi formulado pelas comissões de familiares vítimas desse método.

Portanto, quando em *Ainda estou aqui* o narrador opta pela temática, particularmente por sua vivência familiar, dá uma oportunidade à narrativa de ser conduzida sob a “ótica dos vencidos”, ou seja, daqueles que sempre foram rebaixados socialmente, tais quais os movimentos sociais e as minorias.

A tática do desaparecimento, considerada uma técnica empregada particularmente em contextos ditatoriais, segue uma linearidade: prisão, tortura,

morte e desaparecimento. Em termos quantitativos, estima-se que, no Brasil, esses números podem ter sido estratosféricos, porém não se pode afirmar com precisão, uma vez que uma das táticas do regime era a não utilização de documentos, como forma de não comprovar determinados fatos. E, como forma de ampliar esse silenciamento, a prática da tortura era a forma maior de espalhar o medo, com a intenção de acuar todo e qualquer que de alguma forma questionasse o poder militar.

Numa espécie de rebaixamento do Estado de Direito, foram utilizados pelo regime os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional, na qual o inimigo estava inserido no próprio país e, para a manutenção da segurança, precisava ser caçado, o que fez com que a violação aos Direitos Humanos fosse totalmente justificada, em uma defesa de manutenção da ordem e do conhecido Estado de Segurança. Logo, a imprensa sofreu censura, o que impedia acesso e ampla divulgação de informações sobre o tema:

Fora da cadeia, soube da farsa montada: diziam que meu pai tinha fugido. Como? Tinham dito que ele estava lá, sendo interrogado. Foi manchete dos telejornais do dia 22 de janeiro, sem citar o nome completo dele. Saíram mais detalhes nos jornais do dia 23. Falavam de um Rubens Seixas. (PAIVA, 2015, p.145)

Sob censura, a mídia foi um dos instrumentos mais utilizados pelo regime para colaborar com a tática do desaparecimento político, pois através de suas manchetes confundia a população com falsas matérias que colaboravam com a mentira sobre o estado de militantes.

Paralelo a isso, o poder de repressão revestia-se, ganhando força com a criação, em 13 de junho de 1964, do Serviço Nacional de Informações (SNI), passando a produzir informações que pudessem ajudar o regime na caça instaurada aos “comunistas”.

Para reforçar o trabalho do SNI, foram criadas outras instâncias, tais como a Operação Bandeirantes (OBAN), financiada por multinacionais americanas, como a Ford, entre outras. Tal operação tinha como componentes pessoas das Forças Armadas e todos os níveis reconhecidos que contemplem Departamentos de Polícia. Seus métodos (tortura e assassinato) se tornaram, de tal maneira, tão eficazes, que acabaram por inspirar a criação do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, lembrado por Paiva:

Meu pai entrou no DOI-Codi em 20 de janeiro de 1971, morreu na noite do dia 21 de janeiro, foi levado na madrugada do dia 22, esquartejado, enquanto minha mãe e irmã eram interrogadas em separado. Testemunhas de lá de dentro nos dizem que ele foi enterrado na restinga de Marambaia, sob a areia de quarenta e dois quilômetros de praia que pertence à Marinha do Brasil, base paradisíaca de oitenta e um quilômetros quadrados e acesso restrito, hoje Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia dos Fuzileiros Navais. (PAIVA, 2015, p. 153)

Local no qual diversas pessoas, entre elas Rubens Paiva, apenas entraram, sofrendo em seus espaços diversas violências contra o corpo e contra a mente, sem a certeza de seu paradeiro. Essa é apenas uma das suposições sobre o local onde estão os restos mortais do deputado.

Editada em 1969, a nova Lei de Segurança Nacional teve na instituição da pena de morte para opositores a legitimação de uma estratégia cruel para eliminação dos opositores ao regime, pessoas envolvidas com organizações políticas, líderes estudantis e sindicais, integrantes da luta armada etc. Mesmo que legitimada pela lei instaurada, a tática do regime era sequestrar, torturar e matar de forma abstrusa:

Não tínhamos ideia do que acontecia nas prisões, do que era Cisa, DOI, CIE, PIC, Dops, por que meu pai tinha sido preso um dia antes e, depois, minha mãe e minha irmã. Tanta gente amiga foi presa. Tantos combatentes jovens e veteranos, com cara de velhinhos simpáticos, que não faziam mal a ninguém, amigos do papai. Alguns passavam dias presos, meses no máximo. Eles voltariam no dia seguinte, depois de tudo esclarecido, afinal, ali tinha uma família sem nada a esconder, numa casa que era um entra e sai, de um chefe de família que teve problemas políticos lá em 1964, mas que nem se metia mais, nem sabia o que estava acontecendo, se é que tinha alguma coisa acontecendo, não se falava de prisão, de crianças, de mulheres, de tortura, muito menos de desaparecimento. (PAIVA, 2015, p. 130)

Diante dessa realidade, a família, mediante a prisão, recorria à justiça como forma de lutar pela liberdade do preso, contudo os juízes normalmente recusavam a soltura. Todavia, não se sabia realmente o que acontecia dentro dos porões da ditadura, tudo era uma suposição. Nem as próprias organizações de esquerda sabiam ao certo, pois os sobreviventes das torturas, quando soltos, estavam tão traumatizados que evitavam compartilhar essa experiência.

Depois, no ponto mais alto da repressão, o direito ao *habeas corpus* foi excluído, a partir da promulgação do Ato Institucional de Número Cinco – AI-5, o que possibilitou uma repressão maior e mais violenta que as anteriores, com o emprego

e a confecção de técnicas e instrumentos para as sessões de violência. Em uma dessas sessões, Rubens Paiva, depois de preso – cena que nunca saiu da memória do filho, o narrador de *Ainda estou aqui* – nunca mais foi visto:

O velho pai tinha trinta e cinco anos. Queria se justificar para os filhos que, na escola, nas ruas, podiam ouvir que o pai era um comunista. [...] Que o terror seria uma rotina e prática do Estado a partir de 1968, com o AI-5. E que ele estaria sob tortura seis anos e meio depois. Morrendo. E que seu corpo desapareceria. (PAIVA, 2015, p.102)

A tática do desaparecimento empregada pelo regime só foi possível porque o encarceramento, promovido pela prisão, e a falta de informações às famílias, possibilitava a elaboração da versão de sumiço do preso, logo ele encontrava-se desaparecido.

Sobre esse termo, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, diz que ele é “usado para definir a condição de pessoas que, apesar de terem sido sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais não assumiram ou divulgaram suas prisões e mortes” (TELES, 2001, p.159)

Anterior à Lei 9.140, de 5 de dezembro de 1995, em cuja referência a pessoas nessa condição emprega o termo “foragida”, passando o Estado brasileiro a reconhecer a adoção do termo “desaparecido”, que confere a titulação de pessoas mortas/desaparecidas durante o regime militar. Sobre isso, o narrador se queixa, quando diz que “Meu pai, um dos homens mais simpáticos e risonhos que Callado conheceu, morria por decreto, graças à Lei dos Desaparecidos, vinte e cinco anos depois de ter morrido por tortura”. (PAIVA, 2015, p.38). Sobre o termo “desaparecido”, consta em O Dossiê Ditadura que

é usado para definir a condição de pessoas sobre quem as autoridades governamentais jamais assumiram ou divulgaram a prisão e morte, apesar de terem sido sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, e o termo morto oficial define a situação de pessoas que foram presas, cuja morte foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressivos. (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLITICOS, 2009, p.22)

Logo, Rubens Paiva só foi considerado pelo governo brasileiro como desaparecido político décadas depois de sua morte, pois até então ela não era tida como oficial, gerando à família dor, sofrimento, um luto que se transformou em melancolia e a incapacidade de enterro ao corpo, deixando uma ferida em aberto:

Todas as esferas usaram o jargão “paciente”, não “detido” ou “preso”. Ou os torturadores se apropriaram do jargão das esferas superiores? O general Sylvio Frota reiterou ao STM: O paciente não se encontra preso por ordem nem à disposição de qualquer OM deste Exército. Esclareço, outrossim, que, segundo informações de que dispões este Comando, o citado paciente quando era conduzido por agentes de segurança, para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte deste Exército. (PAIVA, 2015, p. 155-156)

Assim, quando a família de Rubens Paiva foi diversas vezes procurar informações acerca do paradeiro do deputado, a versão dada era a de que ele tinha empreendido fuga com um grupo de militantes amigos seus, quando, na verdade, a família desconfiava das ações e da possível morte do deputado.

Ainda no ramo das nomenclaturas, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, esclarece que

*morto oficial* define a situação das pessoas presas cuja morte foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressivos. Muitas vezes, porém, é ainda necessário localizar seus restos mortais enterrados sob nomes falsos, um ato de ocultação de cadáveres, pois as autoridades sabiam suas verdadeiras identidades, como comprovam diversos documentos encontrados nos arquivos dos antigos Deops (TELES (Org.), 2001, p.159)

No Brasil, ainda existe uma lacuna quando se trata da questão dos desaparecidos políticos: poucas informações verídicas, muitas informações desconexas, poucas testemunhas, além do problema da desistência de muitas famílias em torno da verdade das vítimas, na maioria das vezes por medo ou por não querer mais remexer nessa ferida:

*Certifico que, em 23 de fevereiro de 1996, foi feito o registro de óbito de Rubens Beyrodt Paiva. Profissão, engenheiro civil. Estado civil, casado. Natural de Santos, neste Estado. Nascido em 26 de dezembro de 1929. Observações: Registro de Óbito lavrado nos termos do artigo 3º da Lei 9140 de 4 de dezembro de 1995. (PAIVA, 2015, p.38)*

Rubens Paiva, só teve sua morte oficial reconhecida nos autos da lei que trata acerca dessa situação em 1995, como relata o narrador.

O desaparecimento é uma expressão do grau de repressão empregado, porque chega ao nível de impedir qualquer tipo de incursão pelas vias legais, mas deixa nas famílias um sentimento que proporciona a imagem da pessoa querida ainda viva, porque não houve corpo para comprovar o fim. Assim comenta o autor:

Em 1985, ela disse numa palestra que ouviu de tudo, muitas versões e mentiras, mas que a única coisa que tinha certeza era de que Rubens estava morto, mas uma morte não oficial. Dizia sempre: - A tática do desaparecimento político é a mais cruel de todas, pois a vítima permanece viva no dia a dia. Mata-se a vítima e condena-se toda a família a uma tortura psicológica eterna. Fazemos cara de fortes, dizemos que a vida continua, mas não podemos deixar de conviver com esse sentimento de injustiça. (PAIVA, 2015, p.165)

Essa luta pelo direito à verdade em torno dos mortos e desaparecidos da ditadura militar começou ainda nos anos 70, considerados de chumbo (nos quais houve um aumento acentuado da violência empregada pelo Estado), e continua até hoje.

A Comissão revela que nessa situação o papel da família das vítimas foi de extrema importância, pois, através delas, de forma organizada, foram surgindo as primeiras denúncias sobre as arbitrariedades da prisão, tortura, morte e desaparecimento político:

No dia 17 de fevereiro saiu em alguns jornais: Eunice entregou ao deputado Oscar Pedroso Horta uma carta endereçada ao ministro da Justiça para que ele, no papel de presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, saiba da prisão do marido. Na carta, ela relata que foi presa com a filha de quinze anos, Eliana. Era o começo da luta. Uma das. (PAIVA, 2015, p. 147)

Para Marcelo, é sobre pessoas como Eunice, que lutam pela verdade, que os grandes escritores devem escrever. É por pessoas como ela, sua mãe, que luta pelos direitos das minorias que se estabelece a necessidade de escrever. A mãe teve papel importantíssimo na luta pela garantia de direitos das vítimas da ditadura militar no Brasil:

Depois de vinte e cinco anos, minha mãe pode enfim se considerar viúva, mexer em aplicações bancárias do meu pai, bens, fazer um inventário. Graças a uma lei que o governo Fernando Henrique se viu forçado a promulgar, depois de uma provocação que fizemos. (PAIVA, 2015, p.40)

A própria promulgação da Lei que trata dos mortos e desaparecidos políticos foi uma importante contribuição de Eunice, personagem que guia a família Paiva, segundo o narrador, e a quem a obra é dedicada:

Os familiares dos desaparecidos viviam num limbo civil, além de emocional (temos ou não um pai, uma mãe, um filho, uma filha ou netos vivos?). A burocracia engessava atividades corriqueiras. Não sabíamos nem a data em que deveríamos decretar como o dia da morte. Repare que usei a expressão “desaparecido a partir de”, e não “morto em”. Meu pai foi preso no dia 20 de janeiro. Estava morto na noite do dia 21 para o 22 de janeiro. Só recentemente soubemos

que ele morreu entre 21 e 22. Não mudaremos o dia em que sua morte faz aniversário. (PAIVA, 2015, p.194)

Apesar da sensação de impotência que aplaca a família das vítimas da ditadura, e dos sentimentos tão fragilizados perante a situação, foi através das famílias organizadas que puderam ser denunciadas, minimamente, as condições impostas a essas vítimas. A nomenclatura, de “desaparecido” para “morto”, surge como resposta à situação dos familiares dessas pessoas, as quais tiveram que lidar com uma nova forma de compreender o emprego da violência.

Esse desempenho aumentou a intensidade à medida em que o número de desaparecidos cresceu. Sobre esses dados, a Comissão revela que no ano de 1973-1974 não houve mortos, somente desaparecidos. Ainda nesse ano, o assassinato do estudante da USP, Alexandre Vannucchi Leme, possibilitou a reorganização do movimento estudantil e a realização de vários protestos na Universidade de São Paulo. Em consonância, a Igreja, na pessoa de Dom Evaristo Arns, realizou uma missa, em memória do estudante, que serviu para reforçar o apoio de algumas seções da Igreja, da Comissões de Justiça e Paz e de congressistas que compunham a oposição.

Na tentativa de driblar o caos econômico instaurado, a ditadura lançou, durante o governo Geisel, o plano de “abertura democrática”. A ditadura deixou de assumir os assassinatos cometidos por ela, negou a existência de uma repressão, até porque havia praticamente dissipado as organizações “subversivas”. Em contrapartida, o número de desaparecidos aumentou alarmantemente.

Sobre a morte de Herzog, caso que ganhou notória publicidade, o regime forneceu a versão de que o jornalista havia se suicidado na cadeia, o que logo foi contestado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em um movimento que repercutiu internacionalmente. Isso impulsionou a organização de um movimento em busca da anistia.

Desde o golpe, implementado em 1964, diversos movimentos encampavam denúncias da ditadura, como por exemplo a União Brasileira de Mães, cassada pelo regime em 1969. Entretanto, na década de 1970, a oposição ao regime encabeçou a luta por uma anistia contemplativa, que fosse ampla, geral e irrestrita. Diversas entidades nasceram dessa necessidade, tais como o Comitê brasileiro pela anistia, entre outros.

Na literatura testemunhal brasileira, alguns casos são recorrentes em todas as obras, tais como o caso Zuzu Angel, uma das mais importantes estilistas do país, que lutou incansavelmente contra o regime militar, na procura do filho, Stuart Angel.

O filho, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), havia sido preso em maio de 1971, no Rio de Janeiro, e em seguida levado à Base Aérea do Galeão. Segundo depoimento de outros presos políticos, Stuart sofreu torturas intensas, vindo a não resistir, o que o levou à morte no mesmo dia. A partir de então, a estilista, inconformada com a falta de informações sobre o filho e exigindo o direito ao corpo, passa a denunciar as ações brutais do regime militar à imprensa e agências internacionais para que interviessem no país. Sua luta foi intensa: realizou diversos protestos com familiares de desaparecidos políticos no país, inclusive em outros países, como os Estados Unidos; passou a utilizar a sua grife de roupas para denunciar – através de estampas com logomarcas que simbolizassem a repressão – a ditadura.

Em 1976, Zuzu Angel foi encontrada morta dentro de seu veículo na saída do túnel Dois Irmãos (São Conrado), no Rio de Janeiro, apesar de a polícia indicar a morte por acidente automobilístico, alguns relatos, como o da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, indicam que foi mais um caso atribuído ao sistema repressivo da ditadura. Zuzu teria sido jogada por policiais para fora do carro em alta velocidade. Sobre o caso, o narrador faz referência em *Ainda estou aqui*: “[...] Túnel que hoje tem o nome de Zuzu Angel, cujo filho foi morto e torturado pela mesma equipe que matou o meu pai.” (PAIVA, 2015, p.107).

Outro exemplo é o de Ana Rosa Kucinski, filha de Majer Kucinski e irmã de Bernardo Kucinski, autor de *K. – Relato de uma busca* (2011). Ana, juntamente com o marido, Wilson Silva, é desaparecida política desde 1974. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), professora de Química da Universidade de São Paulo (USP), foi sequestrada pela repressão e desapareceu. Durante anos, o pai lutou incansavelmente ao lado de grupos de familiares de desaparecidos na busca de informações que indicassem os restos mortais da filha. Em 2011, Bernardo Kucinski resolveu homenagear o pai, a irmã, e todos aqueles em situação semelhante que exigem até hoje o direito à memória, à verdade e ao corpo, com o livro *K.*, que tem como narrador seu pai, que por toda a narrativa exige o direito à última despedida com a filha. Sobre casos como esses, afirma Rubert:

O resgate da presença do outro implica em resgatar, também, sua história, seu protagonismo, sua forma de inserção em determinado contexto; logo, tal ação deve fazer parte da construção da memória coletiva da história do país -enquanto construção da identidade nacional - e pode constituir um fator que contribua no melhor entendimento da história recente e da democracia resultante desse processo histórico. (RUBERT, 2012, p.1355)

Ao encararem o regime e o desafiarem de forma legítima e coletiva, permitiu-se que a dor pudesse de certa forma ser compartilhada no ambiente social. Logo, a pressão alcançou a presidência da república, no governo de Fernando Collor, que atestou compromisso com a abertura dos documentos:

Eleito presidente em 1994, FHC, amigo íntimo do meu pai, desconversou quando a Anistia Internacional cobrou uma posição sobre os desaparecidos políticos. [...] Ela tinha encontrado nos arquivos o texto do FHC sociólogo e colunista da Folha, nos anos 80, citando o amigo Rubens Paiva e cobrando do governo Sarney uma posição sobre os desaparecidos políticos. [...] Pedi uma página para escrever um texto sobre a contradição do FHC dos anos 80, pensador crítico do regime, e dos anos 90, presidente da República. Ele me deu duas páginas. (PAIVA, 2015, p.40)

Vale ressaltar que Eunice mais uma vez atesta sua importância na garantia fundamental da lei para mortos e desaparecidos no Brasil. A mãe do narrador exerce papel imprescindível ao, de certa forma, forçar a criação de leis que garantam o mínimo de integridade às famílias. Em reconhecimento à luta de Eunice Paiva, ela foi convidada para a cerimônia de promulgação da lei:

Mas a resposta foi digna. Com José Gregori, outro amigo do meu pai, seu ministro da Justiça, redigiram a Lei 9140. Quando ela foi promulgada, chamaram minha mãe para a cerimônia no Palácio do Planalto. Ela ficou sentada ao lado do presidente diante de ministros militares. (PAIVA, 2015, p.40)

Além disso, houve pressão expressiva por parte dos grupos de familiares para uma abertura mínima dos documentos, passo muito importante porque deu veracidade às afirmações da existência das prisões e principalmente para tentar esclarecer a história de alguns desaparecidos políticos.

Já em 1995, o presidente Fernando Henrique promulgou a Lei dos Desaparecidos, sobre ela os familiares apontaram alguns pontos críticos, porém as reivindicações continuam, pois, os processos que tratam do tema não desenvolvem ações efetivas.

Em novembro de 2011, o país instituiu, por meio da Lei nº 12.528, a Comissão Nacional da Verdade, que tinha por “finalidade examinar e esclarecer as

graves violações de direitos humanos praticadas no período [...] a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, 2011)”.

Por meio dessa comissão é que o caso Rubens Paiva foi, minimamente, desvendado.

Só recentemente, em 2014, o quebra-cabeça foi completado pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. Nos cinquenta anos do golpe militar, tivemos a conclusão da Comissão Nacional da Verdade, com a morte de dois militares envolvidos diretamente, cujos documentos escondidos em suas casas vieram a público, e testemunhas de pessoas de dentro do DOI, que começaram a falar. Foi quase completado. Está tudo na internet. Até no Youtube. É público. Falta o principal, o corpo. Para os procuradores do MPFRJ, que passaram anos investigando e montaram um organograma completo e detalhado de todos os envolvidos, o motivo da prisão do meu pai começou com o desfecho do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher. Cecília Viveiros de Castro, já doente, deu um depoimento por escrito. Os procuradores juntaram com outros depoimentos de agentes, inclusive torturadores, que os prestaram pessoalmente, e construíram a seguinte narrativa [...] (PAIVA, 2015, P.165)

Os depoimentos dos envolvidos possibilitaram ao narrador saber os fatos que levaram à morte do pai e a possível localização do seu corpo. Porém, Eunice, já acometida por Alzheimer, nunca saberá a importância dessa descoberta, pela qual lutou toda a vida.

Além disso, a comissão deu veracidade às denúncias que envolviam torturas a índios e desaparecimentos em ilhas para onde os presos eram levados:

A Comissão Nacional da Verdade mostrou que índios foram presos, sofreram tortura e até desapareceram durante a ditadura. Houve massacres de aldeias: crimes não eventuais, mas sistemáticos, praticados por agentes do Estado ou a serviço dele. [...] Relatou também o desaparecimento de parentes e fez referência a uma ilha para onde os presos eram levados e não voltavam mais (Ilha das Cobras). (PAIVA, 2015, p. 206-208)

Os familiares lutam pelo não esquecimento e pelo não silenciamento da verdade, porque é urgente fazer com que haja testemunhas e que haja, no mínimo, o direito ao corpo do ente querido. Acredita-se que

publicizar os acontecimentos, os direitos humanos que foram violados, os sofrimentos de diversas origens, é retirar o acontecido do território da clandestinidade, do privado. É uma forma de sair da vitimização, politizar o trauma e adentrar no território da luta. (RUBERT, 2012, p.1348)

A luta pelo não esquecimento é também uma luta contra a objetificação das pessoas, para que não caiam no esquecimento e para que tenham sua luta e sua vida compartilhadas.

A relação do direito ao corpo é uma das mais traumatizantes. Acaba por se tornar

uma luta incessante por um direito tão básico: ter um corpo para atestar que a pessoa está morta, dar às pessoas um documento, um atestado de óbito, um lugar no plano simbólico de representações, um túmulo no cemitério para se visitar. (RUBERT, 2012, p.1347)

Afinal, o corpo e o respeito aos mortos são uma tradição que perpassa a cultura de quase todos os povos. Inclusive, o Direito brasileiro, em seu código penal, recrimina a subtração de corpos, como também outras convenções, que se encaminham para o mesmo rumo, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção de Genebra:

A busca da verdade pelos familiares das pessoas que morreram na luta contra o regime militar é uma história longa e repleta de obstáculos. De início, as famílias e seus advogados tinham em mãos apenas uma versão falsa ou simplesmente um vazio de informações. Há mais de 35 anos, seguem batendo em todas as portas, insistindo na localização e identificação dos corpos. Tiveram sucesso em poucos casos. (BRASIL, 2007, p.30)

Ou seja, a busca pela verdade é necessária em diversos campos de atuação: social, memorialístico, histórico, político. Enquanto houver cerceamentos dos direitos fundamentais dos seres humanos, um deles o da pluralidade de ideias, o respeito à vida, à morte e à constituição de uma memória far-se-ão necessários diante da problemática.

Não só por vias legais, como também por meio da escrita, constitui-se o retrato de uma história que não se dispõe a todos, porque não houve fatos “memorialísticos” para tal, o que acaba por incorrer em um problema de memória coletiva, relativo a um fato do passado/presente que ressurge no futuro. Exigindo diante disso um compromisso em narrar a história de um povo sob uma perspectiva que até então não é a hegemônica e, por isso, suprimida, mas que é importante para entender o materialismo do momento, explicar as ações do presente e temer ou não pelo futuro.

Não há a presença do corpo, no caso dos desaparecidos, mas figura a imagem de um cartaz que dirá belissimamente: “Nossos mortos têm voz.”. Além disso, eles deixam rastros de memória e de história, que precisam ser interpretados

em sua conjuntura e analisados mediante as perspectivas de constituição social que se espera. Para que se aprenda com a *Shoah*, com a escravidão, com os extermínios das mais diversas ordens e com as ditaduras. Para que não se repita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em testemunho, surge corriqueiramente uma problematização sobre aquilo que é entendido como representação (o que compete à arte, em específico à literária) e o real, propriamente dito (aquilo que faz parte da realidade), como se houvesse uma dualidade e não pudesse haver uma imbricação.

O que vem sendo pensado no que concerne aos estudos do testemunho é que, diante do compasso das transformações em todas as áreas, principalmente com influência da História sobre a composição da técnica e da obra de arte literária, é necessária uma abordagem que contemple uma nova maneira de enxergar essa representação. Em vista disto o que se pretende é o entendimento do testemunho não como algo concernente somente à esfera jurídica, mas como um instrumento muito importante na disputa pela memória.

No que se refere à literatura, sabe-se que o testemunho não serve para um julgamento tal qual conhecemos, mas serve para duas grandes coisas: primeiramente, serve como forma de aplacar o sofrimento daquele que escreve; depois, resultante da primeira, serve para relatar que esse sofrimento faz parte da história/memória coletiva.

Isso tudo resgatado da memória de quem escreve espera através da linguagem que se possa compartilhar da história vivida por alguém, de propor uma alteridade e sobretudo de que se possa refletir sobre as atrocidades cometidas contra determinados grupos que compõem a sociedade.

Walter Benjamin acredita que essas “escrituras da dor” puderam mais facilmente ser observadas depois do horror que foi o Holocausto. Para isso é possível ler, por exemplo, os textos escritos por Primo Levi, nos quais há de certa forma a representação traumática dos campos de concentração.

No caso mais específico da América Latina, as narrativas testemunhais emergiram a todo vapor com a implantação dos regimes militares. Surgiram como forma de narrar o sofrido: prisões, exílio, torturas, mortes e desaparecimentos políticos. Elas se tornaram necessárias para compartilhar o ocorrido, em decorrência de, por muito tempo, a história oficial dos países latino-americanos haver negado a existência de ditaduras, e principalmente os relatos que tratavam da infração aos Direitos Humanos.

Depreende-se então que o contexto histórico foi muito importante para moldar a literatura produzida na América Latina, principalmente nos anos 60, quando a

narrativa testemunhal passou a ser um gênero literário compatível com o contexto histórico repressor de então. Não obstante, o Brasil também viveu um *boom* literário desse gênero da década de 70 em diante. O que se quer fazer notar é o peso com que a história sobrecarrega a memória, pressionando de certa forma a escrita.

Tratando-se mais especificamente da obra *Ainda estou aqui*, depara-se com um narrador que se utiliza da memória para resgatar e publicizar a história da família. Configura-se como testemunho porque Marcelo Rubens Paiva está diante de um trauma familiar: o desaparecimento do pai. É em cima dessa lacuna, na busca pela verdade e do direito ao corpo do pai, e diante de uma profunda dor, da catástrofe que transformou a vida de sua família, que a história é narrada. Acusado de comunista, de conspirador do regime, o pai foi preso, morto e teve seu corpo subtraído. Assim a vida dos Paiva foi sempre permeada de silêncio, já que a família nunca tivera acesso à verdade (uma das táticas do regime militar) completa dos fatos, e pior, ao corpo.

A necessidade de contar a história da sua família diante da morte do pai é também compatível com a de muitas outras que estão na mesma situação. Com muitas outras que normalmente têm seu discurso negado pela história oficial, pois o Brasil nunca reconheceu a ditadura e suas práticas como fazendo parte de sua história. Exemplo disso é que estamos diante da possibilidade de que esse passado, o da ditadura, retorne, o que é possível perceber sempre que estamos diante das práticas de tortura do Estado, através da polícia, do mesmo discurso contra os adeptos ao comunismo e da necessidade de romantização sobre o discurso das minorias.

Para Benjamin, o papel do narrador sucateiro nunca acaba. Está claro o papel do testemunho literário. Ele existe para que nunca se esqueça, para que pelo menos a memória também possa se tornar experiência. Tornando-se experiência, a memória seria transmitida de geração para geração, oportunizando assim a possibilidade de que se consiga uma convivência respeitosa àquilo que já se viveu, ou com o mínimo de reconhecimento àqueles que a história suprimiu.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Daniela. “*Bósnia, minha pátria ferida*”: trauma, pós-memória e representação em *Filha da guerra*. In: **Imagofagia, Revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**, n.º 7, 2013. Disponível em: ([http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17287/1/Daniela%20Agostinho\\_Bo%CC%81snia%20pa%CC%81tria%20ferida.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17287/1/Daniela%20Agostinho_Bo%CC%81snia%20pa%CC%81tria%20ferida.pdf)). Acesso em 05 de setembro de 2016.

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1996.

ARAUJO, AMANDA A. VENCI. **A representação da ditadura na literatura: memória e ficção em o fantasma de luís buñuel e k. –relato de uma busca**. [Monografia] UTFP, 2015. Disponível em: ([http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3952/1/CT\\_COLET\\_2014\\_2\\_02.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3952/1/CT_COLET_2014_2_02.pdf)). Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**. Editora José Olympio, 2014.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Walter Benjamin: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Walter Benjamin: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRACHER, Beatriz. **Não falei**. São Paulo: Editora 34, 2004.

BRASIL. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL, UBIRATAN. **Marcelo Rubens Paiva trata do assassinato do pai em seu novo livro ‘Ainda estou aqui’**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 08 ago. 2015. CulturaLiteratura. Disponível em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,marcelo-rubens-paiva-trata-do-assassinato-do-pai-em-ainda-estou-aqui,1738843>>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

CANDIDO, Antônio. Crítica e sociologia. In: **Literatura e sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006

CHAVES, Vania Pinheiro. História estilhaçada, romance em fragmentos – reflexos do baile, de antonio callado. IN: **Congresso brasileiro de literatura brasileira**. Porto. 24 de outubro de 2003. Disponível

em:(<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7390.pdf>). Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

COMISSÃO DE FAMILIARES DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLITICOS A PARTIR DE 1964. Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. In: (Org) TELES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** – 2ª ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O Espaço da Dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Duzentos anos de condenação da tortura (Prefácio). In: VERRI, Pietro. **Observações sobre a tortura**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FERREIRA, Edda Arzua. A voz submersa. **Revista de literatura brasileira**. UFSC. Nº 4, 1985. Disponível em: (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/issue/view/1585>). Acesso em 20 de março de 2017.

FILHO, João Roberto Martins. A memória militar sobre a tortura. In: TELES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** – 2ª ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001.

FINOTTI, Ivan. Novo livro de Marcelo Rubens Paiva é construído sobre memórias familiares. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 ago. 2015. Ilustrada. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/08/1665947-novo-livro-de-marcelo-rubens-paiva-e-construido-sobre-memorias-familiares.shtml>>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

FORSTER, G. da S.. Os meandros da memória em Tropical sol da liberdade: descortinando 1968 pelo olhar da mulher brasileira. **Revista Cerrados (Brasília. Online)**, v. 34, p. 53-68, 2012. Disponível em <[seer.bce.unb.br/index.php/cerrados/article/viewFile/8207/6205](http://seer.bce.unb.br/index.php/cerrados/article/viewFile/8207/6205)>. Acesso em 20 de março de 2017.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?**. São Paulo: Abril Cultural, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Org. Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

GINZBURG, Jaime. **Autoritarismo e literatura: a história como trauma**. Vydia Revista Eletrônica. v. 19, n. 33, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

\_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006b.

IZQUIERDO, Ivan. *Memórias*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. vol.3 no.6 São Paulo May/Aug,1989.

JACOMEL, M. C. W. ; ZOLIN, L. O. A dupla opressão, a memória e a dor na narrativa de Ana Maria Machado. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2008, Florianópolis. Anais do Fazendo Gênero 8, 2008. v. 8. Disponível em: < [www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST14/Jacomel-Zolin\\_14.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST14/Jacomel-Zolin_14.pdf)>. Acesso em 20 de março de 2017.

KEHL, Maria Rita. Três perguntas sobre o corpo torturado (Prefácio). In: KEIL, Ivete; Tiburi, Marcia. **O corpo torturado**. Editora Escritos, Porto Alegre: Rio Grande do Sul. 2004.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: KUCINSKI, B. **Você vai voltar pra mim**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

KUCINSKI, B. **Você vai voltar pra mim**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

\_\_\_\_\_. **K. – Relato de uma busca**, São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LAVORATI, CARLA. Ditadura e violência em Zero, de Ignácio Loyola Brandão: a literatura como resistência ao silenciamento. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**: Dossiê nº 14 – ISSN 1679-849X, 2015. Disponível em: (<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/index>). Acesso em 04 de outubro de 2016.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MACHADO, Ana Maria. **Tropical sol da liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MARCO, Valéria de. **A literatura de testemunho e a violência de Estado**. Lua Nova: **Revista de cultura e política**. Nº 62, São Paulo, 2004.

NEHRING, Marta. Carta aos torturadores. In: TELES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** – 2ª ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

\_\_\_\_\_. **Feliz ano velho**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

PEDRA, Mabel. “**Ainda estou aqui**”, de Marcelo Rubens Paiva [resenha]. Homo Literatus. 21 set 2015. Disponível em <<http://homoliteratus.com/ainda-estou-aqui-de-marcelo-rubens-paiva/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RANZOLIN, Celia Regina. A festa de Ivan Ângelo: ficção ou realidade? **Revista de literatura brasileira**. UFSC. DEZEMBRO DE Nº 3, 1981. Disponível em: (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/viewFile/18084/17003>). Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROLIM, Marcos. **Ainda estou aqui**. Extra Classe. Set 2015. Disponível em < <http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2015/09/ainda-estou-aqui/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

RUAS, T. **O amor de Pedro por João**. Editora Leitura XXI, Porto Alegre, 2014.

RUBERT, Sylvania. Na ausência do corpo, a presença da dor: as famílias dos desaparecidos políticos e o seu luto sem corpo. In: **XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: história, memória e patrimônio**. Universidade Federal do Rio Grande (FURG) Rio Grande do Sul – RS. 23 a 27 de Julho de 2012.

SANTOS, Darlan Roberto dos. **Autobiografia e julgamento em *feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva** [dissertação] Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrado em Letras, Instituto de Ciências Humanas e de Letras; 2006. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp012715.pdf>>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

SANTOS, Sandra Leite dos. RIGOBERTA MENCHÚ: QUANDO FALA O SUBALTERNO. In: **Congresso Internacional de história. 27 a 29 de setembro de 2016, Jataí-GO**. Disponível em: ([http://www.congresso2016.congressohistoriajatai.org/resources/anais/6/1477890816\\_ARQUIVO\\_RigobertaMenchuQuandofalaosubalterno.pdf](http://www.congresso2016.congressohistoriajatai.org/resources/anais/6/1477890816_ARQUIVO_RigobertaMenchuQuandofalaosubalterno.pdf)). Acesso em 03 de agosto de 2016.

SCHWARCZ, Luiz. **O Deus das coincidências**. Companhia das Letras. 08 jul, 2015. Disponível em <http://www.blogdacompanhia.com.br/2015/07/o-deus-das-coincidencias/>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. ‘Zeugnis’ e ‘Testimonio’: um caso de intraduzibilidade entre conceitos”. **Revista Letras**, nº 22, janeiro-junho, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: **Catástrofe e representação**. Org. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Escuta, 2000.

\_\_\_\_\_. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, VOL.20, N.1, P.65 – 82, 2008.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. **‘Ainda estou aqui’, de Marcelo Rubens Paiva: estamos condenados a esquecer?**. Opera Mundi. 22 set 2015. Disponível em < <http://operamundi.uol.com.br/blog/samuel/agora/ainda-estou-aqui-de-marcelo->

rubens-paiva-estamos-condenados-a-esquecer/> . Acesso em 14 de janeiro de 2017.

SILVA, João Batista Peixoto. **Geração Coca-Cola: escrita de si, memória e cultura jovem em Feliz Ano Velho, de Marcelo Rubens Paiva** [dissertação] João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Mestrado em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; 2012. Disponível em <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5987/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

SILVEIRA, Rodrigo da. **Tragédia, humor e resistência em Feliz ano velho** [dissertação] Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Curso de História, Instituto de História; 2005. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074439.pdf>>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Valmir de. Testemunhos literários da (e contra) a barbárie no Brasil. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008**. Disponível em (<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Valmir%20Souza.pdf>). Acesso em 06 de agosto de 2016.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento – Os segredos dos porões da ditadura**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TELES, Edson. **Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2015.

VARGAS, A. Q. de; SANTOS, E. dos. Tropical sol da liberdade, memórias de um espírito libertário. **Literatura e Autoritarismo (UFSM)**, v. 18, p. 20-38, 2011. Disponível em: < [w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num18/art\\_02.php](http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num18/art_02.php)>. Acesso em 20 de abril de 2017.

VERTUAN, Ederson. Gênero, fragmentação e montagem em Zero, de Ignácio de Loyola Brandão. **E-escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v.4, Número 1, p. 134-152, jan–abr. 2013. Disponível em: ([www.uniabeu.edu.br](http://www.uniabeu.edu.br) › Capa › v. 4, n. 1 (2013) › Vertuan). Acesso em 02 de fevereiro de 2017.